

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ELIZABETE FERNANDA SCHIMANSKI

**CONSERVADORISMO E TRADIÇÃO EM PONTA GROSSA: REPRESENTAÇÃO
SOCIAL, MITO OU REALIDADE NA POLÍTICA LOCAL?**

**PONTA GROSSA
2007**

ELIZABETE FERNANDA SCHIMANSKI

**CONSERVADORISMO E TRADIÇÃO EM PONTA GROSSA: REPRESENTAÇÃO
SOCIAL, MITO OU REALIDADE NA POLÍTICA LOCAL?**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros

**PONTA GROSSA
2007**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S335c Schimanski, Elizabete Fernanda
 Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa : representação
 social, mito ou realidade na política local ? / Elizabete Fernanda
 Schimanski. Ponta Grossa, 2007.
 163f.
 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas),
 Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Orientadora: Profa. Dra. Solange Aparecida Barbosa de
 Moraes Barros

1. Conservadorismo. 2. Política. 3. Poder.

CDD: 320.5

TERMO DE APROVAÇÃO

ELISABETE FERNANDA SCHIMANSKI

***“CONSERVADORISMO E TRADIÇÃO EM PONTA GROSSA:
REPRESENTAÇÃO SOCIAL, MITO OU REALIDADE NA POLÍTICA
LOCAL”***

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Dr^a. Solange A. B. de Moraes Barros
Universidade Estadual de Ponta Grossa


Dr^a. Carmencita de Holleben Mello Ditzel (UEPG)
Universidade Estadual de Ponta Grossa


Dr. Sérgio Luiz Gadini (UEPG)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho a todos os alunos da Escola Municipal Professor Nelson Pereira Jorge, com os quais muito tenho aprendido sobre a realidade sócio-política e econômica de Ponta Grossa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a DEUS, pela fé e pela força.

Este trabalho contou com a colaboração de várias pessoas, sem as quais não teria alcançado os objetivos. Por isto quero agradecer:

À minha família, em especial Mãe e Pai;

À minha orientadora, Professora-Doutora Solange A. M. Barros, por aceitar meu projeto de Mestrado e por conduzir todo o processo com sabedoria;

À minha irmã Édina, meu carinho especial, obrigada pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho;

Ao Edson, por compartilhar comigo as alegrias e angústias deste momento;

Aos professores e colegas do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, pela amizade e oportunidade de reflexões. Em especial a Professora Doutora Divanir E. N. Munhoz, por mostrar o valor e a riqueza da pesquisa social; e

Às diretoras da Escola Municipal Professor Nelson Pereira Jorge, Silvia M. Blum e Zenaide N. Amaral e às colegas de trabalho, obrigada pelo apoio.

História Antiga

O sapo e o escorpião fizeram uma aliança. Era conveniente para os dois, protegia-os dos inimigos comuns... Enfim. Essas coisas de política. Na administração conjunta do seu território – vamos chamá-lo de Nova República do Sapo e do Escorpião, para que ninguém perca a metáfora – os dois até iam bem, apesar de suas diferenças históricas. Mas um dia precisaram atravessar o rio.

- Já que você é anfíbio e eu não sei nadar – propôs o escorpião ao sapo –, você me carrega nas costas.

- Gluomp! (Som do sapo engolindo seco.)

- Vamos lá – insistiu o escorpião. – Afinal, somos uma coalizão.

O Sapo concordou, o escorpião pulou nas costas do sapo e os dois entraram no rio. Um pouco para disfarçar seu nervosismo e um pouco para distrair o escorpião. O sapo começou a falar enquanto nadava.

- Sabe que entre nós, os sapos, existe uma história antiga, passada de geração a geração? É sobre um sapo e um escorpião.

- Interessante – disse o escorpião. – Entre nós, os escorpiões, também existe uma história assim.

- Na nossa história, um escorpião pede carona a um sapo para atravessar o rio. Exatamente como estamos fazendo agora.

- Nossa história também começa da mesma maneira – observou o escorpião. – Será a mesma história?

- Na nossa história, o sapo hesita em dar carona ao escorpião. Pois sabe que uma ferroada do escorpião pode matá-lo instantaneamente.

- Confere – disse o escorpião.

- Mais o escorpião argumenta que jamais daria uma ferroada em um sapo, pois se fizesse isso o sapo morreria e o levaria junto para o fundo do rio.

- Mas que espantoso. É exatamente a mesma história!

Estavam quase no meio do rio. O sapo, decidido a manter a mente do escorpião ocupada para que ele não pensasse em fazer bobagem, continuou:

- O sapo então concordou em dar carona ao escorpião. Mandou que pulasse em suas costas e...

- Os dois entraram no rio. É a nossa história, sem tirar nem pôr.

- Quando chegaram ao meio do rio – continuou o sapo – o escorpião deu uma ferroada na cabeça do sapo. Na história de vocês também é assim?

- Exatamente

- Aí o sapo olhou para trás e, já meio grogue, disse: "Mas como, escorpião? Por que você está me matando, mesmo sabendo que assim morre também?" E o escorpião respondeu: "Ora, sapo. Me admira você. Você sabe que eu não posso contrariar minha natureza". E os dois afundaram no rio.

- Que coisa. É a nossa história, igualzinha. Os diálogos, tudo. Incrível!

Os dois estavam agora no meio do rio.

- Para nós, os sapos, a história mostra como somos progressistas e liberais, e acreditam na disposição de todos de se regenerarem. E como os escorpiões são irracionais, retrógrados e destrutivos.

- Veja você – disse o escorpião, filosoficamente – como uma mesma história pode ter interpretações completamente diferentes... Para nós, os escorpiões, a história mostra como os sapos são ingênuos, e líricos, e se recusam a aprender com a experiência.

O sapo diminuiu suas braçadas, já prevendo o pior. Perguntou:

- E para vocês, escorpiões, o gesto do escorpião demonstra o quê?

- Autenticidade, apego a valores tradicionais e exemplar coerência ideológica.

E deu uma ferroada na cabeça do sapo. O sapo olhou para trás e, já meio grogue, disse:

- Mas como, escorpião? E como fica a nossa aliança?

- Nós combinamos que cada um mantinha a própria identidade.

E os dois afundaram no rio.

Luis Fernando Veríssimo

RESUMO

No senso comum, Ponta Grossa (PR) tem sido considerada como uma cidade conservadora e tradicionalista. Destarte, em sua história o controle político encontra-se centrado em algumas famílias históricas. Essas famílias projetaram-se na arena política local como uma elite aristocrática, a qual tem centralizado o poder político e econômico em detrimento aos interesses de grupos tidos como populares. Frequentemente, as ações políticas provenientes do poder municipal têm endossado interesses elitistas em oposição aos interesses populares. Os chamados grupos populares não têm encontrado grande espaço de participação quando comparado a elite influente. Apesar disso, no final do século XX e início desse século, dois grupos distintos conseguiram expressivo sucesso nas últimas eleições. Nesse contexto, Ponta Grossa (PR) tem experimentado situações controversas no que tange a participação dos grupos populares e o desejo desses em romper com interesses oligárquicos e, assim, construir um processo emancipatório que leve em conta aspectos democráticos de uma sociedade. Nesse sentido, essa pesquisa visa compreender como o conservadorismo decorrente dos setores aristocráticos tem manipulado o poder político na região e suas conseqüências para a cidade. Ao mesmo tempo, esse estudo busca identificar e analisar como os grupos populares tem enfrentado o poder político das classes sociais mais privilegiadas.

Palavras-chave: conservadorismo; política; poder

ABSTRACT

In a common sense, Ponta Grossa (PR) has been considered as a conservative and traditionalist city. Straightforwardly, its historical background has showed maintenance and centralization of political power of some historical families. These families projected themselves at the local political arena as aristocratic set which has centralized the economic and political power in opposition to popular groups. Frequently, the political actions from municipal govern have been endorsing elitist interests from this aristocratic faction in disagreement about popular groups. These popular groups have not find at local level large spaces of political participation when compared with the influential elite. Notwithstanding, at the turn of the twenty-century some two distinct popular groups achieved successful results from municipal elections. In this context, Ponta Grossa has been experienced some controversial situations considering participation from population, rupture with oligarchy trends and emancipation processes of constructing a democratic local society. In this sense, this research aims at understanding the way of conservatism from aristocratic sectors manipulates the political power in the region and its consequences for the city. At the same time, this study endeavours to identify and analyse some flourishing approaches from popular groups to face dominance of political power from privileged classes.

Key words: conservatism; politics; power

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1 – CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE O TEMA.....	22
1.1 A teoria conservadora de Edmund Burke e a crítica à ideologia liberal francesa.....	23
1.1.1 Conservadorismo: uma resposta negativa ao propósito emancipatório do liberalismo revolucionário.....	23
1.1.2 O conservadorismo institucional: a importância da autoridade tradicional...	40
1.1.3 O pensamento conservador reformulado: a dificuldade de consolidação do projeto iluminista emancipatório.....	44
1.1.4 Conservadorismo e tradicionalismo – faces de uma mesma moeda.....	51
1.1.5 A manutenção do <i>status quo</i> – a autoridade tradicional do Estado e a hegemonia nacional.....	63
CAPÍTULO 2 – RUPTURA E CONTINUIDADE NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL.....	66
2.1 A ideologia conservadora e sua influência no contexto brasileiro.....	67
2.1.1 Brasil – Uma aristocracia burguesa ou uma burguesia aristocrata ? – quadro geral da formação do Estado nacional brasileiro sobre a égide capitalista.....	67
2.1.2 O Estado nacional brasileiro - o público e o privado.....	75
2.1.3 Política e clientelismo social.....	81
2.1.4 Brasil: política emancipatória – superação do clientelismo político através de uma prática emancipatória.....	85
CAPÍTULO 3 – PONTA GROSSA – PR: SOCIEDADE, POLÍTICA E PODER.....	89
3.1 Ponta Grossa – política e poder na dinâmica local.....	90
3.1.1 Formação sócio-política e econômica da sociedade ponta-grossense.....	90
3.1.2 Poder, política e mandonismo – a influência das famílias históricas no cenário local.....	94
3.1.3 Modernidade, progresso e contradição social em Ponta Grossa.....	99
3.1.4 A inserção da figura do imigrante no contexto de formação da sociedade ponta-grossense.....	105
3.1.5 Perfil populacional ponta-grossense na década de 70: a imigração como fator de reestruturação social.....	114
3.2 Conservadorismo em Ponta Grossa: mito ou realidade?.....	118
3.2.1 Poder e controle político – econômico como fatores determinantes de uma sociedade conservadora.....	118

3.2.2	Caráter cosmopolita <i>versus</i> conveniência social – controle do espaço público e ajustamento social.....	127
3.2.3	Complexidade da dinâmica social – possibilidades de ruptura e continuidade no cenário político local.....	134
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS.....	153
	APÊNDICE.....	160

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ponta Grossa, situada na região centro-sul do Paraná, apesar das transformações sociais, políticas e econômicas que sofreu historicamente, é considerada por muitos como uma cidade conservadora. Muitas dessas alusões são referendadas no próprio senso comum. Esse fato torna-se evidente no resultado de uma pesquisa realizada pelo jornal *Diário dos Campos*¹, na edição de 15 de setembro de 2005, data em que a cidade comemorou 182 anos. Ao perguntar à população “Você considera o ponta-grossense conservador?”, o jornal obteve o seguinte resultado: mais de 50% dos entrevistados responderam que sim, que consideram o ponta-grossense conservador. E, ao perguntar “O que você entende por conservador?”, 71% dos entrevistados responderam que conservador é quem “preserva costumes e tradições”. A mesma pesquisa revela que o interesse em se discutir o pretenso conservadorismo da cidade de Ponta Grossa é atual.

Sendo assim, o fato de Ponta Grossa ser considerada uma cidade conservadora instigou uma curiosidade enquanto pesquisadora e motivou a presente pesquisa. O interesse pelo tema não é recente, e nem esta pesquisa constitui-se nos primeiros passos na busca pela compreensão do fenômeno em questão. O primeiro contato com o tema deu-se enquanto acadêmica do curso de Licenciatura em História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a partir da realização do trabalho de pesquisa intitulado “Conservadorismo em Ponta Grossa”². Durante esta pesquisa, foram levantados importantes dados e informações que, sem dúvida, responderam a muitas das indagações iniciais, mas que, no entanto, levaram a novos questionamentos e a uma nova investigação. De fato, a partir da pesquisa inicial, constatou-se que, em Ponta

¹ FIEL aos costumes e às tradições. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa. Caderno Especial, 15 set. 2005.

² NOVELLO, Ana C. W.; SCHIMANSKI, Elizabete F. **Conservadorismo em Ponta Grossa**. 1999. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II, Faculdade de Licenciatura em História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1999.

Grossa, algumas manifestações políticas, por parte de determinados grupos, têm demonstrado ranços de conservadorismo.

Com tais indicativos, novos elementos passaram a direcionar a pesquisa e a delimitar o campo de ação, como, por exemplo, o fato de que na, última década, foram eleitos prefeitos em Ponta Grossa políticos que fogem à tradição política local – um candidato vindo de outra localidade, sem tradição política na cidade, e um candidato representante de um partido considerado de esquerda –, o que demonstra uma modificação no cenário político de Ponta Grossa. Essa modificação explica-se no que tange a uma diferenciação ideológica e política desses governos em relação aos anteriores.

E qual seria, então, a importância dos setores populares na ruptura com o poder dito “conservador”? Quais fatores sócio-políticos e econômicos teriam contribuído nesse sentido? Essas questões passaram a compor o problema da pesquisa.

Faz-se necessário considerar, no entanto, que a clareza na delimitação do problema de pesquisa permite ao pesquisador(a) elaborar seu plano de trabalho e estabelecer seus objetivos e hipóteses. Para Luna (2002, p. 30), cabe ao pesquisador(a) ter clareza do que pretende estudar e da importância do detalhamento de sua problematização, como guias para o desenvolvimento do trabalho. Tendo em vista o caráter essencialmente dinâmico do processo de pesquisa, “quanto mais claramente um problema estiver formulado, mais fácil e adequado será o processo de tomada de decisões.” Isso não significa que o/a pesquisador(a) “não decida, prefira, precise, reformular o problema posteriormente, pois que o processo de pesquisa é essencialmente dinâmico”.

As mudanças no enfoque da pesquisa serão comuns durante seu percurso. Esse processo de constante repensar da pesquisa faz-se necessário para que o/a pesquisador(a) atente ao caráter dinâmico da produção do conhecimento e, sobretudo,

pela necessidade de se estar atento à realidade vivida sendo sensível às alterações que ela exige, já que a clareza na formulação do problema e da sua delimitação visa obter “parâmetros claros, para as decisões metodológicas, mas não pode e não deve funcionar como uma camisa de força que torne o pesquisador insensível à realidade com que ele se defronta.” (LUNA, 2002, p. 40).

Vale considerar que a retomada constante do problema, dos objetivos e das hipóteses é essencial no processo de pesquisa, desde a escolha da metodologia e sua aplicação até a posterior análise dos dados para que o/a pesquisador(a) não perca sua linha de investigação.

Nessa perspectiva, os objetivos e hipóteses da pesquisa foram assim organizados:

- compreender os aspectos históricos – políticos e culturais – que influenciaram o processo de construção e organização política da sociedade pontagrossense;
- analisar a conjuntura política de Ponta Grossa quanto às questões relacionadas ao conservadorismo; e
- estabelecer uma revisão conceitual dos termos “conservadorismo” e “tradicionalismo” empregados para definir determinadas práticas do contexto sócio-cultural de Ponta Grossa.

Como hipóteses de pesquisa:

- os grupos políticos ligados à elite conservadora local têm, historicamente, controlado o poder público municipal de forma a garantir seus interesses econômicos;
- o perfil político da cidade de Ponta Grossa apresentou mudanças significativas na última década (1990-2000). Isso se deve ao surgimento de práticas coletivas de lutas pela cidadania direcionadas à resistência aos regimes autoritários;
- o contingente populacional formado em Ponta Grossa na década de 1970, vindo de outras localidades, mudou o perfil sócio-político e econômico da cidade; e

- a construção de uma imagem de Ponta Grossa como cidade conservadora, ou tradicionalista, de isolamento do “elemento de fora”, de dificuldade em relação à aceitação do novo, do “outro”, do diferente, está diretamente relacionada à criação do mito de uma população homogênea, conservada, tradicional e una, que foi estereotipada justamente para esconder os antagonismos, o poder e a dominação na sociedade ponta-grossense.

É importante considerar que as hipóteses elaboradas pelo(a) pesquisador(a), frente ao seu problema de pesquisa, surgem como suposições quanto a possíveis dados encontrados. Nesse sentido, deve-se evitar a pesquisa “míope” (LUNA, 2002, p. 33). Na pesquisa “míope”, a análise do conhecimento disponível parte do pressuposto onde se “aposta” naquilo que irá encontrar. Agindo dessa maneira, o/a pesquisador(a) acaba por conduzir a pesquisa de modo a obter somente os dados almejados, limitando a abrangência e a fidedignidade dos mesmos (LUNA, 2002, p. 33).

Tendo em vista que “o problema formulado constitui um conjunto de perguntas às quais o pesquisador pretende responder ao final do trabalho” (LUNA, 2002, p. 41), o passo seguinte das ações planejadas na execução da pesquisa foi determinar as fontes de pesquisa. As fontes são utilizadas como subsídios na construção de dados para encaminhar as respostas das perguntas levantadas na formulação do problema e na elaboração das hipóteses. A escolha das fontes depende da intenção, do perfil do(a) pesquisador(a), do tipo de pesquisa que se pretende e do problema a se estudar.

Para atingir os objetivos propostos na presente pesquisa, foram adotados diferentes procedimentos metodológicos. Tais procedimentos constituíram-se como instrumentos fundamentais para o arrolamento de fontes, bem como a coleta e análise dos dados obtidos, como se verá a seguir.

A revisão de literatura, no entendimento de Luna (2002), pode ser considerada como um dos principais instrumentos de pesquisa e “pode, por ela mesma, constituir um trabalho de pesquisa”. A revisão de literatura pode, no intercurso da pesquisa, ser realizada de acordo com os objetivos específicos, como “recuperar a evolução de determinados conceitos”, ou ainda “familiarizar o pesquisador com o que já foi investigado sobre um determinado problema de interesse.” (LUNA, 2002, p. 80-81).

A revisão de literatura de base teórica tem como objetivo “circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo.” (LUNA, 2002, p. 83). Nesse sentido, a trajetória percorrida na elaboração da revisão de literatura sobre o tema “conservadorismo” foi assim delimitada: o primeiro capítulo compreende a discussão sobre o conservadorismo burkeano e seus desdobramentos na realidade moderna; o segundo capítulo aborda, em uma perspectiva histórica, a influência do pensamento conservador no contexto brasileiro; e o terceiro capítulo concentra-se na análise investigativa, buscando perceber de que maneira as idéias e os conceitos trabalhados nos capítulos anteriores relacionam-se com a realidade ponta-grossense, guardada sua especificidade. Vale ressaltar ainda que, embora o presente trabalho busque a interdisciplinaridade objetivada pelo Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, trabalhando com diferentes áreas do conhecimento, a revisão de literatura proposta prima pelo viés histórico-sociológico.

Seguidamente, a entrevista foi escolhida como parte dos procedimentos metodológicos desta pesquisa por se constituir uma rica fonte de dados sobre o objeto de estudo “conservadorismo em Ponta Grossa”. Acredita-se que as informações coletadas nas entrevistas, somadas a outros dados obtidos através de outros instrumentos de pesquisa, podem fornecer elementos que permitam uma aproximação e compreensão do fenômeno.

Destaca-se, assim, que o emprego desse recurso metodológico pode ser justificado à medida que os dados coletados no processo puderam, juntamente com outros dados de pesquisa, fornecer respostas às inquietações iniciais e respaldar os argumentos, além de comprovar, ou não, as hipóteses da pesquisa.

Cabe aqui ressaltar que o/a pesquisador(a), ao utilizar-se da entrevista enquanto instrumento de coleta de dados, deve estar atento ao fato de que as idéias apresentadas pelo entrevistado, como resposta às questões propostas, são formuladas a partir de critérios subjetivos. Sendo assim, as respostas aos questionamentos permitem ao pesquisador(a) entrar em contato com as impressões que o indivíduo, a partir de sua vivência e agir social, obtém da realidade. Daí a importância de o/a pesquisador(a) confrontar os dados da entrevista com os dados obtidos através de outras fontes, para uma maior aproximação com o real. Sobre a importância de o/a pesquisador(a) que trabalha com a história local utilizar diferentes fontes de pesquisa, Ditzel (1998, p. 10), coloca que a história local

pode ser repetitiva, sem vida, enfadonha, pois a natureza dos documentos varia muito pouco de lugar para lugar. Esta dificuldade pode ser superada pela ampliação das fontes, pelo testemunho oral e sobretudo pela criatividade do pesquisador e pelo cotejamento com o conjunto nacional.

Na pesquisa qualitativa “em geral, depende do pesquisador determinar o número de sujeitos que participarão na amostra”. Dessa maneira, “o tamanho da amostra não é fixo; ele pode variar, substituindo, diminuindo, aumentando, o número de sujeitos, de acordo com as necessidades que estabeleça o desenvolvimento do estudo.” (TRIVIÑOS, 2001, p. 83-84).

Nessa perspectiva, os sujeitos de pesquisa foram elencados a partir de quatro segmentos sociais: lideranças político-partidárias locais; estudiosos da realidade pontagrossense; lideranças comunitárias pertencentes a movimentos sociais; e jornalistas

políticos. Essas categorias de sujeito têm vivenciado, nos últimos anos, acontecimentos envolvendo as esferas política e social da cidade de Ponta Grossa. Dessa maneira, através de entrevistas com os representantes desses segmentos sociais, buscou-se compreender de que maneira o conservadorismo interfere nas práticas políticas locais.

Optou-se, então, para um melhor encaminhamento da pesquisa, pelos seguintes sujeitos:

- lideranças político-partidárias locais - 3 (três) sujeitos de pesquisa;
- estudiosos da realidade ponta-grossense - 2 (dois) sujeitos de pesquisa;
- liderança comunitária local - 1 (um) sujeito de pesquisa; e
- jornalista político local – 1 (um) sujeito de pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, a definição dos entrevistados deve partir de critérios que justifiquem a escolha de alguns sujeitos, em detrimento de outros, pertencentes à mesma categoria. O critério é “uma idéia ou um conjunto de idéias, emanada dos objetivos da investigação, que orienta a seleção dos sujeitos que participarão na pesquisa.” (TRIVIÑOS, 2001, p. 84).

Dessa maneira, no que se refere ao segmento “lideranças político-partidárias”, o critério de escolha foi a condição de ocupação do cargo de prefeito da cidade. Para uma maior delimitação temporal, foram escolhidos os prefeitos das três últimas gestões. A escolha também implica no fato de que as gestões dos três últimos pleitos eleitorais apresentaram posturas e programas (projetos) políticos de linhas diferentes. Em relação à atual gestão (2005-2008), a entrevista com o prefeito não foi possível. A alegação foi de que a agenda estava “lotada”. A entrevista, então, foi realizada com o vice-prefeito da atual gestão. Embora não se descarte a existência de outros sujeitos significativos no que se refere ao segmento “lideranças político-partidárias”, a opção pelos entrevistados representantes dos três últimos governos municipais se manteve devido à delimitação temporal estabelecida.

Em relação ao segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”, o critério utilizado na escolha dos representantes foi o número de produções (teses, dissertações, artigos, publicações em jornais ou revistas) sobre Ponta Grossa, bem como a participação em debates públicos sobre a realidade ponta-grossense, e ainda a manifestação ideológica em relação a diferentes projetos políticos.

O critério utilizado para a escolha do representante do segmento “liderança comunitária local” foi a participação do sujeito em atividade ligada à organização de movimento comunitário local (associação de moradores de bairro). Tendo em vista as diferentes realidades dos bairros da cidade e a real possibilidade de contemplar essas diferenças, optou-se por entrevistar o presidente da União das Associações de Moradores de Ponta Grossa (UAMPG).

Finalmente, no que se refere ao segmento “jornalista político local”, optou-se por entrevistar um profissional da área que representasse um meio de comunicação de âmbito estadual e com sucursal em Ponta Grossa, por se considerar que um veículo de fora do município exige um olhar profissional mais ampliado sobre a realidade local e regional.

Na realização da pesquisa, optou-se pela entrevista “semi-estruturada”. Nesse tipo de entrevista, parte-se de um número determinado de questões que, no intercurso do processo, possam se desdobrar na medida em que cada pergunta possa sugerir novos questionamentos esclarecedores ao pesquisador(a). Dessa maneira, o roteiro da entrevista é enriquecido, permitindo um “diálogo vivo do qual participam duas pessoas, com objetivos diferentes, mas que podem se tornar convergentes.” (TRIVIÑOS, 2001, p. 85).

Seguindo essa indicação, fizeram parte do quadro de perguntas do núcleo geral (realizadas a todos os segmentos sociais entrevistados) três questões, e do núcleo

específico (a cada segmento escolhido) duas questões. As questões foram previamente formuladas, como segue abaixo.

Questões do núcleo geral:

- 1- Ponta Grossa é uma cidade conservadora?
- 2- Por que as pessoas dizem que Ponta Grossa é uma cidade conservadora?
- 3- A população (sociedade) ponta-grossense pode ser considerada politicamente participativa? Em que momentos percebe, ou não, essa participação? E a que se deve essa condição?

Questões do núcleo específico:

Segmento “liderança político-partidária”:

- 1- O que levou o povo ponta-grossense a votar no senhor? Como chegou à vitória nas urnas?
- 2- Como acha que os problemas sociais da cidade devem ser resolvidos? Qual o papel do Estado (governo) e, paralelamente, dos segmentos populares na resolução desses problemas?

Segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”:

- 1- Quais são os principais problemas sociais da cidade? Os últimos governos têm desenvolvido políticas públicas que amenizem esses problemas?
- 2- Como a sociedade ponta-grossense tem respondido ao chamamento de participação em torno das questões e problemas sócio-políticos e econômicos da realidade nacional e local?

Segmento “liderança comunitária local”:

- 1- Como é a relação entre o movimento e o poder público local?

- 2- Sente diferença em relação ao reconhecimento e a importância dado ao movimento nas gestões Jocelito, Péricles e Wosgrau?

Segmento “jornalista político local”:

- 1- Como vê a questão dos grupos políticos em Ponta Grossa?
- 2- Quais são as impressões em relação aos três últimos governos municipais?

Com o objetivo de testar a compreensão em relação à formulação das questões acima propostas, foi realizada uma entrevista-piloto com uma aluna do 4º. ano do curso de Serviço Social da UEPG. A escolha da entrevistada foi aleatória e teve por finalidade apenas medir o alcance das questões e sua aplicabilidade, sendo que as informações e resultados obtidos nessa entrevista não foram utilizados na pesquisa.

Vale ressaltar também que todas as entrevistas foram gravadas e devidamente autorizadas pelos entrevistados. Após cada entrevista, o material coletado foi transcrito pela própria pesquisadora.

Dessa maneira, na tentativa de compreender de que maneira o conservadorismo interfere nas atuais práticas políticas locais, passou-se à etapa seguinte da pesquisa: a análise dos dados obtidos, com revisão de literatura, e as entrevistas. Segundo Moroz e Guianfaldoni (2002, p. 73), após a coleta de dados é necessário que o pesquisador os torne legíveis e compreensíveis, organizando-os “de forma a propor uma explicação adequada àquilo que se quer investigar [...] daí ser importante momento da *análise de dados*, quando se tem a visão real dos resultados obtidos”.

Assim, tendo como referencial as reflexões e idéias apontadas pelos autores pesquisados e os dados empíricos obtidos nas entrevistas, foram definidas as categorias de análise do estudo. Segundo Minayo (1996), o termo “categorias” é utilizado para indicar conceitos relativos à realidade, historicamente relevantes. As categorias podem

ser analíticas quando servem de baliza para o conhecimento do objeto nos seus aspectos mais gerais e resultam do processo de produção de conhecimento movimentado pela Ciência, e empíricas quando são construídas a partir de elementos identificados no trabalho de campo, sendo analisadas à luz das categorias analíticas. Nessa perspectiva, as categorias podem ser compreendidas como elementos teóricos que sintetizam o que existe de concreto na realidade.

Tendo como pressuposto a perspectiva apresentada por Minayo (1996), foram elencadas como categorias gerais (analíticas) a serem trabalhadas na pesquisa:

- o conservadorismo intimamente relacionado à prática social de manutenção do poder por parte de grupos; e
- controle social – o público e o privado enquanto espaços de acomodação e/ou de conflito social.

Depois de definidas as categorias gerais, passou-se a articular os elementos teóricos expressos nessas categorias com os elementos empíricos surgidos nas entrevistas. Como decorrência dessa articulação, foram elencadas as categorias específicas (empíricas):

- poder e controle político-econômico como fatores determinantes de uma sociedade conservadora;
- caráter cosmopolita *versus* conveniência social – controle do espaço público e ajustamento social; e
- complexidade da dinâmica social – possibilidades de ruptura e continuidade no cenário político local.

Após estabelecer as categorias de análise, iniciou-se a última etapa da pesquisa: a conclusão, a síntese da realidade estudada. Nesse momento, foi verificado se os objetivos propostos inicialmente foram alcançados; que aspectos da pergunta inicial

ficaram sem resposta; e que novas questões surgiram no decorrer da pesquisa e que podem ser alvo de novas pesquisas.

Segundo Moroz e Guianfaldoni (2002, p. 89), a interpretação dos dados pode ser realizada à medida que o pesquisador(a) vai estabelecendo relações no próprio estudo e quando relaciona os dados obtidos com o contexto histórico do qual partiu, ou com pesquisas já realizadas na área.

CAPÍTULO 1

CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE O TEMA

Não se deve arrancar artificialmente da alma do povo os princípios de subordinação natural. É preciso que ele respeite a propriedade à qual não pode tomar parte. Ele tem que trabalhar para obter o que o trabalho pode proporcionar e se achar que o sucesso é desproporcional ao esforço, o que ocorre freqüentemente, deve-se ensinar-lhe a encontrar um consolo no pensamento de que, no final das contas, a proporção acabará sempre por ser restabelecida pela justiça eterna. Quem quer que elimine tal consolação, privará o povo de seus meios, o impedirá radicalmente de adquirir ou conservar qualquer coisa. Os que agem desta forma são cruéis opressores e inimigos impiedosos dos pobres e miseráveis; ao mesmo tempo, através de especulações criminosas expõem os frutos da próspera indústria e os acúmulos de fortunas à pilhagem dos negligentes, dos amargurados, e dos vencidos da vida.

(Edmund Burke)

“Cidade conservadora”, “postura conservadora” e “pessoa conservadora” são expressões comuns na fala cotidiana de alguns grupos sociais ponta-grossenses e revelam uma complexa gama de sentidos conferidos ao termo “conservador”. Dessa maneira, que elementos sociais, políticos, econômicos e culturais influenciam no estabelecimento de pré-conceitos na construção de uma determinada visão sobre diferentes posturas e comportamentos de grupos sociais? O que confere a um indivíduo ou a uma sociedade um perfil conservador? Em que se baseiam os discursos produzidos por indivíduos de diferentes camadas da sociedade, ou de diferentes grupos, para rotular um país, uma região, uma cidade como sendo “fechada” ou “aberta”, conservadora ou não-conservadora?

Carvalho (2005, p. 1), sobre o uso corrente da expressão “conservadorismo” em diferentes espaços sócio-culturais contemporâneos, como forma de caracterizar práticas e idéias de determinados grupos, coloca que esse uso se dá “não só em termos da vida cotidiana, mas também em estudos aprofundados que objetivam dar conta dos mais diferentes aspectos deste fenômeno histórico”, o “conservadorismo”.

Assim, o tema “conservadorismo” remete a um assunto complexo e controverso, pois abre um leque de diversas interpretações, tanto dentro da historiografia moderna quanto das ciências sociais. Neste primeiro capítulo, é proposta uma discussão sobre o conservadorismo burkeano e seus desdobramentos na realidade moderna.

1.1 A TEORIA CONSERVADORA DE EDMUND BURKE E A CRÍTICA À IDEOLOGIA LIBERAL FRANCESA

1.1.1 Conservadorismo: uma resposta negativa ao propósito emancipatório do liberalismo revolucionário

Historicamente, o conservadorismo surge, enquanto doutrina, na Europa, no século XVIII. Foi através de Edmund Burke³ que surgiram as primeiras idéias e reflexões relacionadas ao tema, fazendo com que a chamada doutrina conservadora ganhasse um corpo teórico e conceitual⁴. Exemplo disso é o livro **Reflexões sobre a Revolução em França**, escrito por Burke em 1792. Em um esforço teorizante, Burke expõe nessa obra os princípios básicos do pensamento e da ideologia⁵ conservadores e constrói sua crítica ao Iluminismo.

³ Estadista inglês (1729-1797), Edmund Burke, o chamado “pai” do conservadorismo, era irlandês, mas foi na Inglaterra que suas idéias conservadoras encontraram campo fértil.

⁴Giddens (1996, p. 33) ressalta, como característica do pensamento conservador, certa rejeição em teorizar os dados da realidade. O “conservadorismo raramente proclama a si próprio por máximas, fórmulas ou propósitos. “É capaz de expressão [...] mas nem sempre com muita certeza de que as palavras que encontra irão condizer com o impulso que as determinou.” Da mesma forma, Carvalho (2005, p. 1) discorre sobre o fato de a doutrina conservadora ter se pautado mais em “formulações documentadas da prática conservadora, ou seja, registros de propostas e ações de grupos conservadores” do que em exercícios teóricos extensos.

⁵ O vocábulo “ideologia” foi criado por Destutt de Tracy, no fim do século XVIII, para designar a ciência dos fenômenos mentais cuja criação lhe parecia impor-se como corolário da filosofia materialista de d’Holbach e Helvetius.[...] Em Marx, a noção de ideologia designa a “falsa consciência” que resulta da posição de classe dos sujeitos sociais: eles vêem a realidade das relações sociais deformada por seus interesses e, mais geralmente, pela visão parcial a que os condena sua posição no sistema de produção (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 275).

Desde então, diferentes autores têm abordado a temática do conservadorismo e suas influências nas sociedades atuais. Devido à postura pouco aberta às mudanças e às transformações sociais, o pensamento conservador tem recebido críticas, sendo visto por muitos como uma forma negativa de compreensão do real.

Segundo Bottomore (1996 apud CARVALHO, 2005, p. 1), a doutrina conservadora constitui-se, enquanto corpo teórico e conceitual, como uma resposta às idéias iluministas surgidas no século XVIII. Pois que, através da retomada dos valores humanos e do uso da razão como instrumento de emancipação humana, os filósofos iluministas renunciavam a desagregação dos laços e práticas do Antigo Regime⁶. Assim, o conservadorismo levantou-se contra os impulsos iluministas de

reorganizar a sociedade segundo linhas 'racionais' e de valorizar os indivíduos que se soltavam da teia de ligações em que viviam presos, os tradicionalistas conservadores se uniram em defesa de sua própria espécie. Elevaram lentamente ao plano da reflexão sua experiência de instituições e costumes, tão inseparáveis dos fins da vida humana. E isso formou forte contraste com a então emergente ênfase liberal em fins e interesses totalmente individuais, com relação aos quais as instituições e formas de vida se colocam num relacionamento meramente utilitário. (BOTTOMORE, 1996, p. 133 apud CARVALHO, 2005, p. 1).

Segundo Burke, as mudanças de ordem sócio-política e econômica, obtidas a partir do processo da Revolução Francesa, poderiam causar danos irreversíveis à Europa a partir da desintegração dos laços e práticas do Antigo Regime, isto é, da autoridade real (estado aristocrático), religiosa (Igreja) e familiar. Desintegração esta que, na visão de Burke, abalaria a relação entre Estado e Igreja, resultando na criação de um espaço de

⁶ Segundo Rudé (1982, p. 93-94), "a sociedade francesa às vésperas da Revolução era mais típica do Antigo Regime do que qualquer outra da Europa". O autor define como características principais do Antigo Regime a presença de: uma monarquia absoluta; uma aristocracia mantida pelo privilégio e pela riqueza; um sistema de propriedade da terra que ainda era essencialmente feudal; uma burguesia comercial que rivalizava com a inglesa em riqueza e posição, mas à qual faltavam todos os meios de controle político; uma burocracia de altos funcionários (detentores de ofício) que havia se tornado rica e independente a ponto de ameaçar a segurança do trono que a havia criado; um imenso campesinato, a maior parte do qual estava legalmente livre, mas encontrava-se presa ao seu senhor por numerosos serviços e obrigações que sobreviviam do passado medieval; e uma grande população urbana envolvida em numerosos ofícios e ocupações, em sua maioria pobre, dependendo do pão barato para sua sobrevivência.

falta de autoridade e de uma cada vez maior emancipação dos indivíduos em relação às instituições tradicionalmente estabelecidas. Sobre isso, Watikins (1964) coloca que

a publicação das *Reflexões* ajudou, por si só, a configurar-se uma primeira viravolta na maré revolucionária. Contra a ideologia do liberalismo, Burke estabeleceu uma antiideologia conservadora que preparou os alicerces essenciais para uma oposição efetiva. Em grande parte por seus próprios esforços, ele conseguiu converter o conservadorismo numa posição autoconfiante e intelectualmente respeitável. Desde então, nunca mais deixou de ser uma força a ter em conta na política moderna. (WATIKINS, 1964, p. 44).

É importante mencionar quais as repercussões do projeto iluminista na Europa, principalmente na Inglaterra, fato que levou Burke e outros conservadores a se posicionarem contrários ao Liberalismo⁷. E, da mesma forma, perceber de que maneira as idéias liberais abalariam o sistema de privilégios da aristocracia inglesa, causando temor aos grupos conservadores interessados justamente na manutenção desses privilégios.

O Iluminismo, tendo como referencial a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre os indivíduos, forneceu a base intelectual para a Revolução Francesa. Caracterizando-se como um movimento contra as crenças, as tradições e as instituições estabelecidas que controlavam e limitavam a ação humana, o Iluminismo propôs a razão enquanto instrumento de emancipação social. Luis (2005, p. 33), em suas formulações teóricas, aproxima o conceito de Iluminismo com o de emancipação. Através do uso da razão, como forma de repensar o mundo que o cerca, livre das amarras institucionais, o indivíduo conquistaria sua liberdade e autonomia. Tornando-se emancipado, o indivíduo passaria “de um estágio de submissão para outro de liberdade”.

⁷ Burke (1982, p. 52) demonstra nas **Reflexões sobre a Revolução em França** o receio de que o processo revolucionário atingisse também a Inglaterra. “Quando a casa de nosso vizinho pega fogo, é recomendável que tomemos precauções para proteger a nossa, pois é melhor aumentar as discussões por excesso de precaução, que se deixar arruinar por excesso de confiança.” (Burke, 1882, p. 52).

De acordo com Luis (2005, p. 32-33), a emancipação humana tornou-se elemento-chave no projeto iluminista. O indivíduo emancipado atuaria como sujeito e protagonista de sua própria história, encontrando por “própria conta a capacidade de aperfeiçoamento, de coragem, de vontade, de busca” na construção de seu destino. Assim, a emancipação permitiria ao indivíduo a possibilidade de, no seu agir social, refazer a história, onde os sentimentos de resignação e conformismo frente à realidade dariam lugar a um crescente questionamento da ordem social vigente. Cabe lembrar que “os valores do Humanismo **romperam** filosófica e politicamente com a concepção de Homem dominante na Idade Média, fomentando a constituição dos valores modernos: da individualidade, da autonomia, da liberdade.” (grifo do autor).

Nesse sentido, Rouanet (1993) destaca algumas das categorias gerais do ideário liberal⁸, o qual propunha uma nova concepção de indivíduo e de sociedade. A primeira delas seria o chamado “ideal universalista”, no qual, em teoria, a natureza humana era considerada a mesma para todos os indivíduos. Isso significa dizer que os diferentes grupos humanos tinham em princípio os mesmos talentos e a mesma capacidade de progredir. Uma segunda categoria seria o chamado “liberalismo econômico”, que pregava uma comunidade mundial interdependente, com base na divisão internacional do trabalho. E, finalmente, uma terceira categoria, porém não menos importante, seria o “liberalismo político”. Esta última, tendo em suas bases o combate ao imperialismo colonialista de alguns países, condenava a imposição da vontade de um povo sobre outro.

A partir dessas considerações acerca do projeto liberal, parece evidente o temor da sociedade aristocrática européia colonialista e centralizadora, da qual Burke era

⁸ Na França, as idéias iluministas foram partilhadas por filósofos e cientistas como Voltaire, Rousseau e Turgot. Já, na Inglaterra, o Iluminismo teve Locke e Paine como seus representantes. Paine, em seus discursos, posicionava-se a favor da independência americana. Para uma Inglaterra que tinha como base de seu desenvolvimento econômico a conquista e a colonização de outros povos, o pensamento iluminista em favor da independência tornara-se uma afronta.

representante, em relação aos ideais do liberalismo. Na Europa, havia entre os iluministas um clamor pela liberdade e igualdade dos indivíduos, considerando as condições sociais, políticas e econômicas vigentes na época. Burke, ao contrário, traz à tona uma contraposição ao discurso liberal. Isso se explica devido ao fato de que, para ele, a Europa passava por uma crise civilizatória, onde preceitos como lealdade, tradição e autoridade, que embasavam a constituição britânica, estavam sendo questionados e postos à prova. Essa crise, na visão de Burke, poderia trazer irremediáveis problemas à sociedade civilizada européia.

É a partir dessas críticas em relação ao pensamento sócio-político e cultural proposto pelo Iluminismo que Burke constrói as bases do pensamento conservador. Conforme Watkins (1964, p. 45), a reação conservadora à Revolução Francesa pautou-se no que Burke considerava “uma das fraquezas cruciais da ideologia liberal: sua excessiva ênfase na desejabilidade de inovação” e constante negação da ordem social vigente.

Assim, para Burke, ideologia liberal, em sua excessiva desejabilidade de inovação, colocava em xeque o passado, as tradições da época e as instituições tradicionalmente estabelecidas. Se para Burke o apego às tradições representava uma forma de manutenção da ordem estabelecida, para os liberais estas serviam apenas como amarras ao progresso e à modernidade, obstruindo, portanto, as possibilidades de liberdade e criatividade, não permitindo o desenvolvimento humano e sua conseqüente emancipação.

Assim, os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade propostos pelo projeto revolucionário francês colocavam em perigo concepções e instituições tradicionalmente estabelecidas e interesses de grupos poderosos havia muito instaurados. Pois que, conforme lembra Watkins (1964, p. 34), a “sociedade européia, [...], era uma complexa teia de privilégios e distinções estabelecidos desde longa data”.

Desse modo, a ruptura com os “velhos hábitos” da aristocracia européia, principalmente a inglesa, proposta pelos liberais, foi o que impulsionou o contradiscurso conservador. O progresso nos moldes liberais⁹, renunciando ao passado humano, seria, segundo Burke, um retorno à barbárie, pois todo o passado e as tradições seriam menosprezadas. Para os conservadores, o conhecimento tradicional resultava essencialmente da experiência, advindo daí sua legitimidade. Watikins (1964) assinala, a esse respeito, que fundamentados

na contemplação dos cada vez mais amplos panoramas abertos pela ciência e tecnologia, os liberais estavam dispostos a abrir caminho para o futuro, renegando todo o passado. Sua fé nos novos poderes da invenção racional do homem era tão grande que se inclinavam a menosprezar todos os seus feitos e realizações anteriores. [...] A dificuldade estava em que, em sua preocupação com a criação de novos valores, dispensaram reduzida atenção aos custos sociais que os acompanhavam. Na mesma medida em que os homens podem acolher com júbilo uma melhoria em sua sorte, a felicidade deles também depende da manutenção de certa estabilidade. (WATIKINS, 1964, p. 45).

Para os conservadores, o projeto liberal, que previa a redução do papel do Estado e o incentivo à liberdade individual como motores do progresso, estava ancorado não no conhecimento prático tradicional, mas em princípios abstratos impossíveis de serem concretizados de fato. Nesse sentido, Burke, ao analisar a desagregação do sistema monárquico francês, tece duras críticas às pretensões liberais dos revolucionários, questionando:

Será verdadeiro, entretanto, que o governo da França estava em uma situação que não era possível fazer-se nenhuma reforma, a tal ponto que se tornou necessário destruir imediatamente todo o edifício e fazer tábua rasa do passado, pondo no seu lugar uma construção teórica nunca antes experimentada? (BURKE, 1982, p. 137).

⁹ Watikins (1964) desenvolve a idéia de “progresso conservador”: os conservadores não são de forma alguma contrários ao progresso. No entanto, o progresso humano e de suas instituições deve ocorrer a partir de uma estrutura tradicional essencialmente conservadora. Carvalho (2005) refere-se a esse processo de modernização, sem rompimento das estruturas de poder vigentes, como “modernização conservadora”.

O discurso de Burke, em relação à Revolução Francesa, mostra o quanto a ação revolucionária gerou desconforto e agitação na aristocracia inglesa. O movimento conservador organizou-se, justamente, de modo a combater o ideário revolucionário, posicionando-se firmemente contrário aos preceitos de direito popular na escolha de seus governantes, de deposição do governo por indignidade e de o povo estabelecer um governo para si mesmo¹⁰ (BURKE, 1982, p. 57).

Seguramente, o conservadorismo, enquanto preceito teórico, excede as interpretações e os interesses pessoais de Burke para se tornar uma ideologia política. Ideologia essa construída historicamente pela aristocracia européia objetivando a manutenção de um tipo de sociedade altamente elitista. Desse modo, o conservadorismo torna-se uma ideologia política erigida a partir de interesses de classe¹¹ e manutenção do poder, opondo-se firmemente a mudanças sociais radicais que pudessem romper com o *status quo* dominante da época, como foi o caso da Revolução Francesa e suas conseqüências.

Giddens (1996), assim como Waticins (1964), entende o surgimento do conservadorismo como uma resposta à ideologia liberal francesa. A concepção iluminista de que a evolução social se daria pelo uso da razão humana e não mais pela tradição era duramente criticada por Burke, que se levantou em defesa do Antigo Regime para combater as

forças exacerbadas da Revolução Francesa. Mas o conservadorismo foi mais do que apenas uma reafirmação de como as coisas costumavam ser antes de o progressismo assumir o controle. Em suas formas mais elaboradas, o conservadorismo discordou do Iluminismo e desenvolveu teorias sobre a sociedade que desafiaram as teorias do liberalismo emergente. As formas mais sofisticadas do pensamento conservador não só rejeitaram o novo em favor do velho; elas se

¹⁰ Burke (1982, p. 135-136) tece duras críticas em relação às pretensões democráticas dos revolucionários, caracterizando-as como infundadas e pretensiosas.

¹¹ O conceito de classe tem uma importância capital na teoria marxista, conquanto nem Marx nem Engels jamais o tenham formulado de maneira sistemática. Num certo sentido, ele foi o ponto de partida de toda a teoria de Marx, pois foi a descoberta do proletariado como “a idéia no próprio real” – uma nova força política engajada em uma luta pela emancipação (BOTTOMORE, 1983, p. 61).

opuseram ao progressivismo com teorias contrastantes sobre história, tradição e comunidade moral. (GIDDENS, 1996, p. 34).

Em Burke, a resistência ao novo, ao conhecimento não experimentado, torna-se evidente. Compreende-se, portanto, que as tradições podem ser revistas e reformadas, mas nunca rejeitadas.

Segundo Giddens (1996, p. 34), Burke e outros conservadores, como Louis de Bonald e Joseph de Maistre, elaboraram seu discurso em favor da tradição¹² enquanto produção social humana construída e sedimentada. De forma nostálgica, procuraram relembrar a harmonia perdida dos tempos medievais comparada à desordem da sociedade revolucionária. Bonald “rejeitou as idéias do contrato social, soberania popular e governo representativo”, já que via com desconfiança o ideal iluminista de valorização do indivíduo e sua capacidade de progredir longe das regras gerais impostas pela sociedade.

Para os conservadores, o indivíduo desprovido da autoridade e da tutela de instituições fortes, como o Estado, a família e a Igreja, era um perigo para a sociedade orgânica onde cada indivíduo teria seu papel e deveria estar satisfeito com o lugar que lhe coube na hierarquia social. Sendo assim, a idéia de que o individual prevalece sobre o coletivo, os direitos têm precedência em relação às obrigações, é, para os conservadores,

um absurdo. O Estado não pode se afundar num contrato, e o indivíduo não possui direitos abstratos; os direitos, e os deveres que o acompanham, vêm da coletividade, que representa uma interminável cadeia de gerações. A sociedade é ‘uma parceria não só entre aqueles que estão vivos, mas entre aqueles que morreram e os que vão nascer’. A democracia trai essa parceria. A idéia de ‘uma

¹² Segundo Giddens (1996, p. 39), para os conservadores o conceito de tradição está voltado aos costumes e cerimoniais por meio dos quais o passado fala com o presente. A tradição é o conhecimento armazenado e sedimentado pelas gerações anteriores, e este conhecimento é essencialmente prático e local. É esse conhecimento prático que fornece as razões para as ações do indivíduo. Essas razões derivam do que já foi e não do que será. Os conservadores fazem crítica à razão soberana. Para eles, “todas as formas de conhecimento, não importando o quão genéricas pareçam ser, estão saturadas pela prática, por aquilo que não pode ser colocado em palavras porque é a condição da comunicação lingüística”.

maioria de homens, contados um a um' que determinaria as decisões políticas, seria nada menos do que desastrosa. (GIDDENS, 1996, p. 35).

Dessa forma, a oposição ao modelo de sociedade liberal ocorreu de forma mais acirrada quando as inovações por ela apregoadas colocaram em risco as estruturas de poder já consolidadas, através do questionamento da ordem social estabelecida e dos privilégios de classe. Sobre isso, Carvalho (2005, p. 1) afirma que as transformações “formuladas dentro deste mundo, num movimento próprio das sociedades humanas, produziram uma alternativa a ele e esta teve que ser prontamente detida, num sentido de autopreservação”.

A historicidade das relações humanas tem, nesse sentido, demonstrado a complexidade da vida em sociedade. No momento em que se constrói um modelo de organização social e de explicação do real, surgem, dentro do próprio modelo, os elementos que por vezes o destruirão ou o farão ressurgir sob novas condições.

Nesse sentido, cabe perguntar: como pôde o conservadorismo, nos anos que se seguiram à Revolução, firmar-se enquanto movimento, mesmo diante da dinâmica social vivida na Europa e do desejo de inovação propiciado pela ação revolucionária? Pois, como constata Watikins (1964, p. 44), por volta de 1815, com a derrota de Napoleão,

a Europa regressou a uma geração inteira de monarcas conservadores. Essa inversão de destinos foi o resultado não só da fraqueza interna e do colapso final do movimento revolucionário, mas também de um novo e cada vez mais poderoso núcleo de pensamento anti-revolucionário.

E ao que Watikins (1964) se reporta ao falar em “fraqueza interna do movimento” revolucionário? Certamente, a resposta para o fortalecimento das estruturas conservadoras, em contraposição ao discurso revolucionário, esteja no cerne do projeto iluminista e na sua repercussão no contexto europeu. Nesse sentido, se poderia indagar: os grupos que participaram da Revolução – nobres, burgueses e camponeses – tinham

os mesmos objetivos a conquistar? O ideal de emancipação humana tão amplamente difundido pelos iluministas encontrou condições sócio-políticas e econômicas para se concretizar?

Para Ostermann e Kunze (1995, p. 10), a Revolução não era um bloco. Ela “se dividia numa série de fases, decorrentes das diferentes formas de atuação dos grupos sociais, guiados por objetivos e concepções diversas sobre os problemas econômico-sociais e o modo de resolvê-los”.

Dessa maneira, tendo em vista a afirmação de Ostermann e Kunze (1995), o contexto social no qual emergiu a Revolução pode ser assim entendido¹³: de um lado, encontrava-se a população pobre de Paris, que queria pão e terra, e, de outro, a burguesia emergente, que exigia o controle político e econômico. A conjuntura sócio-política e econômica francesa no século XVIII delimitou os campos de luta no processo revolucionário.

A Revolução “teve início com a luta da elite contra o monarca, que não aceitava limitações a seus poderes”. A nobreza dedicava-se a empreendimentos capitalistas e os burgueses ricos compravam títulos e cargos públicos que lhes davam acesso à nobreza, formando, assim, uma elite que era desejosa de limitar o poder monárquico. A nobreza, de tendências liberais, e a burguesia aliaram-se em torno de seus interesses e, se não fossem as revoltas, um acordo entre nobreza, burguesia e rei – instituindo uma monarquia constitucional, ou seja, a “reforma” proposta por Burke, ao analisar a

¹³ Não é a intenção desta pesquisa esgotar as possibilidades de compreensão do movimento revolucionário francês, tendo em vista que múltiplas determinações desencadearam o processo. A intenção é de apenas apontar alguns fatores sócio-políticos e econômicos que o determinaram. Sabe-se, por exemplo, da existência, durante o processo revolucionário, de grupos sociais com posturas radicais cujas ações também devem ser consideradas, como no caso da “Sociedade dos Iguais/Conjuração dos Iguais” (1794), criada por Gracchus Babeuf. Essa sociedade reivindicava a aplicação da constituição de 1793, que adicionou emendas à de 1789. As emendas em questão são, sobretudo, concessões às reivindicações populares: direito à educação e à assistência pública. Marx considerava Babeuf o “primeiro comunista ativista”, e a Conjuração dos Iguais o “primeiro partido comunista.” (Marxists Internet Archive). A respeito de Gracchus Babeuf e a Conspiração dos Iguais, verificar: VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX.** São Paulo: Ática, 1997, p. 161 e 195-196.

Revolução – teria sido possível. O povo, “lutando por questões de abastecimento, como fizera tantas outras vezes nos séculos anteriores, transformou o que seria uma pacífica revolução legal em uma guerra civil, sangrenta.” (OSTERMANN; KUNZE, 1995, p. 13).

Em relação ao movimento revolucionário e às transformações sociais a ele relacionadas, uma outra indagação poderia aqui ser cogitada: a plebe francesa tinha consciência de sua força enquanto classe, agindo em nome de um interesse coletivo? Ou, como argüiu Marx (1988), a grande massa da nação francesa era “formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas.” (MARX, 1988, p. 75). Para Marx (1988), a massa camponesa, devido às suas condições materiais históricas, era desprovida de consciência de classe, o que dificultou sua verdadeira cisão e a identificação de um ideal coletivo. A dinastia de Bonaparte representaria

não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada às cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver a si próprio e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. (MARX, 1988, p. 76).

Nem a burguesia, interessada em manter seus privilégios, nem a classe camponesa, ainda despolitizada, viram na Revolução um meio de ruptura com a velha ordem das coisas. A Revolução Francesa, como símbolo da queda do Antigo Regime e de novos tempos para a humanidade, somente adquiriu esse significado quando, devido à situação de miséria em que vivia o povo francês, rebelou-se e “invadiu a Bastilha, milenar fortaleza – prisão do Estado francês.” (OSTERMANN; KUNZE, 1995, p. 3). Pois, mesmo com a queda do Antigo Regime, o sistema de privilégios, agora não mais da aristocracia feudal, mas da burguesia capitalista, permaneceu.

Os burgueses, através da apropriação do discurso liberal, pleiteavam para si os benefícios do mercado livre, da livre concorrência, mas, ao que se refere à conservação das estruturas de poder e à manutenção dos privilégios, estes se mantinham fechados. A sociedade que surgiu da Revolução Francesa não era livre, nem igualitária, nem fraterna, e se dividia entre duas classes opostas à burguesia (proprietária das empresas capitalistas) e ao proletariado (trabalhadores assalariados). Assim, a “história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes” (MARX, 1989, p. 66)¹⁴.

Por sua vez, Rudé (1982, p. 94) argumenta que os grupos sociais, tais como a burguesia, os camponeses e a plebe urbana, envolvidos no processo revolucionário francês, “eram potencialmente revolucionários ou estavam empenhados em alguma forma de mudança política e social”. Para o autor, a conjuntura sócio-política e econômica da França no período pré-Revolução levou à efervescência do movimento revolucionário. Motivados por objetivos próprios, os grupos sociais envolvidos no processo revolucionário expressaram seus interesses e reivindicações numa série de manifestações e revoltas que marcaram o cenário pré-Revolução.

Segundo Rudé (1982), os anseios e motivações próprias dos grupos sociais envolvidos no processo revolucionário e as sucessivas crises econômicas das décadas de 1770 e 1780 levaram a uma série de revoltas e manifestações que antecederam a Revolução, em 1789, entre elas: a “*révolte nobiliaire*” – pressão aristocrática e popular que levou à convocação dos Estados Gerais; a Assembléia Nacional aceita pelo rei, formada a partir da movimentação da classe burguesa com apoio de uma insurreição

¹⁴ Mais tarde, Marx revê o papel do campesinato na história ao responder à carta da populista Vera Zazulich sobre a possibilidade do desenvolvimento do socialismo na Rússia, país eminentemente rural: “Convenci-me de que esta comuna é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia, mas para que possa funcionar como tal será preciso eliminar primeiramente as influências deletérias que a acossam por todos os lados e, em seguida, assegurar-lhe as condições normais para um desenvolvimento espontâneo.” (MARX apud IANNI, 1985, p. 7). A esse respeito, ver: SCHIMANSKI, Édina. **Formatos organizacionais dos assentamentos do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: as Cooperativas de Produção Agrícola - CPA's: estudo de caso: COPAVI - Paranacity – Paraná. 1998, 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.**

popular em Paris; e as revoltas camponesas, que visavam acabar com o sistema senhorial de posse da terra¹⁵.

Isso posto, verifica-se que a Revolução Francesa torna-se um cenário complexo e conflitante, transformando uma utopia em uma ideologia. Na perspectiva de Mannheim (1968), a utopia são as idéias pensadas para uma realidade tendo como objetivo mudanças na ordem social estabelecida. Por sua vez, a ideologia seriam os sistemas de representação em direção à reprodução da ordem social vigente¹⁶. Analisando o movimento revolucionário francês, o autor ressalta que os desejos de mudança na ordem social (utopia) apresentados pela burguesia revolucionária assumiram também uma conotação ideológica, na medida em que a burguesia apropriou-se desse ideal em proveito próprio a expensas de outros segmentos sociais.

Assim, a burguesia construiu o ideário que sustentou o projeto revolucionário tendo em vista as idéias dos filósofos iluministas Rousseau e Montesquieu, sobre os direitos do homem, da soberania popular e do contrato social. No entanto, os ideais burgueses – liberdade, igualdade e fraternidade –, que sustentavam a utopia revolucionária no sentido definido por Mannheim (1968), não atingiram seu ideal transformador na medida em que a classe burguesa, tendo atingido seus objetivos com a queda do regime absolutista, passou de revolucionária a conservadora. A utopia transformou-se em ideologia à medida que não vislumbrava uma mudança na ordem social vigente. Ao analisar a forma de mentalidade utópica que embasou o liberalismo, ou seja, a idéia liberal – humanitária –,

¹⁵ Os estudos de Rudé (1982), baseados em Mandrou (1964) e Vovelle (1977), retomam algumas questões relacionadas ao papel e à atuação das classes populares – plebe francesa urbana e camponato – no processo revolucionário francês. Rudé (1982, p. 95) busca compreender de que forma o ideário iluminista propagado pela burguesia e as motivações (idéias) revolucionárias próprias e inerentes ao “povo comum” contribuíram no desenvolvimento de uma consciência política mais ampla das camadas populares.

¹⁶ Segundo Löwy (2003, p. 10-11) Mannheim define o termo ideologia enquanto “sistemas de representação que se orientam na direção da estabilização e da reprodução da ordem vigente – em oposição ao conceito de *utopia*, que define as representações, aspirações e imagens-de-desejo que se orientam na direção da ruptura da ordem estabelecida e que exercem uma *função subversiva*. Por outro lado, Mannheim reuniu ideologia (neste sentido) e utopia sob a categoria comum de formas da *falsa consciência*, isto é, de ‘representações que transcendem a realidade’, em oposição às representações adequadas e compatíveis-com-o-ser-social-real”.

Mannheim (1968) demonstra que os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, essencialmente utópicos, revelaram-se ideológicos quando não encontraram condições reais de se efetivar. Onde a

utopia da burguesia ascendente consistia na idéia da 'liberdade'. Era em parte uma verdadeira utopia, isto é, continha elementos orientados para a realização de uma nova ordem social, constituindo um instrumento para a desintegração da ordem previamente existente, e que, após sua realização, se converteram parcialmente em realidade. (MANNHEIM, 1968, p. 227).

Ao mencionar que os elementos utópicos presentes no ideário liberal-humanitário converteram-se parcialmente em realidade, Mannheim (1968) define o campo ideológico. As proposições “liberdade, fraternidade e igualdade” acabaram beneficiando apenas a burguesia. Dessa maneira, os elementos utópicos tornaram-se ideológicos à medida que mascararam a conservação dos privilégios, agora não mais restritos à aristocracia, da burguesia capitalista emergente. Nesse sentido, Mannheim (1968) coloca que a utopia transformara-se em ideologia na medida em que efetivou-se a

liberdade no sentido de quebrar as cadeias da ordem de estado, guilda e casta, no sentido de liberdade de pensamento e de opinião, no sentido de liberdade política e liberdade do desenvolvimento sem entraves da personalidade, tornaram-se em um sentido amplo, ou pelo menos em um sentido mais amplo do que na sociedade feudal anterior baseada nos laços de *status*, uma possibilidade viável. Sabemos, hoje em dia, exatamente em que medida estas utopias se tornaram realidades e até que ponto a idéia de liberdade daquela época continha não apenas elementos utópicos, mas igualmente elementos ideológicos. (MANNHEIM, 1968, p. 227).

Luis (2005), ao analisar as repercussões político-sociais da Revolução Francesa, caracteriza-a como um movimento contraditório multifacetado, que não pode ser compreendido sem se levar em conta a movimentação econômica e política quando na estruturação e desenvolvimento do capitalismo, ocasionado pela Revolução Industrial e o favorecimento das condições para o acúmulo de capital.

Para Luis (2005, p. 50), a Revolução Francesa foi uma revolução burguesa, e, tão logo a burguesia alcançou seus objetivos, posicionou-se em favor da manutenção e conservação dos privilégios por ela conquistados no processo revolucionário. Assim, a contradição existente explica-se no fato de que a burguesia aboliu as práticas do Antigo Regime “instituindo direitos, liberdade e igualdade àqueles de sua classe”, excluindo aqueles que contavam apenas com sua força de trabalho, pois não tinham propriedades nem capital.

Com a derrocada do regime aristocrático, a burguesia assumiu um novo papel – de revolucionária passou a ser conservadora, “de vanguarda, de revolucionária (contra o regime feudal), passou à posição de justificação e manutenção do existente.” (LUIS, 2005, p. 39). Através da suposta igualdade, liberdade e fraternidade para todos os indivíduos, defendida na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, a burguesia impôs de forma “mascarada”, isto é, ideologicamente construída, sua visão de mundo como forma de conservar-se no poder.

Para Luis (2005, p. 38), a lógica burguesa capitalista limitou a máxima “Liberdade, Fraternidade e Igualdade” a apenas um grupo de favorecidos. A burguesia, enfatizando o “direito individual e o direito à propriedade, não poderia produzir resultados, de curto ou de longo alcance, senão os previstos implicitamente na Declaração. Em vez de direitos, evidenciaram-se as diferenças a favor de alguns”.

Fica manifesto que a classe trabalhadora não obteve os mesmos privilégios que a burguesia na Revolução¹⁷, onde, no processo revolucionário, a

classe trabalhadora, que sofria na pele as contradições, se manifestava, mas não tinha independência de classe porque historicamente não tinha uma caminhada

¹⁷ Luis (2005) retrata a visão de Marx sobre a Revolução: “Marx que viveu as influências do Iluminismo e os movimentos revolucionários do século XIX, em 1848, denunciava o caráter contraditório da emancipação burguesa, pois entendia que a distinção entre as classes é um impeditivo da emancipação humana. Argumenta que a sociedade burguesa brotou das ruínas da sociedade feudal e não aboliu os antagonismos de classe.” (LUIS, 2005, p. 39).

enquanto classe, senão como trabalhadores individuais lutando pela subsistência. Por essa razão, era guiada pela burguesia que se intitulava como classe revolucionária, e que em nome do 'povo', instituiria nova forma de governo. Contudo, a classe trabalhadora foi traída no sentido de não ser incluída enquanto classe beneficiária, com os mesmos privilégios da burguesia. (LUIS, 2005, p. 38).

O Iluminismo previa uma humanidade livre, consciente e emancipada. No entanto, a modernidade vem acompanhada de intensas crises sociais. O sistema capitalista de produção agravou o quadro de desigualdade social, onde a

burguesia estava cada dia mais rica, obtendo lucros em suas fábricas e minas, empregando homens, mulheres e crianças por salários muito baixos. Esses operários enfrentavam péssimas condições de trabalho e subsistência. Para conseguir melhorias de vida, realizavam greves, revoltas e outras manifestações contra a exploração. (OSTERMANN; KUNZE, 1995, p. 8-9).

Fundamentando-se em Marx, Ostermann e Kunze (1995, p. 9) colocam que a Revolução foi “necessária para regulamentar em leis a nova ordem econômica, social e cultural capitalista. Derrubando o feudalismo, que protegia os interesses da aristocracia, permitiu o crescimento econômico e político da burguesia”, provocando um agravamento das questões sociais.

A partir dessas considerações, se poderia indagar: o projeto emancipatório iluminista concretizou-se após a derrubada do Antigo Regime? O pretenso progresso científico, tecnológico e cultural experimentado nas décadas seguintes à Revolução tornou-se um bem comum ou um privilégio de classe? Já se experimentou a modernidade ou o que se viveu é apenas uma pseudomodernidade? (ROUANET, 1993). O conservadorismo “morreu” ou continuou permeando as práticas sociais de grupos interessados em consolidar os privilégios de classe alcançados?

A resposta poderia, por certo, ser precedida de uma reflexão explicitada por Luis (2005, p. 50-51), para quem “a sociedade liberal moderna é fruto do Iluminismo, transformando a liberdade e a autonomia humana (seus maiores objetivos) em meras

fachadas formais”. A liberdade pretendida e defendida pela burguesia expressa-se no liberalismo de mercado, nas livres transações comerciais, onde a autoridade do Estado é limitada. No que se refere à participação democrática dos indivíduos, à mobilização de grupos em torno da melhoria das condições de vida e à igualdade de oportunidades, a máxima da liberdade é questionável e parcial. É a visão ideológica que prevaleceu, que não primou pela emancipação social.

A liberdade não se efetiva por si só, mas através da construção de um mundo positivo, de instituições geradoras de espaço de liberdade, ou seja, o pano de fundo, o conjunto de relações que dá a base de sustentação para a efetivação da liberdade não a oportunizou, mas a limitou num duplo movimento: a acumulação da riqueza, por um lado, e de outro, a grande massa abaixo de subsistência. (LUIS, 2005, p. 37).

No sistema capitalista, a liberdade proposta pelo liberalismo em seus primeiros tempos deu lugar ao individualismo de concorrência. A fraternidade e a igualdade, tão presentes no discurso iluminista, deram lugar à injustiça onde as divisões de classe passaram a ser explicadas pelas relações de mercado, onde só os que têm “força de vontade” podem vencer. A participação e a liberdade tornaram-se possíveis somente para aqueles cujo modelo econômico garante os meios de realização. “A emancipação difundida pelos ideólogos burgueses estendia-se para o homem em geral, mas ficou limitada ao sujeito histórico que encabeçou o movimento iluminista.” (LUIS, 2005, p. 50).

A partir dos elementos discutidos acima, arrisca-se a dizer que a sociedade capitalista moderna é conservadora. A burguesia, de classe revolucionária, passou a conservadora, pois, tão logo alcançou seus objetivos, levantou-se em favor de reconhecê-los como justos e passou a conservá-los. A emancipação, elemento preponderante no discurso iluminista, em relação ao qual o conservadorismo posicionou-se contrário, não encontra espaço de efetivação na sociedade moderna capitalista. É

nesse quadro de ruptura e continuidade, onde se evidenciam grandes antagonismos sociais, que o conservadorismo ganha força política e expressão.

No item a seguir, tenta-se compreender de que maneira o conservadorismo, a partir da autoridade tradicional, busca o controle sócio-político e econômico e a não-efetivação da emancipação dos indivíduos, como forma de manter as estruturas de poder.

1.1.2 O conservadorismo institucional: a importância da autoridade tradicional

Fundamentado nos princípios filosóficos do Iluminismo, o liberalismo trazia em si o ideal de um mundo mais feliz e igualitário, que resultaria da liberdade dos homens em relação às restrições a que estavam sujeitos historicamente. O liberalismo previa indivíduos livres e desvinculados da autoridade das instituições tradicionalmente estabelecidas, tais como o Estado, a Igreja, a família. A crítica mais contundente de Burke em relação ao liberalismo era, justamente, a excessiva confiança deste nas capacidades racionais e na liberdade dos indivíduos como forma de progresso social e moral. O discurso de Burke em favor das instituições (Estado, Igreja, família) é bastante enfático.

A sociedade exige não apenas que as paixões dos indivíduos sejam dominadas, mas também que, mesmo na massa e no conjunto bem como nos indivíduos, as inclinações dos homens sejam freqüentemente contrariadas, sua vontade controlada e suas paixões reprimidas. Isso apenas pode ser obtido através de um *poder independente dos indivíduos*; e, no exercício de suas funções, não sujeitos à vontade e às paixões, as quais, pelo contrário, eles têm o dever de restringir e subjugar. (BURKE, 1982, p. 89, grifo do autor).

Para os conservadores, a civilização é marcada por uma fragilidade intrínseca. Os indivíduos que a compõem são, por natureza, egoístas e irracionais e, sem instituições fortes para “guiá-los”, inevitavelmente recairiam na barbárie. Daí a necessidade da

autoridade tradicional, da família, da Igreja e, sobretudo, do Estado para conter os impulsos irracionais dos indivíduos.

Essas instituições atuam sobre os indivíduos na regulação e modelagem dos comportamentos “desejáveis” e “esperados”. Assim, o indivíduo pressionado socialmente incorpora um sistema de valores que lhe é imposto enquanto verdade legitimada pela autoridade tradicional (instituições). É esse sistema de valores e conduta “que força cada um a se conservar por trás de uma máscara para sair-se bem no seu papel” (MAYOL, 1996, p. 48). Ao submeter-se a essa autoridade, o indivíduo acaba por assimilar papéis sociais, os quais lhe são designados, ficando satisfeito com o lugar que lhe coube na hierarquia social, anulando-se. Ao desempenhar papéis sociais, os indivíduos “forjam” uma espécie de identidade, na medida em que esta “lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente” (MAYOL, 1996, p. 40).

A importância da autoridade tradicional em sociedades conservadoras está justamente no fortalecimento e na conservação da ordem social estabelecida. Nessa ordem, cada indivíduo busca adaptar-se ao sistema, para que dele possa fazer parte, mesmo que isso o leve a anular-se enquanto indivíduo e enquanto representante de uma coletividade. O indivíduo, longe de buscar sua emancipação, acaba por aceitar a realidade tal como ela é, sem perspectiva de transformação. Sobre isso, Watkins (1964, p. 46) coloca que o “dever de obediência aos magistrados, aos sacerdotes e ministros, e a outras autoridades tradicionais, fora inculcado durante gerações pelas forças combinadas do Estado e da Igreja” como forma de controle social.

A combinação de forças entre Estado e Igreja pode ser muitas vezes traduzida na produção de um discurso e de um aparato ideológico conservador. Exemplo disso é a figura divinizada da monarquia. Tal discurso é, portanto, pautado em argumentos que expliquem a realidade vivida dentro de uma sociedade hierarquizada. Daí a importância dada às instituições, como as citadas acima, dentro de uma concepção conservadora,

principalmente no que se refere à garantia dos interesses sociais, políticos e econômicos de uma determinada classe social em detrimento de outra.

Para os conservadores, descrentes das capacidades racionais dos indivíduos, as instituições são, então, vistas como instrumentos importantes na busca pela manutenção e preservação da ordem social estabelecida. São necessárias instituições fortes para

reprimir os impulsos egoístas e irracionais dos indivíduos e para insuflar nêles hábitos civilizados. Mas a vida das instituições é precária. Uma única geração, ao rejeitar sua herança tradicional e não a transmitindo aos seus descendentes, pode quebrar a indispensável corrente de continuidade social, desfazendo o trabalho de séculos. Se os homens se contentarem em manter e melhorar suas instituições estabelecidas, o progresso é perfeitamente viável. No caso contrário, um retorno ao barbarismo é não só possível, mas certo. (WATIKINS, 1964, p. 50).

A idéia de “coletividade” presente no pensamento conservador está ligada à idéia de representação social a partir das instituições tradicionalmente estabelecidas, cuja autoridade está centrada nas qualidades “transcendentes” de que são dotadas. A idéia de coletividade dentro do conservadorismo, portanto, não perpassa pela idéia de mobilização e emancipação social dos sujeitos. Contrariamente, a possibilidade de organização dos indivíduos em torno de seus interesses deve antes de tudo obedecer aos critérios de moralidade e confiabilidade oferecidos pelas instituições.

Nesse sentido, Durkheim (2003, p. 32) concebe as instituições como algo construído “fora” do indivíduo, isto é, sem a sua participação. Assim, quando o indivíduo “chega” ao mundo, as instituições já existem. As crenças e práticas já se encontram formadas e “se existiam antes deles é porque existem fora deles”. Cabe aos indivíduos simplesmente adaptar-se às normas e regras impostas por essas instituições, as quais já se encontram socialmente reconhecidas, submetendo-se, assim, ao poder que lhes é atribuído. As instituições e suas regras são externas aos indivíduos, o

sistema de sinais de que me sirvo para exprimir o pensamento, o sistema monetário que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas seguidas na minha profissão, etc., etc., funcionam independentemente do uso que deles faço. (DURKHEIM, 2003, p. 32).

Nessa discussão, pode-se recorrer novamente às idéias de Mayol (1996, p. 51), para quem a sociedade é um palco onde cada indivíduo “atua” segundo o papel, definido por códigos e regras, que lhe fora atribuído por condições exteriores a ele, “máscaras e máscaras por trás das quais o usuário do bairro é ‘obrigado’ a se refugiar para continuar usufruindo dos benefícios simbólicos com os quais pode contar”.

Os códigos são observáveis nas maneiras de agir, de pensar e de sentir, e apresentam a notável propriedade de existir fora das consciências individuais. As instituições tradicionalmente estabelecidas – o Estado, a família e a Igreja – se tornam “guardiãs” desses códigos. Por vezes, “acontece ignorarmos o pormenor das obrigações que nos incumbem e, para conhecê-las, termos de consultar o Código e os seus intérpretes autorizados.” (DURKHEIM, 2003, p. 32). Isto é, as instituições.

Sob a forma de pensamentos ou comportamentos, os códigos, além de serem exteriores ao indivíduo, são dotados de um poder coercitivo e imperativo que se impõe a ele, quer queira, quer não. Para Durkheim (2003), o poder de coerção das instituições frente aos indivíduos pode se dar através de punições formais ou de maneira já internalizada. Nesse caso, o poder de coerção não se faz sentir, pois o indivíduo imediatamente responde aos imperativos institucionais conformando-se de “boa vontade” diante das regras que lhe são impostas.

No tópico a seguir, irá se discutir a reformulação do pensamento e das instituições de caráter conservador mediante as novas práticas sociais advindas da crescente expansão do capitalismo na modernidade.

1.1.3 O pensamento conservador reformulado: a dificuldade de consolidação do projeto iluminista emancipatório

Segundo Watikins (1964), a expressão “conservadorismo” vem historicamente ganhando novos significados, passíveis de muitas interpretações. Esses significados muitas vezes são desvinculados do conceito original, o que, na opinião do autor, gera certa controvérsia política. Watikins (1964, p. 45) exemplifica tal fato com o surgimento do movimento neoconservador nos Estados Unidos, onde a

principal preocupação de seus proponentes é reduzir o papel do govêrno na vida americana e confiar na iniciativa privada e no mercado livre como veículos primordiais do progresso. O que eles advogam, por outras palavras, é o retôrno a uma forma anterior e mais pura da ideologia liberal. Na maioria dos aspectos, isso é exatamente o oposto da posição antiliberal de Burke e dos primeiros conservadores. (Watikins, 1964, p. 45).

Tendo em vista as colocações de Watikins (1964), se poderia indagar, a respeito da consolidação das práticas conservadoras na modernidade: qual a trajetória e o perfil do movimento conservador na sociedade capitalista moderna? O que é ser conservador na modernidade?

Giddens (1996, p. 31), por sua vez, coloca que o conservadorismo propagado por Burke e seus sucessores não pode ser interpretado como um fenômeno estático e regular, pois, “embora não tão complexo e diverso quanto o socialismo, o conservadorismo apresenta grande variação em países diferentes e inclui diversos elementos contrastantes”. Dessa maneira, o conservadorismo não pode ser analisado como um sistema singular e homogêneo de práticas que ocorreram simultaneamente e similarmente em diferentes contextos históricos. As diferenças observadas entre o modelo de conservadorismo britânico, essencialmente antiburguês, e o modelo americano, que tem sido agressivamente pró-capitalista quase desde seus primórdios,

evidenciam a importância de se compreender o conservadorismo a partir de uma perspectiva dinâmica.

É interessante notar que os movimentos que integram indivíduos partidários de uma mesma ideologia – no caso do presente estudo, o movimento conservador – precisam estar-se adequando constantemente à realidade na qual estão inseridos. Essa adequação ocorre no grupo como forma de resistência, já que muitas de suas convicções iniciais¹⁸ são colocadas à prova cotidianamente. Nesse processo, muitas convicções iniciais são reafirmadas e outras revistas a partir de situações concretas. Essa adaptação faz-se necessária para que o movimento não se extinga e encontre campo fértil para a efetivação dos seus ideais. Assim, o grupo organizado

ao deparar-se com a estruturação no cotidiano, tende a ceder. A instituição que nasce em semelhante circunstância é, ao mesmo tempo, herdeira e traidora do impulso inicial. Trava-se no seu seio uma tensão fundamental. De um lado, a necessidade de se 'adaptar ao tempo' e, de outro, o constante apelo ao impulso fundante. (SILVA, 2000, p. 50).

Em relação ao movimento conservador, essa “estruturação do cotidiano”, à qual Silva (2000) se refere, está relacionada às mudanças de ordem sócio-política e econômica que ocorreram tanto na sociedade européia quanto na americana, na medida em que o capitalismo expandiu-se mundialmente.

Com a expansão do capitalismo, o conservadorismo teve de se adaptar, sob o risco de extinguir-se. Assim, na modernidade, o velho conservadorismo “morreu” (Giddens, 1996, p. 36) porque as formas sociais que procurou defender, entre elas o feudalismo, a hierarquia ligada ao domínio aristocrático e o Estado supremo, desapareceram quase que por completo. Essa reestruturação das práticas conservadoras dá origem ao pensamento conservador reformulado.

¹⁸ Alberoni (1991 apud SILVA, 2000, p. 50) chama essas convicções iniciais de impulsos fundantes, os quais, ao longo do processo de institucionalização do movimento, vão se modificando, perdendo, muitas vezes, seu caráter inicial.

Para Carvalho (2005), o conservadorismo, bem como as instituições por ele defendidas, ao depararem com as transformações provocadas pela gênese do capitalismo, tiveram de se reinventar. A autora não vê na estruturação do sistema capitalista de produção a derrubada completa das estruturas de poder organizadas pelo poder conservador, fruto da sociedade aristocrática européia. O que houve, na realidade, foi uma reestruturação do conservadorismo frente à nova realidade existente, um “acordo” entre a modernidade e o conservadorismo, onde “muda-se para conservar”. Assim, o

conservadorismo como estrutura consciente de pensamento segue essa lógica de formação, pois ele é reação à transformação, uma reação bastante peculiar, posto que se caracteriza pela apropriação de elementos novos mas dentro de uma perspectiva anterior. As transformações são formadas por uma dialética de ruptura/continuidade, isto é, o novo se faz no anterior, mas é novo, logo supera aquele que o produziu. (CARVALHO, 2005, p. 2).

A postura adotada pelos conservadores de “mudar para conservar”, onde se abre mão de algumas coisas para conquistar outras, embora pareça contraditória, será a marca do conservadorismo na modernidade.

Segundo Giddens (1996), no pós-guerra três perspectivas variantes de conservadorismo podem ser reconhecidas: o Conservadorismo Filosófico, o Neoconservadorismo e a Nova Direita (Neoliberalismo). Em face dessas novas perspectivas, os grupos conservadores atualmente defendem: a importância de um Estado forte, mas mínimo; a democracia, que, em alguns casos, eles a defendem fervorosamente; e a hierarquia, que agora é justificada em termos de desigualdade funcional e não de uma aptidão herdada para governar. Para alguns grupos conservadores, no entanto, a defesa da existência de uma classe política com qualidades distintas de estadística ainda persiste (GIDDENS, 1996, p. 36).

O Conservadorismo Filosófico buscou, a partir da retomada dos valores de tradição, lealdade e autoridade, dar significado e credibilidade ao pensamento conservador, dentro da lógica capitalista. Ou seja, através da retomada desses valores, o Conservadorismo Filosófico defendia a aplicabilidade dos preceitos conservadores na sociedade capitalista, caracterizando-se como uma forma de defesa filosófica do conservadorismo. Como representantes dessa prática, podem-se destacar Michael Oakeshott e Roger Scruton, para os quais o conservadorismo estrutura-se a partir de três conceitos organizadores: autoridade, lealdade e tradição. E é somente através da retomada desses três conceitos que a sociedade capitalista moderna superará o individualismo e o consumismo exacerbado, alcançará o progresso e porá fim à degradação da moral, da família e dos costumes. O Estado e as demais instituições tradicionalmente estabelecidas (Igreja e família) têm, para os defensores do Conservadorismo Filosófico, papel fundamental na formação dos cidadãos, visando a recondução do progresso da humanidade (GIDDENS, 1996, p. 38).

Uma outra vertente de adaptação do conservadorismo frente à nova realidade mundial do pós-guerra é o movimento Neoconservador. O Neoconservadorismo surgiu na Alemanha e nos Estados Unidos, tendo como expoentes Hans Freyer, Arnold Gehlen e Irving Kristol, respectivamente. O Neoconservadorismo aceita o capitalismo e a democracia liberal, mas com restrições. A economia de mercado, na sociedade capitalista, tornou-se necessária, mas não suficiente para que a “boa sociedade” se estruture. Os neoconservadores “vêm a ordem burguesa como destruidora dos símbolos e práticas tradicionais dos quais depende uma existência social significativa.” (GIDDENS, 1996, p. 40). A tarefa do conservadorismo é preservar instituições como a família e a Igreja, como forma de restaurar o equilíbrio social dentro da sociedade capitalista. Segundo os neoconservadores, o liberalismo capitalista apóia a liberdade e a experimentação na economia, na arte e na família, indiscriminadamente, e “essa

experimentação entra nas áreas da vida familiar, sexualidade e atividade moral [...], produz um individualismo feroz que ameaça a estrutura social e cria o vazio.” (GIDDENS, 1996, p. 43).

Diferentemente, a Nova Direita (Neoliberalismo) não vê o capitalismo como um problema, ou seja, como o causador dos problemas sociais enfrentados pela humanidade, atualmente, mas como a solução para esses problemas. A Nova Direita vê na ampliação e consolidação das relações de mercado mundiais (globalização) o ápice do sistema capitalista de produção e a superação dos problemas sociais, como fome, miséria e marginalidade.

A possibilidade de mudança e de reestruturação da sociedade, para os neoliberais, está na ampliação das relações de mercado, pois o capitalismo, tendo como base “forças de mercado inexoráveis, não leva em consideração as origens sociais das pessoas, cor de pele ou sotaque. Longe de incentivar o egoísmo, a simples busca de lucro é uma fonte de força moral porque exclui a parcialidade política e o preconceito social.” (GIDDENS, 1996, p. 46).

Para os neoliberais, a posse da propriedade deve ser encorajada e incentivada exatamente como um modo de garantir a participação de “todos” no sistema de mercado. O movimento ascendente na escala social em uma sociedade de mercado, incluindo a aquisição de propriedade, deve estar aberto a todos que tenham vontade de vencer e a determinação para competir. No sistema neoliberal, a hierarquia persiste, mas não mais aquela apreciada pelo Velho Conservadorismo, que permite a transmissão de privilégios herdados ao longo das gerações.

Na concepção neoliberal¹⁹, a autoridade das instituições (Estado, Igreja, família) é substituída pela coordenação espontânea dos indivíduos que, motivados por interesses individuais, cooperam para uma sociedade melhor. O Estado deve ser mínimo, mas “forte”, limitando-se a fazer cumprir as leis que protegem a propriedade e a liberdade competitiva nas relações de mercado. As liberdades protegidas são, em geral,

a liberdade de possuir e de acumular, sem limites e a título privado, bens econômicos, assim como a liberdade de empreender operações econômicas (a chamada liberdade de iniciativa econômica), liberdades das quais se originaram e continuam a se originar as grandes desigualdades sociais nas sociedades capitalistas mais avançadas e entre as sociedades economicamente mais desenvolvidas e as do Terceiro Mundo. (BOBBIO, 1996, p. 41).

O Estado no neoliberalismo deve, ainda, criar estratégias de proteção da economia e política internas, fomentando o nacionalismo enquanto estratégia integradora. Ao desvincular-se dessas funções, interferindo em setores que não lhe competem, a “atividade governamental (*welfare state*) é acompanhada pelo equivalente do fracasso nos negócios, sem os mecanismos disciplinadores que os mercados estabelecem para **eliminar os menos eficientes.**” (GIDDENS, 1996, p. 45, grifo nosso).

É interessante notar que, a partir dessa concepção de Estado engendrada pela Nova Direita, as políticas públicas em favor dos excluídos sociais tornam-se inoperantes. As ações governamentais que busquem a equidade social são duramente questionadas pois, segundo os neoliberais, criam “uma horrível mistura de monstruosidades burocráticas e dependência previdencial.” (GIDDENS, 1996, p. 46). O Estado é destituído de suas atribuições e responsabilidades sociais na medida em que, em favor das classes dominantes e dos interesses do capitalismo mundial, deixa de atender às necessidades da população em geral.

¹⁹ O neoliberalismo tem como um de seus expoentes o pensador F. A. Hayek, que se proclamava não-conservador. No entanto, seus seguidores caracterizaram suas idéias como parte de um “liberalismo conservador.” (GIDDENS, 1996, p. 45-46).

É importante destacar que, no que se refere à realidade brasileira, a sociedade neoliberal, contrariamente ao que se propôs, é caracterizada pela marginalidade e exclusão social. “Com a violência dos programas neoliberais adotados recentemente no Brasil, foi consolidada a lógica da desconstrução de uma nação, que um dia sonhou ser soberana, justa e democrática.” (POCHMANN, 2001, p. 10).

O poder político e econômico, na sociedade neoliberal, continua centrado nas mãos de poucos, e os privilégios e desmandos na política são mascarados por uma falsa democracia. Os movimentos sociais ganham a imagem de subversivos e desestabilizadores da ordem social.

A ordem feudal aristocrática deu lugar à ordem capitalista burguesa. No entanto, os mecanismos de produção e o poder econômico continuam centrados nas mãos das elites. A miséria de grande parte da população mundial no neoliberalismo é justificada por uma visão distorcida de sucesso individual. Ao invés de programas sociais que busquem a emancipação dos indivíduos, presencia-se, cada vez mais, por parte das autoridades nacionais e locais, ações paternalistas de cunho ideológico que buscam fazer permanecer a ordem social estabelecida.

A partir das reflexões expostas acima, é possível perceber a complexidade e a importância do tema em questão, pois o pensamento conservador, formulado por Burke no século XVIII, continua em debate nos dias atuais, em face da realidade do mundo capitalista. Giddens (1996) questiona até que ponto essas novas práticas se aproximam ou se distanciam do Velho Conservadorismo.

Dessa maneira, a importância da reflexão sobre o tema dá-se principalmente no que se refere à tentativa de alguns estudiosos em compreender sociedades atuais marcadas pela desigualdade social e pela manutenção de privilégios de uma classe em relação à outra. Conforme os autores já citados, os conceitos de tradição, lealdade e autoridade estão ligados ao pensamento e à prática conservadora. A seguir, irá se buscar

compreender qual o papel da tradição, enquanto produção cultural humana, na justificação e conformidade em relação às práticas conservadoras. Como, na modernidade, reafirma-se o papel das instituições enquanto portadoras do conhecimento tradicional, na reprodução da ordem social vigente.

1.1.4 Conservadorismo e tradicionalismo – faces de uma mesma moeda

O conceito de tradição²⁰, dentro de uma concepção conservadora, está voltado à preservação de costumes e cerimoniais por meio dos quais o passado fala com o presente. Sendo assim, tendo em vista a importância dada pelos conservadores ao passado, enquanto referencial na construção do presente, é papel da tradição manter vivas algumas práticas sociais e, ao mesmo tempo, dar sustentação e significado a elas.

Assim, a noção de tradição, de tradicionalismo, está, nas sociedades conservadoras, diretamente ligada aos costumes e valores, os quais definem e direcionam as formas de pensar e agir de grupos sociais. Pode-se, então, falar de tradição

a propósito de um grande número de condutas sociais muito diferentes e que podem se produzir nas sociedades mais diversas e, eventualmente, mais modernas. Cada vez que nos prendemos ou cedemos a uma maneira de ser, de fazer ou de sentir unicamente sob o pretexto de que ‘sempre se agiu assim’, pode-se falar de tradição. (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 585).

Franco (1997), por sua vez, diferencia costume de tradição, afirmando que a tradição não pode ser interpretada como simplesmente a transmissão de hábitos de uma

²⁰ Giddens (1996, p. 60) faz a crítica, não ao conhecimento tradicional em si, mas à tradição defendida de maneira tradicional, gerando os fundamentalismos da família, de gênero, de etnicidade. “O fundamentalismo em um mundo de comunicações cosmopolita é sempre potencialmente perigoso, visto que é uma recusa de diálogo em circunstâncias nas quais tal diálogo é o único modo de acomodação mútua”. As tradições devem ser preservadas ou recuperadas “na medida em que fornecem fontes generalizáveis de solidariedade”.

geração para outra. A tradição diz respeito à adoção de determinados comportamentos enquanto valores sociais, que podem inibir ou estimular comportamentos. Nessa perspectiva, o costume enquanto prática cultural pode ser substituído ou modificado sem grandes mudanças na estrutura social do grupo. Diferentemente, o rompimento de práticas tradicionais envolve mudanças em estruturas sociais mais complexas.

O que diferencia tradição de costume, do uso e do hábito, e faz com que possa se constituir como um princípio essencial de regulamentação do comportamento em certos tipos de organização social, é que implica um julgamento de valor sobre o elemento transmitido, na crença seu caráter sagrado e inquebrantável. Na esfera do tradicional, saímos daquilo que existe faticamente, que foi de há muito estabelecido e que é apenas reconhecido e praticado de modo geral, para articular a noção de antigo e consensual à de valor. Apenas nesses termos é que se pode reconhecer na tradição a força para cristalizar e fazer um código realmente uniformizador da conduta, pela firme adesão das consciências às suas prescrições. (FRANCO, 1997, p. 61).

Assim, agir de acordo com as tradições não é simplesmente reproduzir comportamentos há muito evidenciados, mas acreditar que agir daquela forma faz parte de sua identidade pessoal e coletiva.

Dentro da concepção conservadora, é o conhecimento tradicional prático, incorporado ao sistema de valores do grupo, que fornece as razões e o sentido para as ações desse grupo. De forma sutil, esse conhecimento tradicional, na forma de costumes e valores, acaba, muitas vezes, sendo imposto aos indivíduos como verdade, ditando as formas de comportamento social e definindo os papéis sociais. Assim, nas sociedades conservadoras os padrões de comportamento são introjetados na vida cotidiana dos grupos sociais, onde os indivíduos passam a agir desta ou daquela maneira sem refletir sobre suas ações, com base nas tradições.

Giddens (1996) afirma que os conservadores definem o conhecimento tradicional como essencialmente prático e observável, o que confere um estatuto de verdade. Dessa maneira, para os conservadores, o conhecimento tradicional obtém sua legitimidade por

ter sobrevivido ao teste do tempo. Onde os costumes e valores são transmitidos de geração para geração, através da fórmula prática da repetição, é o sucesso obtido nessas práticas que dá ao conhecimento tradicional o caráter de plausibilidade.

A tradição, dentro de uma concepção conservadora, está acima de qualquer forma racional²¹ de conhecimento. A crítica à razão soberana, feita pelos conservadores, está justamente fundada na efetividade desse conhecimento na prática, pois todas as formas de conhecimento tradicional, “não importando o quão genéricas pareçam ser, estão saturadas pela prática, por aquilo que não pode ser colocado em palavras porque é a condição da comunicação lingüística.” (GIDDENS, 1996, p. 39). Para os conservadores, a tradição não pode ser explicada lingüisticamente, mas é comum e verificável na prática. Diferentemente da tradição, o conhecimento racional é, para os conservadores, pouco aplicado ao real, pois não possui elementos suficientes que dêem conta de explicar o fato (o real) na sua especificidade prática e local.

De certa forma, o conhecimento tradicional, no conservadorismo, tem a tarefa de explicar de maneira plausível uma realidade complexa, dar certezas num mundo cheio de incertezas. Ao explicar a realidade e os fatos que dela fazem parte, de maneira a fornecer aos indivíduos uma explicação sobre o mundo, a tradição pressupõe a idéia de “verdade ritual ou revelada – e esse traço definidor também é a origem de sua autoridade. Aquilo que é ‘consagrado’ nas tradições não é o passado, mas a sabedoria que incorporam.” (GIDDENS, 1996, p. 58).

Para os conservadores, nenhum enunciado ou formulação científica daria conta de explicar uma realidade em sua especificidade. Já a tradição, enquanto conhecimento acumulado durante gerações, é que melhor explica a realidade tal como ela é. Fica clara, portanto, a importância da tradição em sociedades conservadoras, onde os grupos que

²¹ Ao utilizar o termo “racional”, está-se reportando ao conhecimento proposto pelo Iluminismo, onde a razão humana supera as formas tradicionais de se conceber o mundo.

detêm o poder político-econômico fazem valer seus interesses a partir da imposição de idéias, enquanto verdades reveladas. Essas idéias são transmitidas para os demais membros da sociedade como verdades absolutas e inquestionáveis.

Para os grupos conservadores, o comportamento social a partir da tradição é essencial, pois é uma forma de não se questionar o porquê da vida cotidiana estar se estruturando desta ou daquela maneira: as favelas sempre existiram, os espaços de privilégio reservados para os que têm uma melhor situação social não são questionados, as famílias que detêm o poder político o fizeram sempre, os desmandos e privilégios sempre ocorreram. Daí a passividade dos indivíduos frente às questões e problemas sociais, que parecem já cotidianamente assimilados como naturais.

No entanto, para que a imposição e o controle sejam postos em prática sem gerar conflitos sociais, o conhecimento tradicional, sob forma de verdade revelada, não pode aparecer como arbitrário. A crença e a adesão dos indivíduos a esse conhecimento deve ocorrer de forma natural. Assim, segundo Giddens (1996), a lealdade, a obediência e a autoridade para com as instituições tradicionais são obtidas através de símbolos tradicionais.

Similarmente, Bourdieu (1998) analisa as funções políticas dos sistemas simbólicos e o papel da ideologia conservadora na legitimação da ordem estabelecida e da imposição de uma relação de dominação política e econômica por parte de uma elite, pois nem sempre a dominação de um grupo sobre outro se dá de maneira aberta e consciente. Disseminando a lei da continuidade e do conformismo social, o poder simbólico leva os indivíduos a aceitarem como absolutas idéias (verdades) que, na prática, deveriam ser questionadas. Dessa maneira, a

classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação, quer por meio da própria

produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores, os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes. (BOURDIEU, 1998, p. 12).

As ideologias são produzidas coletivamente, e dessa forma são apropriadas pelos grupos que as produzem. As produções simbólicas estão diretamente ligadas a interesses particulares, os quais são inversamente apresentados como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. Daí advém o termo “poder simbólico”, para caracterizar as relações sociais de poder onde o grupo dominante impõe de forma não-autoritária, através de “estratégias de reprodução que tendem a reforçar, *dentro e fora* da classe, a crença na legitimação da dominação de classe.” (BOURDIEU, 1998, p. 11, grifo do autor).

No poder simbólico, a violência física é substituída pela violência simbólica, que promove a desmobilização de classe a partir da falsa consciência de ajustamento social, pois os

sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Assim, o poder simbólico só pode ser exercido se não for reconhecido como arbitrário. É o poder de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo.” (BOURDIEU, 1998, p. 14).

Dessa maneira, a lealdade e a submissão do indivíduo em relação às instituições tradicionalmente estabelecidas (Estado, família e Igreja) estão fundadas justamente no fato do indivíduo acreditar que os ideais propostos por essas instituições são seus também. As instituições atuam sobre seus participantes moldando-lhes a “idéia sobre o

que são e o que deveriam ser”, concretizando sua autoridade. É, portanto, algo naturalmente instituído e assimilado pelos grupos sociais, onde “lealdade não significa simplesmente pertencer a um ou outro grupo corporativo; ela diz respeito a uma filiação a grupos organizados muito mais em tradição do que em associação racional e consciente.” (GIDDENS, 1996, p. 56-57).

Todas as sociedades, em todos os tempos históricos, apresentam elementos tradicionais, pois ligam-se a um nexos histórico que, de alguma forma, tem continuidade. No entanto, esses elementos tradicionais podem ou não ter uso político-ideológico, estar ou não associados à preservação e fortalecimento da hegemonia social. (CARVALHO, 2005, p. 2).

Carvalho (2005, p. 2), analisa como se dá a apropriação da tradição para os mais diversos fins políticos e como a prática conservadora utiliza-se do conhecimento tradicional para a manutenção do *status quo*. Para a autora, o Conservadorismo lança mão da tradição de forma peculiar, a tradição que “é a materialização da identidade sócio-cultural que identifica os sujeitos isolados a uma produção social definida, construindo o sentimento de pertencimento a um grupo; passa a ser um motivo de engessamento, de manutenção do *status quo*”.

Na modernidade, com o advento do positivismo, a ciência (ou o conhecimento científico) passa a ser vista como verdade absoluta e inquestionável. A ciência de caráter positivista, baseada em métodos e técnicas próprios, apregoava a pureza e a infalibilidade de suas formulações teóricas, o que, de fato, a aproxima muito do conhecimento tradicional pressuposto pelos conservadores.

Nesse sentido, Chauí (1990, p. 83) adverte para o perigo da ciência moderna tornar-se uma produtora de verdades absolutas, colocando-se a serviço das classes dominantes. A “racionalidade é o novo nome da providência divina. Talvez tenha chegado a hora da heresia: a ciência é o ópio do povo”. Nessa frase, Chauí faz uma alusão à

conhecida fala de Karl Marx, “a religião é o ópio do povo”. Tal alusão demonstra, na sua compreensão, a transferência do poder de dominação e controle social que historicamente esteve centrado nas mãos das instituições tradicionalmente estabelecidas, como no caso a Igreja, e que na modernidade passa a ser exercido pela ciência enquanto instância produtora de conhecimento. Propõe-se, então, a crítica à ciência positivista enquanto um processo de construção do saber que traz inerente um caráter ideológico na sua configuração.

Nesse sentido, a ciência torna-se um campo onde a construção do saber não é fruto de um trabalho de reflexão e ação a partir das condições reais historicamente vivenciadas pelos sujeitos, num constante fazer e refazer da história dos homens enquanto sujeitos sociais, mas como algo já estabelecido, pré-determinado. É nesse momento que ciência e ideologia se encontram a serviço da dominação, onde o discurso ideológico age no sentido de mascarar, isto é, de ocultar o real. Para Chauí (1990), a

ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as idéias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. (CHAUÍ, 1990, p. 3).

A ciência ideológica formula um conhecimento restrito a uma minoria. Isso é o que Chauí (1990) chama de “discurso competente”, que emerge com base na suposta objetividade e impessoalidade científica, em critérios fechados de verdade, e é utilizado como instrumento de dominação e subordinação. Os grupos detentores do poder buscam manter-se nele, e os grupos subordinados, ora buscam estratégias para livrar-se dessa subordinação, ora aceitam-na como algo natural devido a uma pretensa impessoalidade e

a uma racionalidade atribuída ao conhecimento científico, onde o saber “está para todos”, mas, na realidade, “não é para todos”.

O poder exercido pela ciência, em uma sociedade que cultua patologicamente a cientificidade, produz um saber científico restrito a poucos. Dessa forma, contesta-se o uso do saber científico com algo pertencente por direito a uma minoria como privilégio natural dos “bem-dotados”, onde a divisão da sociedade em classes aparece dissimulada sob a imagem de talentos e inteligências. A ciência ideológica tem como objetivo neutralizar o poder de contestação da ordem social vigente. Os fatos são tidos como verdades absolutas e inquestionáveis, e isso faz com que cada um reconheça seu lugar na sociedade de classes e esteja satisfeito com o lugar que lhe coube na hierarquia social.

É nesse momento que se dá a aproximação entre ciência e ideologia. A idéia de “verdade revelada”, que permeia tanto o conceito de tradição quanto o de ciência moderna, permite afirmar que apenas alguns “eleitos” terão acesso ao conhecimento. Nesse momento, caberia perguntar: a quem essa verdade é revelada? Quem tem o direito de possuí-la? Quem define quais tradições (“verdades”) serão observadas e seguidas? Quais interesses permeiam a construção de verdades?

A partir dessas formulações, ainda se poderia perguntar: como pode o poder de persuasão das instituições tradicionais atuar de forma tão eficaz na vida cotidiana dos grupos sociais? O que leva os indivíduos a agirem de acordo com regras e costumes (conhecimento tradicional) instituídos como certos? Que benefícios são obtidos pelos indivíduos ao agirem de acordo com determinados preceitos e valores? De que forma é obtida a lealdade a esses preceitos? Quais estruturas delimitam e organizam a vida cotidiana dos indivíduos dentro de um determinado espaço? E, ainda, quais são os códigos que identificam e ao mesmo tempo diferem esses indivíduos?

Sobre isso, Mayol (1996) coloca que os indivíduos, ao se relacionarem entre si e com o espaço em que vivem, desempenham “papéis sociais”. Esses espaços são denominados pelo autor de “bairro” ou “cidade”. E é no bairro propriamente dito onde ocorre a representação do cotidiano.

O bairro é um palco ‘diurno’ cujos personagens são, a cada instante, identificáveis no papel que a conveniência lhes atribui: a criança, o pequeno comerciante, a mãe de família, o jovem, o aposentado, o padre, o médico, máscaras e máscaras por trás das quais o usuário do bairro é ‘obrigado’ a se refugiar para continuar usufruindo dos benefícios simbólicos com os quais pode contar. (MAYOL, 1996, p. 51).

Assim, ao estudar a sociologia urbana do bairro e a estrutura etnográfica da vida cotidiana, Mayol (1996, p. 38) argumenta que o que define um grupo é a forma como seus integrantes organizam sua vida cotidiana e como articulam os comportamentos, cujo “sistema se torna visível no espaço social da rua e que se traduz pelo vestuário, pela aplicação mais ou menos estrita dos códigos de cortesia [...], o modo como se evita ou ao contrário se valoriza este ou aquele espaço público”.

Dessa maneira, no bairro cada um desempenha seu papel e age a partir de códigos sociais precisos, todos centrados no fato do reconhecimento. O indivíduo adere a um sistema de valores e comportamentos que força cada um a se conservar por trás de uma máscara para sair-se bem no seu papel. São esses códigos que, muitas vezes, fazem o indivíduo “anular-se ou não diante de outros parceiros segundo o grau hipoteticamente hierárquico que os usuários acreditam dever manter nesta ou naquela circunstância.” (MAYOL, 1996, p. 48).

Matta (1981, p. 24) fala da criação dos ritos de encenação da vida cotidiana nas sociedades complexas. Os ritos, segundo o autor, têm a função de, nessas sociedades, promover a identidade social e a construção de seu caráter. O estudo dos ritos permite penetrar no “coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu

sistema de valores”. É o ritual que “permite tomar consciência de certas cristalizações sociais mais profundas que a própria sociedade deseja situar como parte dos seus ideais ‘eternos’”.

Segundo Matta (1981, p. 26), a desconstrução do rito enquanto prática social revela os mecanismos de poder e os valores de uma dada formação social e os “reflexos de um grupo sobre outro, num jogo muito complicado das múltiplas legitimações”. É na prática do rito que se atualizam “estruturas de autoridade, permitindo situar, dramaticamente e lado a lado, quem sabe e quem não sabe, quem tem e quem não tem, quem está em contato com os poderes do alto e quem se situa longe deles”. Para o autor, os rituais ajudam a “construir, vivenciar e perceber o universo social, freqüentemente fragmentado por contradições internas, como uma totalidade”.

Sobre isso, MAYOL (1996, p. 45) afirma que a ação orientada pelo código de postura, ou seja, “o adquirido trazido pelo costume não é senão a melhoria da ‘maneira de fazer’, de passear, de fazer compras, pela qual o usuário pode verificar sem cessar a intensidade da sua inserção no ambiente social”. Para o autor, essa inserção no ambiente social leva o indivíduo a sentir-se confortável no papel que lhe cabe, pois é reconhecido pelo grupo. Dessa forma, o padrão de comportamento evidenciado nos pactos sociais é rígido, mas o indivíduo sente-se de alguma forma beneficiado e passa a agir conforme esse padrão.

Nesse sentido, Mayol (1996, p. 39) discorre sobre a criação do sistema de “conveniências”, no qual o engajamento social dos indivíduos se dá pelo partilhamento de códigos de posturas. Segundo o autor, o bairro aparece como o “lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros [...] que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição”. Dessa maneira, a conveniência, de forma hábil e sutil, substitui a lei devido ao seu caráter

não-arbitrário, levando os indivíduos a agirem desta ou daquela maneira para serem reconhecidos socialmente. Assim, a

conveniência é grosso modo comparável ao sistema de 'caixinha' (ou 'vaquinha'): representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse 'preço a pagar' (saber 'comportar-se', ser 'conveniente'), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana. (MAYOL, 1996, p. 39).

A necessidade de pertencimento ao grupo e de definição de papéis sociais, centrada não no indivíduo em si, mas do que ele representa socialmente, se expressa em indagações como “a que família você pertence?”. Assim, a conveniência é

o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua. A conveniência é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se permanecer submisso a ela: no fundo, ela exige que se evite toda dissonância no jogo de comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social. Por isso é que produz comportamentos estereotipados, '*prêt-à-porter*' sociais, que têm por função possibilitar o reconhecimento de não importa quem em não importa que lugar. (MAYOL, 1996, p. 49).

A partir do sistema de conveniências, o indivíduo sente-se impossibilitado de questionar a ordem social existente, pois, agindo de acordo com o que fora estabelecido como certo, mesmo que isso lhe custe sua resignação pessoal, o indivíduo sente-se reconhecido. O sentimento de pertencimento, dado pelo sistema de conveniências, faz com que o indivíduo esteja pouco aberto a se organizar e mobilizar-se de forma a questionar a realidade existente, concebendo-a como natural. As ações tornam-se tão corriqueiras que não se concebe uma prática diferente onde a “trivialidade cotidiana desse processo, partilhado por todos os cidadãos, torna inaparente a sua complexidade enquanto prática cultural.” (MAYOL, 1996, p. 42).

Para que o sistema de conveniências cumpra seu papel social, é preciso sempre lembrar quais são os comportamentos sociais desejados e esperados, pois, quando

algumas práticas deixam de estar em evidência e de ser constantemente reforçadas, corre-se o risco de perder “o domínio verdadeiro, embora mascarado, com o qual os freqüentadores de um bairro geram seu poder próprio sobre seu ambiente e a forma discreta, embora tenaz, como se insinuem no espaço público, para dele se apoderarem.” (MAYOL, 1996, p. 56).

Dessa forma, o espaço público do bairro, pouco a pouco, torna-se reservado e, por que não dizer, particular à medida que se torna uma extensão da vida privada de determinados grupos, os quais impõem seu estilo e modo de vida aos demais. O bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público, constituindo-se

termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esse dois termos, um *dentro* e um *fora*, que vai aos pouco se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço. Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado. (MAYOL, 1996, p. 42, grifo do autor).

Nos parágrafos acima, procurou-se explicitar de que maneira o conhecimento tradicional revelado como verdade inquestionável pode atuar como alicerce de práticas conservadoras interessadas na manutenção de certa ordem estabelecida. E como, a partir do sistema de conveniências, essas práticas são legitimadas.

A partir das formulações teóricas expostas nesse item, parece claro como o conhecimento, tradicional ou científico, pode ser utilizado como instrumento de dominação de uma classe em relação a outra, pois “as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante dessa época, [...] o dominante se reveste de generalidade e de universalidade que anulam e ocultam a realidade das classes” (CHAUÍ, 1990, p. 27) e de como essa dominação, como bem colocam Bourdieu (1998) e Mayol (1996), acontece de forma “mascarada”, como a tolher os conflitos sociais.

A seguir, irá se buscar compreender de que maneira o caráter de “representante homogêneo e eficaz da sociedade” (CHAUI, 1999, p. 28), que foi conferido ao Estado na condução imparcial dos negócios públicos, tem, na modernidade, contribuído para que as práticas conservadoras, de manutenção do *status quo*, fossem reafirmadas.

1.1.5 A manutenção do *status quo* – a autoridade tradicional do Estado e a hegemonia nacional

Como foi visto anteriormente, o conservadorismo confia às instituições tradicionalmente estabelecidas o poder de salvaguardar os princípios morais e a verdade na forma de conhecimento tradicional. Para os conservadores, é dever do Estado, da Igreja e da família proteger o indivíduo dele mesmo. Entregue a seus próprios recursos e longe do poder disciplinador das instituições, o indivíduo “sofreria as conseqüências maléficas da indisciplina de suas paixões, destruindo a si próprio e a outros na busca de propósitos daninhos.” (WATIKINS, 1964, p. 49).

O velho conservadorismo previa uma sociedade regida por um poder central, o qual seria responsável pela organização da sociedade enquanto uma comunidade orgânica, o Estado²². Este, enquanto instituição social, tem origem na própria sociedade e reflete as contradições que nela existem. Quando a serviço das classes dominantes, o Estado adquire *status* transcendental com poder de persuasão e controle. Segundo Chauí (1996, p. 6), na modernidade, “Deus baixou do céu a terra, abandonou conventos e púlpitos e foi alojar-se numa imagem nova, isto é, no Estado”. Configura-se, dessa forma, a “representação moderna do Estado como poder uno, separado, homogêneo e dotado

²² Não é objeto deste trabalho a origem do Estado moderno enquanto instituição social. Cabe, por hora, compreender que, na modernidade, o poder monárquico de base feudal aristocrática (absolutismo) deu lugar a uma nova forma de poder que nascera na gênese do capitalismo, o Estado moderno burguês. A “burguesia com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno.” (MARX; ENGELS, 1990, p. 13).

de força para unificar, pelo menos de direito, uma sociedade cuja natureza própria é a divisão de classes”.

O Estado, em sociedades conservadoras, tem o papel de garantir à sociedade uma aura de homogeneidade e de justiça social, onde cada um, representando seu papel numa sociedade dividida em classes, está de fato contente com o lugar que lhe coube na hierarquia social. É dever do Estado manter a ordem e a estabilidade necessárias ao desenvolvimento social, político e econômico da nação.

Putnam (1996, p. 175) alerta para o perigo de o Estado estar a serviço da classe dominante, detentora do poder econômico. Na sociedade, a coerção de um terceiro, ou seja, do Estado, exige “que este seja confiável, mas que força garante que o poder soberano não irá ‘desertar’? Em suma, se o Estado tem força coercitiva, então os que o dirigem usarão essa força em proveito próprio, a expensas do resto da sociedade”. Nessas circunstâncias, o poder estatal acaba por defender apenas os interesses da classe dominante, tornando-se uma instituição de reprodução da ordem social vigente.

Ideologicamente, configura-se a imagem de que, perante o Estado, “todos” os cidadãos, independentemente de sua condição social, cor ou credo, têm direitos e deveres assegurados pela lei e que o Estado, sendo o representante legal da sociedade, atua no sentido de garantir que as leis sejam cumpridas. É o Estado, mantenedor da justiça e do direito, quem garante a imparcialidade contida na lei. No entanto, essa imparcialidade fica comprometida quando o Estado coloca-se a serviço das classes dominantes. “Pobre de quem, sabemos, tem que se haver diretamente com as leis e instituições impessoais do Estado na sua lógica jurídica.” (MATTA, 1981, p. 20).

Nesse sentido, o Estado, para Matta (1981, p. 20), é

poderoso não como um mero instrumento de classe, mas também como uma área dotada de recursos e leis próprias. Um domínio capaz de criar um espaço social fundado no indivíduo, onde as relações estruturais e dominantes do universo da

família, do compadrio, da amizade, da patronagem e do parentesco podem ser colocadas em risco e, por causa disso, podem ser reforçadas.

Segundo Rawls (2002), o Estado não pode tornar-se uma instituição de reprodução social, permitindo a continuidade das desigualdades hereditárias. No entanto, o sistema de regulação do Estado sobre a economia, na sociedade capitalista moderna, revela-se ineficiente, devido a disparidades de riqueza e influência política por elas permitida. As instituições devem permitir a todos os cidadãos – e não há poucos – os meios produtivos que “lhes permitam ser membros totalmente cooperativos de uma sociedade.” (RAWLS, 2002, p. XIX).

Neste primeiro capítulo, foi proposto analisar a conjuntura sócio-política e econômica que proporcionou o surgimento da doutrina conservadora na Europa. Tal doutrina construiu suas bases teóricas a partir da crítica ao liberalismo revolucionário da Revolução Francesa. Buscou-se, também, compreender quais as formas de aproximação do conservadorismo aristocrático de Burke com a ideologia burguesa da sociedade capitalista moderna. E, ainda, a manutenção do *status quo*, os conflitos sociais entre grupos, as disputas pelo poder e por espaços de participação e contestação social, além do papel do Estado e de outras instituições no equilíbrio social.

CAPÍTULO 2

RUPTURA E CONTINUIDADE NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

Em lugar da renovação [...] velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse. O fermento contido, a rasgadura evitada gerou uma civilização marcada pela veleidade [...].

(Raymundo Faoro)

Como foi visto no capítulo anterior, o pensamento conservador, enquanto visão de mundo, apresenta uma forma singular de interpretação da realidade. E está, de fato, intimamente relacionado ao posicionamento e atuação de grupos sociais que buscam legitimar suas ações, no sentido de autopreservação.

Também foi visto que, historicamente, os princípios conservadores acabam por difundir-se globalmente. Assim, muitos de seus princípios podem ser observados ainda hoje nas sociedades modernas, transferindo-se para outros espaços geográficos e temporais, que não os da Europa do século XVIII, onde o conservadorismo surge como doutrina em oposição ao pensamento liberal instaurado no período pós-Revolução Francesa.

Assim, o Brasil, inserido no contexto mundial, recebe influências do pensamento conservador, o que interfere diretamente na sua formação sócio-política e econômica. Não obstante, o pensamento conservador se enraíza, repercutindo no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira em geral e, conseqüentemente, na configuração política local.

2.1 A IDEOLOGIA CONSERVADORA E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

2.1.1 Brasil – Uma aristocracia burguesa ou uma burguesia aristocrata? – Quadro geral da formação do Estado nacional brasileiro sobre a égide capitalista

O Brasil, durante o período colonial e, depois, como país independente, recebeu influências dos embates ideológicos travados na Europa devido ao surgimento e expansão do capitalismo e às modificações de ordem sócio-política e econômica advindas desse processo. Dentre esses embates, sem dúvida, estaria o crescente liberalismo burguês, em oposição ao centralismo da aristocracia européia, fato esse que resultou no processo revolucionário francês.

Assim, Mercadante (1965) afirma que, no processo de formação da sociedade brasileira (durante o século XIX), as instituições de forma geral acabam por absorver idéias, conceitos teóricos, fórmulas jurídicas cujas raízes são européias. Essa importação de ideologias alheias, segundo o autor, se realizou por uma elite brasileira formada nos centros universitários europeus, fato esse que resultou na formação de um quadro de ecletismo de idéias que não só caracterizará a sociedade colonial brasileira, mas que também se fará presente em diferentes contextos históricos.

Os homens públicos, representantes da elite brasileira, “formada nos centros universitários do continente europeu, trouxeram para o nosso meio conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas e com tal espólio arquitetaram um edifício de governo artificial e burocrático” (MERCADANTE, 1965, p. 94) em terras brasileiras.

Essas idéias sugerem que diferentes concepções ideológicas teriam influenciado na construção do pensamento sócio-político e econômico brasileiro. No entanto, é necessário destacar que tais concepções, dentro da especificidade do contexto nacional,

ganharam condição própria, fundindo-se a elementos próprios da realidade nacional, onde teve a “*intelligentsia* nacional que conciliar [...] o liberalismo econômico e o instituto da escravidão, procurando ajustá-los à realidade do país. Ademais, tudo a levava a uma ideologia de mediação.” (MERCADANTE, 1965, p. 7).

Essa ideologia de mediação, à qual Mercadante (1965) se refere, permitiu que, no contexto brasileiro, o conservadorismo aristocrático convivesse com as novas relações sociais advindas da expansão das relações mercantis no país – ou seja, o liberalismo social e econômico. Esse fato ocorreu devido a um jogo de interesses econômicos da elite dominante, a qual, ao mesmo tempo, queria conservar os seus privilégios de classe mantendo uma postura conservadora aristocrática e, por outro lado, praticar um livre comércio de caráter liberal. Assim, se formaria a nacionalidade brasileira “conservadora em seu processo de crescimento nos domínios de economia natural, adotando a escravidão do negro e do índio, liberal nas suas preocupações comerciais de levar ao mercado externo o excedente de sua produção.” (MERCADANTE, 1965, p. 102).

Entender a dinâmica histórica que envolve esses fatos torna-se imprescindível para que se possa compreender de que forma o conservadorismo, vinculado às práticas aristocráticas, e a modernidade, apregoada ao ideário liberal, irão influenciar no destino nacional, cujas conseqüências podem ser sentidas ainda hoje, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento econômico, político e social implantado pela classe dominante, no Brasil, tanto enquanto colônia como, posteriormente, na formação do Estado nacional, reflete no quadro de desigualdade social existente no país. Assim, no Brasil, as transformações “na vida material foram articuladas às transformações das relações sócio-políticas e das práticas simbólicas, criando um conjunto variado de elementos novos que foram lentamente produzindo uma nova existência.” (CARVALHO, 2005, p. 2).

A práxis, em sua dinâmica intrínseca, permite que idéias e concepções acerca do mundo sejam construídas e reconstruídas pelos sujeitos históricos a partir de condições materiais concretas. Dessa maneira, de acordo com a especificidade do contexto nacional brasileiro e de circunstâncias históricas concretas, principalmente de ordem econômica, novas práticas sociais serão forjadas, na medida em que ocorre o avanço das relações capitalistas de produção. Assim, vai se dar, neste capítulo, especial atenção ao campo da política brasileira, o qual, historicamente, tem se caracterizado enquanto espaço de reprodução e manutenção da ordem social vigente, mas também de possibilidade de ruptura e emancipação social.

Nessa lógica, o pensamento conservador, no Brasil, ganhará características próprias que o farão diferente do pensamento conservador inglês ou francês, por exemplo. Nesse sentido, é necessário compreender que a construção do ideário conservador no Brasil esteve irremediavelmente ligado a uma série de questões de ordem sócio-política e econômica que, dialeticamente, influenciaram e foram influenciadas pelo conservadorismo.

Caberia perguntar, então: em que condições históricas se daria o conservadorismo brasileiro? Como o conservadorismo de base aristocrática encontrou, no Brasil, formas de se adaptar à nova ordem mundial implantada pelo sistema capitalista de produção? Para Fernandes (1987), a formação do Estado nacional brasileiro, no século XIX, deu-se de forma bastante peculiar. O Brasil organizara sua estrutura econômica, enquanto colônia e depois como país independente, a partir de uma estrutura essencialmente conservadora, onde a propriedade rural, o escravismo e a rigidez social prevaleciam.

No entanto, inserido no contexto mundial, era necessário ao Brasil estar aberto às transformações de ordem sócio-política e econômica que ocorriam com a expansão do sistema capitalista de produção. Surgia, então, a necessidade de se adaptar à modernidade, onde as relações assalariadas, o livre comércio e a burocratização das

instâncias sócio-políticas tornaram-se práticas urgentes. O Brasil não poderia “dar as costas” à modernidade, e suas elites nem pretendiam fazê-lo.

No período colonial, o desenvolvimento das potencialidades do capitalismo brasileiro era como que neutralizado pelo pacto colonial. Embora Portugal não ocupasse uma posição de destaque no capitalismo europeu, a metrópole controlava as transações comerciais que envolvessem suas colônias, como, no caso, o Brasil. O sistema colonial organizava-se, então, “tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora.” (FERNANDES, 1987, p. 24).

Esse fato limitava a ação dos senhores rurais mediante as relações comerciais controladas pela Coroa e “por grupos financeiros já que Portugal não possuía as condições econômicas para absorver com exclusividade ou predomínio as vantagens de sua conquista.” (FERNANDES, 1987 p. 24). Esse fato desagradava às forças econômicas e políticas (senhores rurais) brasileiras, as quais não encontravam condições para desenvolver plenamente suas relações comerciais e expandir seu capital.

Dessa maneira, o avanço das relações capitalistas e a busca pelo pleno desenvolvimento das relações mercantis levou os senhores rurais a se posicionarem contrários ao pacto colonial, fato que levou ao movimento de Independência do Brasil, que se concretizaria em 1822. A posição do Brasil no circuito mundial, como país independente, serviria aos propósitos liberais da aristocracia brasileira, sem, no entanto, romper com a estrutura de poder já organizada, baseada na propriedade privada da terra e dos meios de produção, o que a favorecia plenamente.

Nesse contexto de intensas transformações sócio-econômicas, uma relação contraditória emergiu: o espírito empreendedor burguês coexistia com o mundo moral da aristocracia agrária, onde as relações de mando e a dominação pessoal faziam valer, pois

a acumulação estamental passou a produzir novos dividendos sociais, na medida em que os referidos 'senhores' se engolfavam na vida urbana e nas oportunidades que ela acarretava, especialmente aos que se dispunham a aceitar os papéis de 'capitalista' e de 'proprietário', vinculados a aplicações ou especulações com o capital, condenadas pelo antigo código ético senhorial. (FERNANDES, 1987, p. 28).

A burguesia em ascendência buscou conservar-se no poder através de uma postura autoritária de base aristocrática que, no entanto, não tolhia seu impulso empreendedor capitalista. Tornam-se práticas comuns as alianças entre os setores pertencentes à elite aristocrática e aos grupos ligados à burguesia emergente. Tais alianças tornam-se convenientes a ambos os setores, interessados na manutenção de determinadas estruturas de poder vigentes.

Historicamente, a postura política no Brasil buscou reformar para conservar. As classes dirigentes promovem, então, reformas que têm como objetivo a manutenção da ordem. Dessa maneira, as classes dominantes vêm conduzindo o destino nacional de acordo com os seus interesses classistas imediatos. Esse conduzir pode ser percebido, inclusive, quando se trata dos processos ditos revolucionários, onde

qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução de Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a conservação, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria constituir o seu contrário – a revolução. (VIANNA, 1997, p. 12 apud CARVALHO, 2005, p. 6).

Assim, no Brasil, a economia capitalista possibilitou o surgimento de uma burguesia com feições aristocráticas, livre das amarras coloniais, mas presa à grande propriedade, às relações senhoriais e aos velhos códigos de comportamento. Durante a formação do Estado nacional brasileiro, a burguesia em ascendência buscou conservar-se no poder, não havendo interesse em uma revolução social, mas sim na ampliação dos privilégios aristocráticos. O liberalismo das classes dominantes patrimoniais era, “no final

das contas, conservador embora não necessariamente reacionário, isto é, 'pragmático, não aceitando soluções abstratas e teóricas'." (CHACON, 1998, p. 25).

Fernandes (1987) analisa a influência do senhor rural, enquanto agente político e econômico, na formação do Estado nacional (século XIX). A figura do senhor rural no contexto brasileiro é, para o autor, elemento-chave no processo de manutenção e de ruptura das estruturas conservadoras, pois a Independência do Brasil pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro especificamente conservador. Assim, "o elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada". Por sua vez, o elemento conservador "evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma Nação." (FERNANDES, 1987, p. 32-33).

Daí o emprego do termo "revolução burguesa" utilizado por Fernandes (1987) ao referir-se à Independência do Brasil. No processo revolucionário que culminou na Independência, não havia interesse, por parte da burguesia brasileira, em exigir uma defesa implacável dos direitos do cidadão e nem atender aos anseios coletivos de transformação da estrutura social, principalmente quando esses anseios ameaçavam seus interesses econômicos e políticos.

As elites brasileiras não se mobilizavam contra a estrutura da sociedade colonial, mas contra o estatuto colonial, que não permitia a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder. Assim, não se negou a ordem social vigente na sociedade colonial, mas, ao contrário, "reforçando-a, as referidas elites atuaram revolucionariamente ao nível das estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e de funcionamento daquela ordem social." (FERNANDES, 1987, p. 32).

Foi dessa maneira que ocorreu a apropriação dos preceitos e fórmulas liberais pelas elites nativas, vinculando o liberalismo econômico e social ao discurso burguês de crescimento e modernização brasileira. De um lado, o liberalismo, associado à emancipação colonial, promovia a emancipação dos estamentos²³ das limitações oriundas do estatuto colonial e, de outro, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade da nação como um todo, as relações de dependência que continuariam a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo. Nesse sentido, o liberalismo configurou-se apenas como atitude “legal-formalista, para dar satisfação aos modelos teóricos, que a elite estamental tinha na cabeça, e mostrar às matrizes internacionais da dominação econômica, que éramos diferentes da África e da maioria da América Latina. Para merecermos parceria melhor, se possível.” (CHACON, 1998, p. 25).

Nesse momento, definiu-se um duplo quadro de exploração da economia nacional, tanto por parte das elites nativas quanto por parte das estrangeiras, fato que até hoje condiciona a dependência econômica do Brasil frente a esses grupos poderosos internacionais²⁴. Dessa maneira, as elites nativas, ao se posicionarem como favoráveis ao liberalismo, faziam-no através de uma defesa egoísta, mas eficaz, dos princípios liberais, só entrando em jogo as “probabilidades concretas com que os membros desses estamentos contavam para poderem desfrutar, legitimamente, a soma de liberdade, o poder de igualdade e a fraternidade de interesses inerentes ao seu *status* na estrutura social.” (FERNANDES, 1987, p. 34).

²³ Na literatura histórica, entende-se por “estamento” as categorias hierarquicamente sobrepostas que compunham as sociedades feudais européias. Para Weber, a distribuição diferencial do poder socialmente condicionado expressa-se na existência de estamentos; porém, por sua vez, o estamento é uma dimensão analítica das formas concretas de desigualdade social. (DICIONÁRIO de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 417).

²⁴ Para Vianna (1973, p. 13), os problemas sociais brasileiros vivenciados nos dias atuais têm raízes históricas. “Nós não somos senão uma coleção de almas, que nos vem do infinito do tempo. [...] O passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com sua influência invisível mas inelutável e fatal”.

Assim, o ideário liberal que inspirou a Revolução Francesa, longe de contemplar a liberdade, a fraternidade e a igualdade para todos, fundamentos que a originaram, serviu no contexto brasileiro para justificar a busca incessante pelo acúmulo de capital pelas elites nativas e a abertura do Brasil para o sistema de exploração capitalista mundial. A liberdade buscada é a liberdade econômica, que gera riqueza e lucro, não a liberdade revolucionária.

A intenção, nessas proposições, não é desconsiderar a contribuição do processo revolucionário francês no fortalecimento dos movimentos revolucionários no Brasil e na América Latina como um todo. No entanto, não se pode deixar de mencionar o caráter contraditório que alguns movimentos assumiram.

Carvalho (2005, p. 5), por sua vez, coloca que as elites brasileiras do século XIX tomaram para si o papel de modernizar o país, sem, no entanto, romper com a estrutura de poder já organizada, onde “essa consciência da modernização, de estar em constante atualização, se constrói de uma forma muito própria, que é a modernização conservadora, ou revolução passiva”. Essa modernização conservadora a que o autor se refere foi um fenômeno evidenciado, entre o final do século XIX e o início do século XX, em escala nacional, regional e local. Assim, a organização do espaço urbano nas grandes cidades e a adequação dos comportamentos, tendo em vista o ideal de civilidade, seguiria a lógica européia de modernidade.

Sevcenko (1998, p. 27), sobre o processo de modernização conservadora no Brasil, afirma que no

afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso.

Inicia-se, nesse momento, o projeto de modernização brasileira que se fortalecerá nas décadas seguintes e que permeará o discurso das elites brasileiras durante o século XX. A crescente industrialização, o advento das ferrovias e a expansão tecnológica e cultural levam o país à chamada modernização conservadora, onde, mesmo diante dos avanços de ordem sócio-política, econômica e cultural, a problemática social em torno das desigualdades e das injustiças sociais se faz cada vez mais presente.

Seguindo essa lógica de modernização e desenvolvimento, o Brasil, para se tornar uma nação civilizada, precisava abrir as portas ao capitalismo e, adotando um discurso liberal, de progresso, de civilidade e modernidade, as elites brasileiras justificavam a abertura do país ao circuito mundial de exploração econômica, fazendo parte de um processo da “especialização econômica internacional e da complementaridade da influência civilizadora das Nações.” (FERNANDES, 1987, p. 34).

Esse quadro de dependência econômica que se evidenciou, nesse momento, repercute na atual sociedade brasileira. As camadas menos favorecidas da população brasileira, além de sofrerem com o desmando das elites nativas, são negligenciadas por uma política de desenvolvimento econômico voltada aos interesses internacionais. Esse foi o preço que o Brasil pagou para se modernizar. Assim, configurou-se a organização da sociedade brasileira. Aristocrática no que se refere à manutenção dos privilégios de classe, e de não-ruptura com a ordem social vigente e liberal na sua postura progressista modernizadora.

No tópico a seguir, irá se discutir o papel do Estado enquanto aparelho ideológico a serviço das classes dominantes através da burocratização das relações de dominação.

2.1.2 O Estado Nacional Brasileiro – o público e o privado

Como foi visto no tópico anterior, o conservadorismo brasileiro, embora mantivesse alguns elementos que o aproximassem da raiz européia, ganhou expressão nova devido às condições concretas em que se efetivou. Mercadante (1965) coloca que, no Brasil, o conservadorismo se alimentou de duas fontes: o pensamento burocrático e o pensamento histórico conservador. Nessa linha, o pensamento burocrático defende a idéia de um Estado, enquanto instância governamental, mediador dos conflitos sociais, equilibrando “imparcialmente” os grupos no jogo social, visando o bem comum de todos. Por sua vez, o pensamento histórico conservador enfatiza a concepção de que alguns setores conquistaram o direito de estar à frente dos negócios públicos e do Estado, pois, no pensamento histórico conservador, o Estado “é produto do esforço e mobilização desses grupos. Esses grupos estão imbuídos do espírito da nação, e devem necessariamente estar à frente da organização da sociedade, que por tudo isso é responsável.” (CARVALHO, 2005, p. 6).

Com a Independência, em 1822, surge a necessidade de criar o Estado nacional brasileiro, cujas bases estiveram assentadas, justamente, na burocracia e na classe dominante com características de estadística. Como consequência da burocratização das relações de cunho pessoal, advindas da criação do Estado nacional, os senhores rurais tiveram, na conjuntura de formação do Estado nacional, de aprender “a pensar e a agir sobre si próprios, os negócios da coletividade e os assuntos políticos de interesse geral sem a mediação dos nexos coloniais, mas com a mesma eficácia ou sob as mesmas garantias de continuidade”. O Estado, para a classe dominante, “impôs-se como a única entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses das elites nativas, mas com vistas a sua progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo.” (FERNANDES, 1987, p. 35).

Analogamente, Faoro (1975) afirma que o mandonismo político brasileiro firmou-se a partir do controle do poder econômico e, conseqüentemente, político de uma classe em

detrimento de outras. Poder esse que se revela, não só na esfera nacional, mas também local e regional, onde as relações de mando se concretizam na obtenção de cargos políticos, no controle da economia, na posse da terra e no crescimento da propriedade privada. Assim, o domínio patrimonial²⁵ constituído pelo estamento “apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes.” (FAORO, 1975, p. 736).

Nesse meio, imperam as relações patrimonialistas, onde o campo político, da administração pública, passa a ser um meio de ascendência e controle social. Os donos do poder econômico transferem sua influência do *dominus* para o quadro político local, regional e nacional e passam a controlar, não só as relações econômicas, mas políticas. Dessa maneira, essa porção de

senhores rurais tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram mal vistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela ‘aburguesou-se’, desempenhando uma função análoga à certos segmentos da nobreza européia na expansão do capitalismo. (FERNANDES, 1987, p. 27-28).

É nesse cenário que surge o “senhor cidadão”, onde o poder do *dominus* transfere-se para a vida pública. O “senhor cidadão” é aquele que encarna a responsabilidade e a competência de gerir os negócios públicos como se fossem bens familiares. Como coloca Mayol (1996, p. 42) sobre a possibilidade de transferência do privado para o público, a privatização progressiva do espaço público dá-se “na tensão entre esses dois termos, um

²⁵ “‘Patrimonialismo’, segundo Weber, é uma forma tradicional de organização da sociedade, inspirada diretamente na economia doméstica (*oikos*) e baseada em uma autoridade santificada pelas tradições. [...] O patrimonialismo como forma tradicional de autoridade vincula-se a uma ordem estamental, onde os direitos e as obrigações são alocados basicamente de acordo com o prestígio e o privilégio dos grupos estamentais. A organização política patrimonial dar-se-ia na medida em que o dominante organizasse em forma análoga ao seu poder doméstico o poder estatal.” (DICIONÁRIO de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 874).

dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço”.

A idéia de Mayol (1996) sobre a transferência do espaço privado para o público corrobora a idéia de Fernandes (1986) sobre a formação da nação brasileira concebida como um prolongamento do *dominus* do senhor rural. A idéia de nação, vinculada à idéia de domínio, concretiza, no imaginário urbano, a idéia de que o país é um grande *dominus*, controlado por um senhor político. Daí, comumente, ouvir-se a fala: “Não gosto de política, isto não me compete, deixa isto para os políticos, o chefe político sabe o que é melhor para nós”. Com a idéia de nação vinculada ao grande *dominus*, que se concretiza com a criação do Estado nacional brasileiro, houve um

alargamento das esferas psicos-sociais de percepção da realidade, de representação ou de explicação do mundo e de atuação prática. O que chamamos de *domínio* (a plantação encarada através de sua vinculação com as técnicas tradicionais de organização e de dominação patrimonialistas), daí por diante é inseparável da idéia e da existência objetiva da *Nação*. Não importa como esta se definia, etnocentricamente, no horizonte cultural das camadas senhorias. Importa que ‘domínio’ e ‘Nação’ tenderiam a mesclar-se, estruturalmente, em todas as matérias que dissessem respeito à normalidade da ordem social constituída. (FERNANDES, 1987, p. 58, grifo do autor).

Hollanda (1963, p. 129) critica a conotação que o Estado nacional brasileiro assumiu, desde as suas origens, de um prolongamento do poder familiar, fato que se perpetua ainda hoje em muitas realidades locais brasileiras. Realidades essas em que grupos familiares conduzem o destino político e social desses locais (cidades) como propriedade particular. O Estado não pode ser concebido enquanto “uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo”.

Para Chacon (1998), a estrutura patriarcal estamental, marcada pela não-distinção entre interesses pessoais e interesses objetivos, que condicionou a formação do Estado nacional, influenciou, também, na organização dos partidos políticos brasileiros, cuja

gênese se dá, ainda, no período imperial com a formação dos partidos Conservador e Liberal²⁶.

Assim, Chacon (1998), baseado nas idéias de autores como Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, constata que a construção da estrutura político-partidária no período imperial refletiu a dominação tradicional e patrimonial, pois o campo da política partidária tornou-se expressão das disputas pelo poder sócio-econômico e dos interesses das elites dominantes brasileiras da época. Esse fato levou à formação de uma estrutura partidária particularista e “frágil”, o que repercute, historicamente, na organização política partidária brasileira ao longo de todo o século XX.

Quando, exatamente por conta daquelas infra-estruturas, foi possível construir o edifício da superestrutura corporativista, paralela e competitiva com o legislativo mesmo oligárquico e em crise por causa da crescente rebelião urbana contra as oligarquias. Corporativismo enrijecido no Estado Novo, através de dezenas de conselhos profissionais acoplados ao Estado previdenciário paternalista pós-patriarcal, porém remontando aos acordos de cúpula assim formalizados a partir da crise de 1930, a maior até então, e prosseguidos e ampliados em seguida à chamada ‘redemocratização’ de 1945 e sobretudo por consequência do pacto militar-tecnocrático, em proveito mais deste segmento que do outro, autor principal do movimento de 31 de março de 1964. Os partidos políticos percorreram este tortuoso caminho, por isto incapazes de canalizar e mediar as reivindicações sociais, apesar dos esforços setoriais e meritórios por alguns deles. (CHACON, 1998, p. 21-22).

Paralelamente, Franco (1997) analisa como, historicamente, o sistema político brasileiro organizou-se de forma a garantir os interesses da classe dominante – fazendeiros e burguesia industrial – em detrimento das classes populares. Como o poder e as coisas públicas no Brasil vêm historicamente sendo utilizadas pelos grupos poderosos em proveito próprio, através de um tipo de organização social baseada na dominação pessoal, essa transferência do público para o privado dá-se através de um

²⁶ Chacon (1998) realiza um estudo detalhado da formação histórica dos partidos políticos brasileiros. Sua análise parte do período imperial, onde disputavam a cena política conservadores e liberais, até a conjuntura política brasileira nos dias atuais. O autor analisa como a formação e a atuação dos partidos políticos, no cenário brasileiro, podem expressar os interesses das classes dominantes, afastando-se cada vez mais do papel de mediador das reivindicações dos setores populares.

Estado forte e centralizador que, numa confusão premeditada público-privado, acabou por defender apenas os interesses da elite dominante do país.

A idéia de Estado-nação, no Brasil, vem acompanhada da idéia de criação de um sistema de leis e instituições que regulamentam a sociedade. As relações de poder, de cunho pessoal, que vigoravam no sistema aristocrático, são burocratizadas. Burocratizam-se as relações que antes eram pessoais, criando-se leis e dispositivos que legitimem as ações da classe dominante.

No espaço supostamente democrático que a modernidade exige, dissemina-se a ideologia de que todos são iguais perante a lei, todos podem vencer na vida, todos têm acesso aos bens sociais (educação, trabalho, saúde). As desigualdades nessa ordem social competitiva são explicadas pelas “capacidades individuais”. O discurso de Rui Barbosa, quando em uma conferência, em 1919 – época em que concorria à Presidência da República como “candidato das classes conservadoras” (RIBEIRO, 1985) –, revela a visão conservadora de modernidade e democracia.

Não me agrada, senhores, esse nome de **classes**. Quisera vê-lo banir da linguagem política, numa democracia onde não parecem ter lugar essas expressões de graduação e antagonismo. Como **classes**, numa sociedade nivelada, onde os próprios vestígios da escravidão se vão diminuindo na fusão de todas as raças? Como **classes**, no regime de costumes que reduz todas as distâncias, apaga todas as diferenças e iguala todas as condições? Como **classes**, no estado legal de direitos, hierarquias e dignidades se oferecem a todos os indivíduos, sem acepção de nascimento, cor ou herança? Como **classes**, no gênero de coletividades cujos membros não se extremam uns dos outros, senão pelas circunstâncias do valor ou da sorte, circunstâncias cegas, providenciais ou caprichosas que abatem os mais nobres ou elevam os mais humildes? O vocábulo soa mal porque favorece equívocos, invejas, rivalidades e, melhor seria, destarte, removê-lo de uma aplicação inconveniente. (RIBEIRO, 1985, grifo do autor).

O discurso acima é exemplo claro de como o pensamento conservador continua a permear as práticas sociais e a concepção de Estado enquanto instância reguladora das questões sociais no século XX. Heller (1998, p. 170) afirma que, na modernidade, a pretensa igualdade estabelecida através de leis/pactos sociais e garantida pelo Estado é

abstrata, pois o indivíduo não encontra condições reais e oportunidades para colocá-la em prática. Para a autora, os indivíduos são considerados iguais apenas no plano jurídico, porque “as mesmas normas e regras se aplicam a elas”. Assim, a igualdade, diferentemente da vida e da liberdade, não pode ser concebida como uma categoria universal humana. A liberdade e a vida são valores universais, mas a igualdade é condição. Na vida em sociedade, o indivíduo tem liberdade de tomar decisões, e a igualdade refere-se justamente à possibilidade de praticar esse direito.

Assim, a construção do Estado Nacional brasileiro, voltada para os interesses das classes dominantes, e com o avanço do capitalismo para os interesses das elites estrangeiras, refletirá no desenvolvimento social, político e econômico brasileiro ao longo do século XX. A organização da política brasileira estruturou-se voltada aos interesses econômicos da classe dominante nacional e com o avanço do capitalismo e a abertura ao capital estrangeiro para as elites estrangeiras. A República, no Brasil, foi “fundada no poderio local dos ‘coronéis’ fazendeiros, donos dos ‘currais eleitorais’. Assentada no mando de governadores oriundos, quase sempre, da família dominante que açambarcava, também, a maioria dos cargos públicos.” (RIBEIRO, 1985).

Nos tópicos a seguir, será aprofundada a discussão sobre a percepção de política, vinculada ao patrimonialismo estamental, construída historicamente no Brasil. Concepção essa que dificulta o processo de conscientização e crescente mobilização das camadas populares, as quais também percebem o espaço da política enquanto meio de favorecimento, levando ao clientelismo social.

2.1.3 Política e clientelismo social

Franco (1997) faz uma caracterização do que seria o mundo rural brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Nesse cenário descrito pela autora, emergem dois personagens

importantes para se compreender a noção de política vinculada a interesses pessoais que impera hoje na sociedade brasileira: o senhor rural e o homem livre. Essa noção tem, historicamente, permeado as práticas de cunho sócio-político e econômico e influenciado no agravamento de questões ligadas aos problemas sociais brasileiros e na crescente desmobilização dos setores marginalizados da sociedade.

Partindo do contexto brasileiro no século XIX, Franco (1997) analisa a figura do senhor rural e do homem livre e pobre. Nesse cenário, o controle e a dominação exercidos pelo senhor rural se dá, seguramente, em relação aos escravos devido à sua condição social. No entanto, a dominação estende-se, também, ao que a autora chama de “homens livres”, que formam uma parcela da população que não era escrava, mas que formava uma população “*sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados a produção mercantil” (FRANCO, 1997, p. 14), vivendo à margem da sociedade.

Os homens livres, destituídos dos meios produtivos para uma efetiva participação na economia mercantil e na vida política, não viam alternativa à sua condição a não ser resignar-se diante da autoridade e da dominação pessoal exercida pelo senhor rural. Através de um sistema de compadrio e de lealdade pessoal, viam-se as populações pobres dependentes da vontade e do mando do senhor em troca de favores prestados.

O sistema de compadrio permite a aparente quebra das barreiras sociais entre as pessoas por ele ligadas, agindo como eficiente regulador de conflitos sociais, pois a dominação aparece mascarada

na afirmação consciente de ‘igualdade’ e seu fundamento objetivo, nunca será demais insistir no outro termo da síntese, isto é, o princípio de dominação. Este será agora visto à luz da assistência econômica prestada pelo fazendeiro ao sitiante e da retribuição deste com filiação política. (FRANCO, 1997, p. 86).

A combinação entre política e favores, desenhada a partir do sistema de compadrio, deu origem a uma forma de asfixia política, através do uso da dominação pessoal. É na dominação pessoal que “deve ser procurada a explicação para a asfixia da consciência política. A submissão a esse poder molda a consciência para uma percepção muito parcelada da realidade social.” (FRANCO, 1997, p. 89).

A asfixia política, desenhada a partir de uma política de favores, pode ser interpretada como um dos fatores que explicam a falta de consciência e de participação política por parte das camadas dominadas, que vendem seu apoio e voto nos períodos eleitorais, desvinculam-se completamente de ações políticas que visem à melhoria das condições de vida dos grupos marginalizados e de sua própria comunidade.

A interpretação de Franco (1997) permite perceber que o homem livre e pobre não percebe o espaço da política como um espaço de representação, de conquistas próprias e de emancipação. O campo da política está muito longe das necessidades reais vividas por esse homem, não o mobilizando a procurar nesse espaço um lugar de luta e de representação social. O “espaço em que ocorriam os fenômenos políticos exorbitava o universo do homem pobre, estava por demais distanciado do cotidiano das populações do interior e arredado de seus interesses.” (FRANCO, 1997, p. 89). Nesse sentido, contribui-se na construção da mentalidade de que política é só para alguns poucos escolhidos, e seria uma instituição de representação e não de participação.

A falta de mobilização e de participação não se dá apenas pelo fato de o homem livre e pobre perceber o voto enquanto uma mercadoria, mas por acreditar que estar vinculado àquela situação de conveniência, de troca de favores, lhe permite a construção de um sentimento de pertencimento àquele grupo social.

Holanda (1963, p. 137) afirma que a cordialidade tornou-se a marca do povo brasileiro. No entanto, a concepção de cordialidade evidenciada pelo autor extrapola a noção de homem cordial enquanto padrão de civilidade ligada às boas maneiras, à

educação. A visão de cordialidade perpassa a idéia de coerção, expressa em mandamentos e sentenças e de submissão, que foi construída na alma brasileira através da introjeção “dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”.

No entanto, essa coerção é despercebida, não é sentida como tal. Nesse sentido, a idéia de coerção evidenciada por Holanda (1963) aproxima-se da idéia de violência simbólica expressa por Bourdieu (1998), e se dá, na prática, através do sentimento de dever votar naquele candidato como forma de pagamento dos favores pessoais por ele prestados, do não-questionamento das estruturas sociais e, conseqüentemente, da perda gradativa do sentimento de potencialidade política do sujeito enquanto produtor de sua própria história.

Ressalte-se que romper o sistema de relações pessoais e de cordialidade (HOLANDA, 1963) é difícil. Emancipar-se, lutar com as próprias forças, lutar contra um sistema excludente exige a superação da asfixia política (FRANCO, 1997). É característica do homem cordial adequar-se ao sistema, assumir o lugar que lhe couber e desfrutar dos possíveis benefícios que se tem, mesmo que isso lhe custe assumir uma posição de conformismo e apatia social, pois a emancipação tem um preço, o

de recusar um poderoso sistema de relações pessoais. E isso, no caso brasileiro, conduz à rejeição da família, do compadrio, da amizade e do parentesco, deixando quem assim procede na situação de certos migrantes nossos conhecidos: inteiramente submetidos às leis impessoais da exploração do trabalho e ainda aos decretos e regulamentos que governam as massas que não têm *nenhuma relação*. Por serem assim, é que podem ser exploradas através de um conjunto de leis impessoais. (MATTA, 1981, p. 20, grifo do autor)

Nesse sentido, as interpretações dos autores trabalhados convergem para uma linha de explicação do comportamento apolítico da população brasileira em geral. A sociedade brasileira tem suas raízes num sistema político-econômico que em nenhum momento primou pela emancipação dos segmentos marginalizados, mas que, pelo

contrário, tem reafirmado uma postura conservadora no tocante à preservação e continuidade das estruturas de poder e dos privilégios de classe.

Embora persista, entre alguns setores da sociedade, a fala de que a revolução social no Brasil já foi realizada, acredita-se que, no que se refere à criação de políticas públicas que objetivem a emancipação dos grupos marginalizados, o Brasil, nas perspectivas regional e local, ainda precisa caminhar muito. E esse caminhar é penoso (MATTA, 1981), pois romper com cinco séculos de história onde predominam as relações clientelistas de exploração e dominação não é tarefa fácil.

A seguir, irá se buscar, através dos apontamentos de Luis (2005) e Chauí (1996), propor alguns encaminhamentos para a superação do clientelismo social através de uma prática emancipatória e da elaboração do antidiscurso, que possibilitaria a desconstrução do modelo dominante de sociedade.

2.1.4 Brasil: política emancipatória – superação do clientelismo político através de uma prática emancipatória

Inicialmente, é bom salientar que não faz parte dos objetivos deste trabalho explorar exaustivamente os mecanismos de superação do clientelismo social através de uma prática emancipatória. Ressalte-se, ainda, que outros autores têm se dedicado a essa problemática, como é o caso de Luis (2005)²⁷. Objetiva-se, aqui, apenas apontar a existência de algumas diretrizes teóricas que se encaminham nesse sentido.

Nessa perspectiva, no Brasil é notória a dificuldade histórica em se promover a emancipação social. A emancipação das camadas marginalizadas da sociedade, sem dúvida, não tem sido preocupação das instâncias governamentais. Os movimentos

²⁷ LUIS, Danuta E. C. **Rupturas moleculares emancipatórias**: a potencialidade da prática do serviço social. 2005, 281 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

sociais organizados no país, que objetivam defender os segmentos marginalizados, são duramente desarticulados, seja através da violência física, seja da simbólica. Lembre-se, aqui, a fala de Vianna (1997, p. 12 apud CARVALHO, 2005, p. 6), para quem a “dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se automeando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização”.

A falta de organização dos indivíduos, no Brasil, na forma de associações, grupos, entidades, na luta pelos interesses coletivos da nação, está de fato ligada à dificuldade em se criar capital social²⁸. Putnam (1996) afirma que o Estado tem papel fundamental no incentivo ao desenvolvimento do capital social.

No contexto nacional, a inoperância do capital social pode estar relacionada à forma de organização do Estado, o qual, devido à sua matriz patrimonialista e de sua atuação centralizadora, acaba por representar apenas o interesse das elites dominantes, não oportunizando espaço de contestação e mobilização dos setores populares.

Prevalece, ainda, na sociedade brasileira, a lógica da satisfação pessoal e o constante afastamento do ideal coletivo. Fato que tem suas raízes nas relações de compadrio e cordialidade e no mandonismo social e que, sem dúvida, é agravado pela onda globalizante, que inspira a criação de necessidades, e pelo consumismo exacerbado, como formas de satisfação individual.

Segundo Luis (2005, p. 98), “não se tem iniciativa de luta, não se avança no processo de conscientização político-crítica e de construção de uma contra-hegemonia”. Para a autora, a classe dominante possui “presença marcante para prevalecer e as derrotas das forças minoritárias acabam pacientemente por velar a verdadeira vontade geral, mas continua latente a subalternidade que tem a possibilidade de vencer quando se fizer forte e consciente.”

²⁸ Para Putnam (1996, p. 177), o capital social estimula o associativismo, a cooperação como forma de superar o individualismo oportunista contraproducente.

De acordo com Luis (2005, p. 95, grifo do autor), a emancipação só acontece a partir de uma mudança de mentalidade “na passagem da necessidade à liberdade na qual o indivíduo deixa de ser passivo e se consolida como ser político. Por essa argumentação se entende a tese da ‘reforma intelectual e moral’ de elevação do conhecimento, do senso comum da classe subalterna como um elemento que concorre à construção de uma **contra-hegemonia**”. Assim, de acordo com a autora, a “emancipação é um fenômeno que ocorre com o indivíduo social, que luta, interage. A classe sai de sua ‘menoridade social’, não separando de si a força social sob a forma de força política.” (LUIS, 2005, p. 52).

Nesse sentido, as proposições de Luis (2005) se aproximam das de Chauí (1990) quando fala da possibilidade de desconstrução do discurso competente através da crítica, ou seja, da consolidação do ser político. A superação da apatia social será realizada na produção do contradiscurso (que nasce dentro do próprio discurso).

Na perspectiva de se produzir o antidiscurso (CHAUÍ, 1990), a participação social dos sujeitos, através de movimentos populares e sociais, torna-se fundamental no atual contexto histórico (JACOBI, 1993). A participação do sujeito na esfera coletiva é capaz de reconstruir os cenários políticos e sociais opondo-se à lógica da dominação a partir do refazer da história através de experiências sociais. Assim, conforme Jacobi (1993), os sujeitos organizados através de diferentes estratégias “mas com objetivos, se não idênticos, semelhantes, representam a visibilidade das práticas reivindicativas dos excluídos, o questionamento da ação do Estado autoritário, e explicitam a constituição de um coletivo mobilizado.” (JACOBI, 1993, p. XV).

Nos tópicos referentes ao segundo capítulo, buscou-se compreender algumas questões relacionadas ao conservadorismo e sua expressão no contexto brasileiro. Não foi intenção entender, de maneira simplista, os mecanismos de poder que têm forjado as

práticas políticas da sociedade brasileira ao longo de sua história, considerando aqui sua complexidade.

No capítulo a seguir, se buscará compreender de que forma as proposições teóricas, até então explicitadas, relacionam-se com a realidade ponta-grossense, guardada sua especificidade, e de que maneira o conservadorismo tem, historicamente, condicionado e interferido nas práticas políticas locais.

CAPÍTULO 3

PONTA GROSSA-PR – SOCIEDADE, POLÍTICA E PODER

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um continuum no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vêm as diferenças entre espaços.

(Milton Santos)

Ponta Grossa é considerada, no senso comum, uma cidade conservadora e tradicionalista. Isso pode ser notado em impressões cotidianas por diferentes segmentos da sociedade, nas falas informais, nos meios de comunicação e nos debates sobre a cultura, a política e a economia locais.

Historicamente, o controle político da cidade esteve centrado nas mãos de famílias históricas²⁹, que remontam à formação da sociedade ponta-grossense no século XIX e que se projetaram no cenário político local ao longo de sua história. Esse fato está intimamente relacionado à estrutura de desenvolvimento econômico brasileiro ligada à atividade tropeira e à formação de grandes propriedades rurais no interior do Brasil, que ocorreu nos séculos XVIII e XIX.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a cidade passou por inúmeras transformações de ordem sócio-econômica: advento das ferrovias, urbanização, crescimento do comércio e da indústria; novos atores sociais que passaram a compor o cenário ponta-grossense com a chegada dos imigrantes europeus. No entanto, no que se

²⁹ Oliveira (2004) utiliza o termo “famílias históricas” e “Patronato Tradicional” ao se referir especificamente aos grupos familiares cujas raízes remontam ao processo de formação da sociedade paranaense, ou seja, “figuras representativas de tradicionais setores da classe dominante paranaense com raízes nos séculos passados.” (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

refere às estruturas de poder, estas permaneceram inalteradas ao longo do século XX. O poder local tem estado, historicamente, irremediavelmente ligado a interesses de grupos políticos, os quais irão conduzir o processo de modernização da cidade a partir de sua lógica conservadora.

Na última década do século XX, governos ditos populares chegaram ao poder municipal. Esses governos são caracterizados enquanto rupturas com o poder conservador local e expressões de uma vontade popular de mudança e contestação das formas de dominação. Entender, através de uma perspectiva histórico-social, quais questões conjunturais de âmbito nacional e local interferiram na dinâmica desses fatos constitui-se o objetivo deste capítulo.

Assim, nos tópicos a seguir, buscou-se compreender de que forma o conservadorismo vem interferindo nas práticas políticas locais na atualidade. Para tanto, inicialmente, realizou-se uma breve retrospectiva histórica do processo de formação da sociedade ponta-grossense, ligada às famílias históricas, e do prolongamento das estruturas de poder conservadoras ao longo do século XX. Em seguida, aproximando-se do objeto de estudo desta pesquisa, buscou-se uma caracterização do espaço urbano ponta-grossense a partir da década de 1970: desenvolvimento econômico e industrialização, êxodo rural; crescimento populacional e “favelização”. Esses temas foram abordados com o intuito de compreender que elementos sócio-econômicos têm influenciado no encaminhamento político da cidade, atualmente.

3.1 PONTA GROSSA – POLÍTICA E PODER NA DINÂMICA LOCAL

3.1.1 Formação sócio-política e econômica da sociedade ponta-grossense

O povoamento das terras onde hoje se localiza a cidade de Ponta Grossa deu-se, inicialmente, a partir do requerimento de sesmarias³⁰ por famílias nobres de São Paulo, que as requeriam para criar gado, iniciando, assim, o povoamento da região. Segundo Chamma (1988), paralelo ao processo de concessão de sesmarias, a região ganhou impulso colonizador com o crescente desenvolvimento da atividade tropeira. Os tropeiros percorriam a região em direção ao Sul, à procura do gado existente em abundância nas fazendas de São Pedro do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Para lá se dirigiam a fim de comprar gado para iniciar a criação de rebanhos ou para vender nas feiras de Sorocaba, interior de São Paulo.

Utilizando-se das pastagens como pouso para a invernada, muitos tropeiros, ao passarem pela região, entusiasmados com os férteis pastos, requeriam terras ao governo dando origem a novas fazendas. Dessa maneira, surgiram as grandes fazendas dos Campos Gerais. “Não era difícil conseguir grandes extensões de terras. Bastava ser recomendado por algum fazendeiro de posse.” (CHAMMA, 1998, p. 11).

Com o tropeirismo, verificou-se o rápido povoamento e o progresso da região onde hoje está localizada a cidade de Ponta Grossa. Nesse cenário, onde emergem as grandes propriedades rurais, projeta-se a figura dominante do senhor rural³¹. Esse modelo de organização social baseado em grandes propriedades rurais, auto-suficientes, onde a figura do senhor rural surge enquanto elemento de dominação, desenvolveu-se no Brasil desde o início da colonização, fato que pode ser constatado em nível local.

A pecuária paranaense, apesar de voltada para o mercado, tinha seu núcleo em unidades produtivas autárquicas, disseminadas pelo mundo rural, para as quais as

³⁰ Por ocasião da colonização do Brasil, o governo português “resolveu disciplinar a ocupação das terras. D. Pedro II, rei de Portugal, em Carta Régia de 3 de março de 1704, resolveu que, somente a Coroa poderia dispor dessas terras, que seriam doadas a sesmeiros que se propusessem a fundar Currais e criar gado.” (CHAMMA, 1988, p. 6).

³¹ NOVELLO, Ana C. W.; SCHIMANSKI, Elizabete F. **Conservadorismo em Ponta Grossa**. 1999, 37 f. Trabalho para a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1999.

idades pouco representavam. Na economia dos Campos Gerais do século XVIII, e mesmo do XIX, os fazendeiros 'iam' esporadicamente à cidade, ou para o culto religioso, ou para resolver questões burocráticas, ou para comercializar a produção agropecuária. (PEREIRA, 1996, p. 11).

A situação só se modificará na última década do século XIX, com a dificuldade de se obter mão-de-obra na pecuária e na pequena agricultura. Nesse momento, “o recurso dos Senhores dos Campos Gerais foi partir para outras atividades. A indústria foi a opção de momento. Beneficiamento de erva-mate e madeira, começam a surgir.” (CHAMMA, 1988, p. 42)³². A concentração urbana deu-se em oposição à dispersão rural dos proprietários de terras em busca de outras atividades econômicas, provocando transformações sensíveis na estrutura social e econômica da cidade, gerando mudanças no processo de urbanização, onde a auto-suficiência das fazendas será substituída pela cidade (GONÇALVES; PINTO, 1983, p. 52).

Sendo assim, inserida no contexto nacional, Ponta Grossa originou-se como pouso no caminho das tropas e, posteriormente, tornou-se bairro dependente política e economicamente da vila de Castro (PR), que era o centro das atividades dos Campos Gerais. Ponta Grossa só obteve maior autonomia a partir de sua elevação à freguesia, à vila e, mais tarde, à cidade.

O poder político da cidade concentrou-se nas mãos de grandes proprietários de terras e comerciantes locais. Os fazendeiros da época “eram homens rudes, caudilhos acostumados a resolver seus problemas à força.” (WANKE, 1993, p. 12). Os representantes dessa elite³³ projetaram-se como força política na região, sendo que a administração pública ficava a cargo das famílias históricas que viviam na região há

³² Ver o segundo capítulo deste trabalho a abordagem sobre o contexto brasileiro do século XIX, e a proximidade de interesses comerciais da aristocracia burguesa ligada à grande propriedade rural e à burguesia aristocrática através da apropriação do discurso liberal vinculado às práticas mercantis.

³³ Por teoria das elites ou Clitística – de onde também o nome do elitismo – se entende a teoria segundo a qual, em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que entre todas as formas de poder (entre aquelas que socialmente ou estrategicamente são mais importantes, estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político). (BOBBIO, 1982, p. 61).

bastante tempo e ali se estabeleceram, muitas com grande prestígio político até os dias atuais.

O fator “tempo de estabelecimento em uma comunidade” pode, portanto, de acordo com Elias e Scotson (2000), ser fundamental na classificação dos papéis sociais e na constituição do poderio de famílias. Segundo os autores, os grupos formados a partir do critério “tempo de estabelecimento em uma comunidade” (estabelecidos) valem-se dessa condição para exercer o controle e a dominação em relação aos demais grupos sociais, os *outsiders*³⁴. Segundo os autores, em estudos

sobre grupos das classes alta e média, não são raras as alusões às famílias antigas e novas, ou às antigas fortunas e aos novos ricos e a existência de sociedades cujo núcleo é formado por uma rede de famílias antigas é muito conhecida, não apenas no plano nacional, mas também no nível local, como um poderoso fator de estratificação social e de estruturação social de muitas comunidades. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 52).

Os estabelecidos se autopercebem e fazem perceber-se em relação aos demais grupos, como representantes da “boa sociedade”, encarnando a tarefa de preservar os costumes e as tradições da sociedade contra as crises sociais, negando e inferiorizando a existência do “outro” (*outsider*) enquanto agente social.

Essa postura conservadora e tradicionalista emerge em comunidades como uma forma de manutenção da ordem social estabelecida e controle social, pois os grupos *outsiders* acabam, muitas vezes, assimilando essa condição de inferioridade como natural, deixando de perceber o campo da política e da cultura enquanto espaços de participação aos quais também têm direito de acesso. Nesse sentido, pode-se retomar as idéias de Bourdieu (1998) e Carvalho (2005) sobre os mecanismos de poder e a

³⁴ Elias e Scotson (2000) utilizam os termos *established* e *establishment* para nomear grupos que ocupam socialmente posições de prestígio e poder, os quais, se automeiam representantes da “boa sociedade”. Os *outsiders* seriam, segundo os estabelecidos, os não-representantes da “boa sociedade”, os “outros”.

apropriação do conhecimento tradicional por parte de alguns grupos interessados na manutenção do *status quo* e no engessamento social.

Analisando historicamente o encaminhamento da política em Ponta Grossa, pode-se perceber que as disputas políticas ligadas ao poder e à administração da cidade foram marcadas por um jogo de interesses onde, de um lado, estavam os representantes da chamada “boa sociedade”, uma classe conservadora representada por fazendeiros, moradores antigos com grande prestígio social e econômico, e, de outro, os demais membros da sociedade.

Hardt e Negri (2001) discutem como ocorre a produção de um discurso de dominação e controle de um grupo em relação a outro. Para esses autores, a construção da figura do Outro confere ao grupo certa homogeneidade. O Outro é o diferente, o que precisa ser subjugado. Mas, ao mesmo tempo, esse Outro não é negado; é necessário e precisa existir para justificar e contornar os conflitos internos do próprio grupo. Assim, para contornar os próprios conflitos internos, a figura do forasteiro é criada no imaginário coletivo como o Outro, isto é, como aquele que não faz parte da sociedade local. A figura do forasteiro não é negada; ao contrário, é afirmada como essência, porém subjugada.

Nessa perspectiva, remontando o processo de formação da sociedade pontagrossense, evidencia-se que uma poderosa e influente elite formou-se no local. Essa elite concentrava o poder econômico e, conseqüentemente, o poder político local, fato que ainda hoje repercute na sociedade pontagrossense. No tópico a seguir, busca-se compreender de que forma o poder político das famílias históricas fez-se sentir no processo de emancipação política de Ponta Grossa frente a Castro e, posteriormente, na delimitação do espaço urbano e das relações de poder que nele se configuraram.

3.1. 2 Poder, política e mandonismo – a influência das famílias históricas no cenário local

Recorrendo a algumas obras que relatam a formação histórica do município de Ponta Grossa, pode-se perceber que a sua história é reconstruída a partir de nomes ligados às famílias históricas e tradicionais³⁵. Tais nomes, hoje, denominam praças, avenidas e as principais ruas da cidade. Durante o processo de elevação do bairro de Ponta Grossa a freguesia e, mais tarde, a vila, fica evidente o poder, o prestígio e os interesses da elite ponta-grossense no desenrolar dos acontecimentos.

Segundo Chamma (1988), a influência das oligarquias locais pode se fazer sentir durante o processo de requerimento da elevação do bairro de Ponta Grossa a freguesia, em 1823. Na época, alguns homens importantes da região são indicados como lideranças do movimento.

Joaquim Carneiro Lobo, Miguel Ferreira da Rocha Carvalhais, José de Azevedo, Benedito Mariano Ribas, Francisco de Assis Ribas, Jeremias Carneiro Lobo, Joaquim Gonçalves Guimarães, Atanagildo Pinto Martins, grandes proprietários de terras, resolveram tentar conseguir a elevação do Bairro à Freguesia de Ponta Grossa; com isso resolveriam de vez, os problemas de ordem espiritual, bem como também a questão de ordem oficial, sobre documentos, petições, registros, que obrigavam moradores do Bairro e das Fazendas vizinhas a se deslocarem para a vila de Castro, que distava sete léguas. (CHAMMA, 1998, p. 19).

A partir dessa citação, fica claro, portanto, que não era apenas o desejo de dar uma maior assistência espiritual ao povo que levou a elite ponta-grossense a movimentar-se em favor da elevação do bairro à freguesia; os interesses de ordem política e econômica também devem ser considerados no processo. Naturalmente, a falta de autonomia política e econômica das autoridades locais frente às resoluções do governo de Castro, bem como a falta de recursos, já que as verbas destinadas pelo governo castrense ao bairro de Ponta Grossa eram pequenas, impulsionaram o movimento de emancipação política.

³⁵ Ao utilizar-se o termo “famílias tradicionais”, reporta-se não somente aos grupos sociais que remontam ao quadro de formação da sociedade paranaense, a qual Oliveira (2004) denomina “famílias históricas”, mas aos “novos” segmentos sociais formados a partir da inserção do imigrante na sociedade local, bem como outros segmentos de igual representatividade que passaram a assumir posições políticas e econômicas de destaque.

A mesma influência por parte das autoridades locais pode ser verificada no processo de elevação da freguesia de Sant'Ana de Ponta Grossa à vila, pois, mesmo com a elevação à freguesia, Ponta Grossa ainda era dependente política e economicamente de Castro. Assim, as autoridades locais ainda não haviam alcançado a autonomia e o poder que desejavam. O fato pode ser ilustrado com a seguinte citação:

A 1^o de novembro, políticos influentes de Curitiba a pedido de altas figuras da sociedade princesina conseguiram que **Zacarias de Góis e Vasconcelos**, Presidente da Província, viesse visitar Ponta Grossa, com uma comitiva, da qual fazia parte o Dr. José Gonçalves Guimarães. [...] Aqui, o Presidente da Província, sentiu os anseios dos moradores, e viu com seus próprios olhos, como a Freguesia havia crescido e prosperado, e que o que era pleiteado, era totalmente possível, e prometeu se empenhar pela elevação à Vila. (CHAMMA, 1988, p. 26, grifo do autor)

Em 1855, época em que Ponta Grossa desmembrou-se de Castro, a população da cidade era de 3.033 habitantes³⁶. O poder concentrou-se nas mãos das famílias históricas, representadas por proprietários de terras e comerciantes que se constituíram, nesse momento, nos “donos do poder político da vila de Ponta Grossa.” (CHAMMA, 1988, p. 29). Essa classe dominante sentia-se no direito de fazê-lo, já que conduzira todo processo de emancipação política da cidade. A “dívida” com o patronato local limita e cerceia o desenvolvimento econômico e social da sociedade ponta-grossense ainda hoje.

Assim, foram os interesses econômicos das autoridades locais que impulsionaram o processo de emancipação de Ponta Grossa em relação a Castro. Os nomes vinculados às famílias de grande poderio econômico começam a destacar-se no cenário ponta-grossense. Após a Independência do Brasil e a emancipação política do Paraná frente a São Paulo, os fazendeiros dos Campos Gerais tornam-se a elite política e econômica do Paraná, sob a forma de oligarquias.

³⁶ Dados do referido censo encontrado em Gonçalves e Pinto (1983, p. 78).

Posteriormente, na conjuntura da Proclamação da República, o quadro político provincial não se altera. A disputa pelo poder continuava nas mãos de conservadores e liberais.

Ponta Grossa, no período, não constitui exceção: o jogo político entre liberais e conservadores, que caracterizou o período provincial, conservou-se no momento republicano, numa alternância previsível entre os membros das elites locais: proprietários de terras, industriais e comerciantes marcaram a fisionomia político-econômica da cidade na passagem para o século XX. (ZULIAN, 1998, p. 102).

O poder político local concentrou-se em grande parte nas mãos de grandes proprietários de terras, cujas famílias remontam à época da fundação da cidade. Eles formavam grupos dotados de uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência. A configuração sócio-política se mantém inalterada, pois “a sociedade ponta-grossense inicia o século XX com uma elite representada talvez 'pelas maiores fortunas da Província', formando uma verdadeira classe senhorial, e que centralizava o poder nos Campos Gerais.” (CHAMMA, 1988, p. 45).

É importante ressaltar que a formação do patronato ponta-grossense não ocorreu como algo isolado do contexto paranaense, pois o mesmo pode ser observado em termos de política estadual. Pereira (1996), a partir de uma análise investigativa de registros oficiais, leis e regulamentos elaborados pelo governo da Província do Paraná, no século XIX, constrói um panorama geral sobre a política e a sociedade paranaense da época. O autor constata que o governo do Estado, desde sua organização, esteve centrado nas mãos de fazendeiros pecuaristas e burguesia ervateira. Segundo Pereira (1996), duas facções de poder – burguesia ervateira emergente, instalada principalmente no litoral e em Curitiba, e fazendeiros pecuaristas dos Campos Gerais – irão influenciar e controlar todo o processo de formulação de leis e de consolidação do espaço urbano paranaense

entre os anos de 1829 e 1889. Essas duas forças políticas irão a todo custo procurar manter-se no poder buscando um controle de toda produção de leis e regulamentos do código de posturas local.

Oliveira (2004) conclui que, mesmo diante das mudanças provocadas pela criação do Estado Novo, em 1930, e da “nova” configuração política que se estabeleceu, a elite, ligada às famílias históricas paranaenses, manteve inalterada a estrutura econômica e política que a beneficiava, principalmente a partir da ocupação de cargos importantes concedidos através de alianças políticas com o governo getulista.

As elites políticas paranaenses do período 1930-1945, segundo Oliveira (2004, p. 29), “não eram diferentes das que dominavam o Estado durante a República Velha (1889-1930). As mesmas famílias históricas, das quais é possível determinar sua localização e itinerário genealógico desde o período colonial, continuaram no poder”.

Paralelamente aos estudos de Pereira (1996) e Oliveira (2004), Guimarães (2002) constata que, até 1960, o governo do Estado esteve centrado nas mãos de grupos ligados às atividades ervateira e pecuarista do chamado “Paraná tradicional”. Somente com o crescimento populacional e incremento das atividades industriais nas regiões norte e sudoeste do Paraná, ocorrido na década de 70 do século XX, esse quadro irá se alterar. As cidades localizadas nessas regiões foram tornando-se cada vez mais expressivas em termos econômicos e políticos, passando a ter maior destaque no cenário paranaense. Esse fato, segundo o autor, deslocou o eixo da política paranaense dos grupos que controlavam a política estadual para novas forças políticas organizadas em torno do então partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Ao perceber que seus interesses estavam sendo prejudicados, os grupos políticos representantes das oligarquias do Paraná tradicional buscaram denegrir a imagem das novas forças políticas que se projetavam no cenário paranaense, referindo-se à entrada

dos novos núcleos de poder como “invasão dos bárbaros pés-vermelhos.”³⁷ (GUIMARÃES, 2002, p. 144).

Nesse sentido, Guimarães (2002) busca analisar a ruptura que o governo de José Richa (1983-1986) representou para grupos políticos (fazendeiros e ervateiros) que tradicionalmente predominavam no governo do Paraná. Para o autor, a entrada de José Richa no governo estadual mostra uma ruptura política com os antigos e persistentes esquemas de poder no Estado. Para o autor, “[...] a administração de José Richa representou uma ruptura política em relação à preponderância de líderes políticos do denominado ‘Paraná tradicional’, com uma maior participação de lideranças de outras regiões, notadamente do norte paranaense.” (GUIMARÃES, 2002, p. 271).

As questões apresentadas por Pereira (1996), Oliveira (2004) e Guimarães (2002) demonstram que o controle econômico e político por parte das oligarquias locais, ligadas às atividades ervateira e pecuarista, pode ser constatado não só em Ponta Grossa, mas em âmbito estadual.

No início do século XX, Ponta Grossa passa por inúmeras transformações de ordem sócio-política e econômica. Ponta Grossa, “que parecia confundir-se com o campo que a invadia, assume ares de cidade.” (Zulian, 1988, p. 104). O discurso de modernidade assumido pelas autoridades locais estava, de fato, ligado ao ideal nacionalista de civilidade e progresso propagado na época e mais especificamente no contexto local pelo Movimento Paranista. Modernidade e progresso, urbanização, controle do espaço público como um prolongamento do espaço privado em Ponta Grossa serão temas abordados a seguir.

3.1.3 Modernidade, progresso e contradição social em Ponta Grossa

³⁷ A expressão “pés-vermelhos” era usada de forma pejorativa para identificar as pessoas oriundas da região norte, onde a característica geológica predominante é a terra roxa ou vermelha.

Em fins do século XIX, Ponta Grossa passa por intensas transformações sócio-econômicas acarretadas pela instalação das ferrovias na região (CHAVES, 1998). A instalação das ferrovias³⁸ traz consigo infra-estrutura em termos gerais e a cidade torna-se cada vez mais atrativa, oferecendo oportunidades de trabalho, uma vez que as fábricas e o comércio crescem rapidamente. Assim, as transformações ocorridas com o advento das ferrovias e a nova configuração urbanística deram à cidade ares de progressista.

Ponta Grossa não se limitava à atividade ervateira e à criação de animais. Paralelamente, eram criados ou ampliados fábricas e estabelecimentos comerciais, ocasionando um intenso desenvolvimento econômico para a região, pois a “estrada de ferro tira da estagnação ou acelera o desenvolvimento de uma região.” (GONÇALVES; PINTO, 1983, p. 52). A ferrovia traz consigo toda uma infra-estrutura, a cidade torna-se cada vez mais atrativa e oferece oportunidades de trabalho, pois as fábricas e o comércio crescem rapidamente na cidade. O mesmo ocorre em relação à população, que cresce consideravelmente: os censos de 1890 e 1908 confirmam essa visão dos efeitos das ferrovias em Ponta Grossa³⁹.

A economia gerada pela comercialização de produtos como a erva-mate e a madeira, juntamente com a presença de imigrantes nacionais e estrangeiros, aceleraram o desenvolvimento urbano da cidade de Ponta Grossa. É o que mostram duas historiadoras locais:

³⁸ Segundo Chaves (1998), Ponta Grossa, em 1893, tornou-se ponto terminal da Estrada de Ferro do Paraná (EFPR) e, em 1896, Estação Central da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (EFSPRS). A instalação das ferrovias fez da cidade ponto obrigatório de passagem de mercadorias e pessoas que se deslocavam pelo Paraná e pólo de atração de imigrantes nacionais e estrangeiros. A instalação das ferrovias proporcionou também a ampliação do quadro urbano e intensificação das atividades econômicas. Sobre a instalação das ferrovias em Ponta Grossa, ver: MONASTIRSKY, Leonel B. **Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa**. 1997, 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

³⁹ Dados dos referidos censos encontrados em Chaves (1998, p. 26).

As transformações sócio-econômicas até então ocorridas sucedem-se de forma mais rápida, caracterizando a região em centro de atração não só daqueles habitantes do meio rural como também de outros migrantes nacionais e estrangeiros que aqui buscavam novos horizontes, fosse como proprietários ou simples empregados. (GONÇALVES; PINTO, 1983, p. 52).

Ponta Grossa ganha uma posição de destaque nos Campos Gerais, deixando de ser um vilarejo e assumindo a condição de uma das mais dinâmicas cidades do Estado do Paraná. As mudanças ocasionadas pela instalação das ferrovias não fizeram sentir-se apenas no que se refere ao progresso econômico da cidade, mas repercutiram no campo social e cultural. A população, desde 1905, já usufruía dos benefícios trazidos pela instalação da luz elétrica⁴⁰. Além do desenvolvimento urbano, comercial e industrial, Ponta Grossa, a partir da década de 1920, passa a contar com a existência de importantes construções como a estação ferroviária, escolas, hospitais, cine-teatros e clubes sociais.

Sem dúvida, o crescimento da cidade, no início do século XX, é notório. No entanto, é preciso destacar que a visão de Ponta Grossa como “cidade moderna e progressista” está relacionada a um movimento de modernização brasileira, de caráter nacional, ocorrido nas décadas iniciais do século XX. E, de forma mais específica, ao Movimento Paranista, também surgido nessa época, que buscava “construir uma imagem positiva do Paraná, que representaria o Paraná do futuro” (CHAVES, 1998, p. 32), estendendo a imagem de progresso e modernidade às cidades paranaenses, como no caso de Ponta Grossa. Entre os difusores do Movimento Paranista pode-se citar Nestor Vitor, Romário Martins e Rocha Pombo. Assim, a visão de “Ponta Grossa, cidade progressista”, transmitida nos artigos escritos sobre a cidade e nas idéias vinculadas pelos meios de comunicação da época, está intimamente relacionada à idéia projetada

⁴⁰ Sobre o assunto, ver: SILVA, Edson A. **Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa – 1904-1973**. 1993, 196 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

pelos ideais do Movimento Paranista, que apresentava a cidade como um ótimo lugar para se viver, “ordeira, acolhedora, sem conflitos e contradições sociais.”

Paralelamente, Ditzel (1998, p. 19) analisa a formação e a atuação do Centro Cultural Euclides da Cunha na Ponta Grossa dos anos entre 1950 e 1970, demonstrando que as produções literárias, discursos políticos e campanhas culturais produzidos pelos intelectuais ponta-grossenses vinculados a esse grupo eram marcados pelo ideário positivista e de certa forma “representam a forma de pensar de importantes segmentos da comunidade local e refletem o espírito conservador que caracteriza a cidade”. Segundo a autora, os integrantes do Centro Cultural Euclides da Cunha atuavam como professores e jornalistas e, independentemente da sua formação, eram “[...] formadores de opinião alimentando uma visão tradicional de homem e de mundo. Defensores de valores morais e cívicos sustentaram e apoiaram práticas políticas autoritárias em nome da ordem e do bem comum”.

Sendo assim, a análise de Ditzel (1998) sugere a seguinte indagação: tendo em vista a representatividade do Centro Cultural Euclides da Cunha na sociedade local e sua atuação enquanto formadora de opinião, as discussões em torno das questões sócio-políticas, econômicas e culturais, promovidas pelos intelectuais ligados a esse grupo, atuaram no sentido de desconstruir o discurso da elite dominante ou serviram, muitas vezes, como instrumentos ideológicos na conservação da ordem social vigente? Ao que parece, esses intelectuais, inspirados em uma matriz teórica de base positivista, acabavam por corroborar o discurso da elite conservadora na medida em que suas publicações não enfatizavam a crítica social.

É importante destacar que, mesmo diante das transformações de ordem sócio-política e econômica, vivenciadas pela cidade, o poder político local continuava centrado nas mãos das famílias históricas e das famílias tradicionais que se projetaram no cenário local ao longo de sua história, administrando a cidade segundo seus interesses. Ao

recorrer à historiografia local, percebe-se que o poder político, representado pela figura do prefeito, esteve, em grande parte, centrado nas mãos de uma elite formada por proprietários de terras, pecuaristas, comerciantes. “[...] dos treze prefeitos da primeira metade do século XX, é expressiva a representação da tradicional oligarquia rural que sempre controlou o poder político local.” (SILVA, 1994 apud SIQUEIRA, 2006, p. 70).

Outro ponto a se destacar e que leva a pensar sobre “como Ponta Grossa se civilizou” (CHAVES, 1998, p. 52) é a sua organização do espaço urbano. Segundo o autor, a forma como Ponta Grossa urbanizou-se e como ocorreu a distribuição da população ponta-grossense no espaço geográfico traz, inerente, uma disputa de poder entre os grupos que compunham a sociedade, através de uma disputa pelo espaço urbano. Dessa forma,

pode-se compreender como a região central da cidade, onde está localizado o centro histórico com seus símbolos de poder [...] – prefeitura, catedral, fórum, cadeia, etc. – era o preferido pela elite local, sobretudo pelas famílias tradicionais que controlavam o poder político e a economia regional. A população de menor poder aquisitivo e os imigrantes pobres foram para as áreas periféricas, os arrabaldes e colônias, fixadas fora do perímetro urbano, compostos por terras de má qualidade. (CHAVES, 1998, p. 32).

O fato remete à idéia de Mayol (1996) sobre a apropriação do espaço público, feita por alguns grupos, como um prolongamento do espaço privado. Ao apropriar-se do espaço urbano, a elite ponta-grossense manifesta e consolida seu poder na arquitetura luxuosa dos prédios públicos, bem como de suas casas, na criação de um código de conduta e normas, expresso nas falas, nos gestos e nos rituais que definem os papéis sociais.

Em sociedades conservadoras, a observação dos códigos de conduta sociais é bastante rígida. Isso dificulta a inserção de outros membros que não dominem tais códigos. O fato pode ser percebido em comunidades locais onde a prevalência de um determinado padrão cultural contribui para a marginalização de alguns setores da

sociedade. Elias (1994) percebe a construção da história social humana enquanto um processo duradouro, no qual as estruturas de comportamento vão sendo moldadas a partir da ação humana. Assim, a partir das relações em diversos níveis da vida social, econômica, política e religiosa, os grupos sociais estabelecem as normas de comportamento sociais, as quais levam gerações para ser assimiladas.

Nesse sentido, Pereira (1996) aponta, como elemento importante na análise de como a população paranaense se estruturou socialmente no século XIX, a compreensão dos termos “morigerado” e “não-morigerado” na definição dos papéis sociais. Esses termos, segundo o autor, definem os papéis sociais a serem representados pelas diferentes camadas sociais dentro do espaço paranaense no processo de urbanização das cidades.

Se, *a posteriori*, quiséssemos imaginar uma direção para a história do Paraná no período estudado, diríamos que ela caminhava no sentido da morigeração. Este termo, hoje praticamente em desuso, era freqüentemente utilizado pelas camadas dominantes da sociedade paranaense do século XIX para designar um conjunto de atributos que consideravam como positivos. Por extensão, os portadores destes atributos definiam-se como morigerados, enquanto os demais eram os não-morigerados. Morigerados eram aqueles que compartilhavam do ideário positivista do trabalho e da acumulação. Também eram morigerados aqueles que sabiam comportar-se dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas. Não-morigerados eram aqueles que contrariavam esse ideário e essas regras, portanto, a grande maioria da população paranaense, que, ao longo do século, será levada a morigerar seus costumes. (PEREIRA, 1996, p. 12).

Assim, fica clara a definição dos papéis sociais desempenhados pelos diferentes setores da sociedade paranaense. O código de posturas, elaborado por uma elite cuja formação intelectual se deu nos centros europeus, normatizava o comportamento da população tendo em vista de que é um comportamento civilizado e urbano, ou seja, “morigerado”. As leis criadas para a regulamentação da ocupação e delimitação do espaço urbano baseavam-se no ideário positivista de ordem e progresso e previam uma “europeização” das cidades.

Nessa perspectiva, os grupos detentores do poder econômico e político paranaense ostentavam sua condição social e influência ocupando as áreas nobres da cidade e investindo nas fachadas dos prédios públicos e particulares. Como foi citado anteriormente, o ideal de modernização não permeava apenas as práticas locais, mas se configurava em um fenômeno nacional.

Pereira (1996) ressalta ainda que, paralelamente ao processo de urbanização paranaense, surgem graves problemas sociais como pobreza, má ocupação do espaço urbano e favelização, muitos das quais se refletem na sociedade paranaense hoje, o que remete à chamada “modernização conservadora”. Percebe-se que as transformações ocorridas no espaço paranaense, especificamente na cidade de Ponta Grossa, beneficiaram apenas alguns segmentos da população. As estruturas sociais relacionadas ao poder e a influência de alguns grupos permaneceram intactas.

A urbanização, quando ocorre nesses moldes, assume o caráter de disseminação de privilégios em áreas cada vez maiores, “e o aparecimento de formas agressivas de ‘dualidade ética’, nas quais o *nosso grupo* com freqüência se reduzia à família dos interessados e o *grupo dos outros* acabava sendo a coletividade como um todo.” (FERNANDES, 1987, p. 28, grifo do autor).

No tópico a seguir, irá se buscar compreender como ocorreu a inserção da figura do imigrante europeu no contexto ponta-grossense, à luz das grandes transformações ocorridas no início do século XX.

3.1.4 A inserção da figura do imigrante no contexto de formação da sociedade ponta-grossense

A partir da segunda metade do século XIX, o governo brasileiro passa a adotar uma política de incentivo à imigração de populações estrangeiras para as terras

brasileiras. O incentivo à imigração desses povos apresentou dois objetivos principais: sanar o problema da falta de mão-de-obra na agricultura, que se agravou a partir de 1888 com a Lei Áurea (que previa a extinção do trabalho escravo), e promover o branqueamento da população brasileira, cujas raízes se assentavam nos povos de origem africana, portuguesa e indígena. Diante dessa conjuntura, “abriram-se espaços para imigrantes estrangeiros e o sul do País: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram as províncias elegidas dentre outras para receber os projetos de colonização com os imigrantes estrangeiros.” (BARROS, 2003, p. 142).

A adoção da mão-de-obra imigrante irá, como se verá a seguir, trazer modificações na estrutura sócio-econômica brasileira e, claro, paranaense. Assim, corrobora-se a idéia de Barros (2003), para quem a crise provocada pela falta de mão-de-obra escrava levou o contexto paranaense (no final do século XIX) a uma modificação tanto no regime de trabalho quanto no regime de propriedade. A mão-de-obra livre do trabalhador imigrante será o impulso para a adoção da “agricultura familiar cultivada na pequena propriedade.” (BARROS, 2003, p. 142).

O imigrante é, no Brasil, um trabalhador livre, detentor da sua força de trabalho. No entanto, devido às suas condições materiais históricas, não detém os meios de produção, já que a “maioria vinha descapitalizada, tanto da Itália, como da Alemanha, Suíça, Portugal e Espanha e procuraram se estabelecer em núcleos de colonização devotados a pequena lavoura” (BARROS, 2003, p. 142) e, dessa forma, está sujeito às relações de propriedade e de dominação.

De acordo com Barros (2003, p. 142), foi nessas circunstâncias que ocorreu a inserção da figura do imigrante no cenário sócio-econômico nacional e local. Sendo “fundamentalmente pobre, não exercia pressão e nem afetava a sociedade com suas reivindicações”. Nesse sentido, é possível perceber que o imigrante acaba, no contexto brasileiro e local, por assumir um papel dúbio, o de portador da cultura européia, a qual

colaboraria na modernização do país, e o de reprodutor da ordem social vigente, já que não encontra condições de uma participação e representação efetiva, pois os “os fazendeiros fizeram a imigração surgir como uma ampliação ‘do espaço geográfico e social’ concedido pelas suas mãos com seu patrocínio e gerência”.

É necessário lembrar que a estrutura agrária no Brasil, com base nos latifúndios, vem, historicamente, mostrando-se desfavorável ao pequeno proprietário rural. Dessa maneira, o espaço de atuação do imigrante enquanto sujeito social acaba sendo bastante limitado, concretizando-se num espaço de reprodução social.

Assim, no início do século XX, a historiografia paranaense, influenciada pelo Movimento Paranista, apresentava a inserção do imigrante na cultura paranaense de forma integradora. Segundo Barros (2003, p. 146), isso ocorreu “devido à necessidade de se colocar o imigrante como um ser ‘diferente’. Mas, que aceita e se adapta à nova realidade sem influenciá-la”.

A inserção “pacífica” do imigrante no contexto sócio-cultural paranaense deu-se de forma a “homogeneizar” a população, atribuindo-lhe um caráter de uma sociedade conservadora, que preserva seus costumes e tradições, onde os papéis sociais são bem definidos e aceitos, encarados como questões culturais. Elias e Scotson (2000) alertam para o fato de que somente uma análise profunda das relações sociais entre grupos e dos códigos que permeiam essas relações pode revelar realidades conflituosas, as quais, num primeiro momento, apresentam-se como harmoniosas.

A partir de uma necessidade econômica, a classe dominante teve de construir um espaço de convivência, ou seja, de homogeneização da sociedade. No entanto, essa convivência não se mostrou tão favorável ao imigrante, como afirma Barros (2003, p. 144), pois à “maioria dos imigrantes que vieram para o sul, foram destinadas áreas desfavoráveis em termos de localização, uma vez, que as pequenas lavouras ficavam cercadas pelas grandes propriedades”.

Em relação aos Campos Gerais, especificamente, Chamma (1988), ao referir-se à imigração e sua influência na formação da sociedade ponta-grossense, no final do século XIX, destaca a importância que a imigração russo-alemã teve para a agricultura local, que também sofria com a escassez de mão-de-obra.

Chamma (1988) ressalta, além do aspecto funcional da mão-de-obra imigrante para a agricultura ponta-grossense, a questão cultural que perpassa a relação entre as antigas famílias de colonizadores e as populações imigrantes. Para a autora, a sociedade ponta-grossense “morigerada” não via o trabalho braçal como dignificante. O trabalho na agricultura era

principalmente para uma sociedade que considerava o trabalho de curvar a coluna vertebral e manejar a enxada, sujar as mãos com a terra, não muito aceitável, por se tratar de trabalho servil, até então feito por escravos e nunca por um branco que se prezasse. [...] Assim os russo-alemães chegaram em momento certo. (CHAMMA, 1988, p. 44).

A discussão sobre a dificuldade de inserção econômico-social dos imigrantes no cenário paranaense feita por Barros (2003) é também encontrada em Chamma (1988) em relação aos Campos Gerais, destacando a falta de condições encontrada pelos imigrantes para prosperarem na região, pois alguns fazendeiros, com o objetivo de ganhar muito dinheiro e lucrar, “venderam terras improdutivas, como as do Capão da Anta, Quero-quero, Papagaios Novos, Pugas.” (CHAMMA, 1988, p. 44).

Esse fato, associado à questão do desvio de verbas, que deveriam ser utilizadas para a acomodação desses trabalhadores imigrantes, feitas por “gente sem escrúpulos, grandes fazendeiros, que já muito ricos, queriam ganhar mais ainda, mesmo que isso fosse à custa de gente humilde e de fora” (CHAMMA, 1988, p. 44), levou os imigrantes russo-alemães a perderem suas terras para os latifundiários da região. Sem outra alternativa, esses imigrantes passaram, então, a residir em outros locais como Uvaranas

e Nova Rússia, exercendo atividades como oleiros, marceneiros, fundidores, carpinteiros, seleiros, alfaiates e sapateiros.

Em relação ao crescimento numérico da população, Paula (1990, p. 39) ressalta que o movimento imigratório contribuiu para o crescimento da cidade de Ponta Grossa e de sua população que, “no censo de 1890 era de 4.774 habitantes, passa em 1900 para 8.335 e em 1920 para 10.171”. Para o autor, a vinda de imigrantes, que acabaram se integrando em diferentes atividades econômicas, tanto na agricultura familiar como na indústria ou comércio, trouxe “grande impulso ao desenvolvimento da cidade”.

Nesse sentido, não se descarta a importância e a representatividade econômica e social que algumas famílias de imigrantes e seus descendentes obtiveram ao longo da história da cidade de Ponta Grossa, dedicando-se ao comércio e à indústria local, que prosperaram significativamente nas primeiras décadas do século XX (PINTO; GONÇALVES, 1983). No entanto, cabe questionar o quanto essa representação pode ser estendida à grande maioria de famílias imigrantes que se instalou na cidade.

Sobre isso, Salles (2004, p. 48) afirma que alguns famílias de imigrantes trouxeram um “pequeno pecúlio” durante o processo de imigração nas terras paranaenses (entre o final do século XIX e o início do século XX), o que possibilitou a inserção sócio-econômica desses grupos na sociedade local. Esse capital favoreceu a entrada desses imigrantes na economia regional, na medida em que passaram a se dedicar a diferentes atividades comerciais e industriais, assim como os levou a uma maior representatividade econômica e política frente ao patronato tradicional paranaense, ou seja, a “uma classe a se ter em conta”.

Salles (2004, p. 50) também aponta como fator de inserção sócio-política e econômica do imigrante capitalizado “o estabelecimento de ligações familiares com os membros tradicionais da elite paranaense”. Segundo o autor, eram comuns as uniões (casamentos) entre as famílias históricas e as famílias imigrantes. A criação desses laços

parentais tornava-se interessante, à medida que trazia vantagens políticas e econômicas para ambos os segmentos sociais.

No caso de Ponta Grossa, a representatividade econômica e política aferida aos imigrantes capitalizados demonstra que, tendo em vista a continuidade dos interesses econômicos e políticos, a elite local passa a compartilhar o poder com os grupos imigrantes bem-sucedidos no comércio e indústria locais. Nomes ligados a grupos imigrantes passam, nesse momento, a compor o quadro de famílias tradicionais da sociedade ponta-grossense.

Assim, a questão da inserção do imigrante na sociedade pode ser interpretada a partir de dois ângulos. Se, por um lado, existiam as famílias de imigrantes que, por apresentarem uma condição social mais privilegiada, acabaram se estabelecendo na cidade e desempenhando um papel social representativo, essa participação fica evidente nos escritos de historiadores locais quando narram o crescimento econômico da cidade no início do século XX. Por outro, existiam famílias de imigrantes pobres que, como mostram Chamma (1988), Chaves (1998) e Barros (2003), acabaram por instalar-se na periferia da cidade e em colônias, fixadas fora do perímetro urbano, tendo pouca ou quase nenhuma representatividade social devido à sua condição social.

Outro fato interessante sobre a inserção do imigrante na sociedade ponta-grossense é a atribuição de “conservadores” e “tradicionalistas” que lhe é conferida. Exemplo disso é a constatação de Chamma (1998) ao analisar a formação da sociedade ponta-grossense:

População sui-gêneris: de um lado os povoadores e seus descendentes, frios e orgulhosos, e do outro os imigrantes recém-chegados; poloneses, russo-alemães e ucranianos, arredios e desconfiados. De tudo isto resultou uma sociedade difícil no relacionamento; desconfiados em relação aos novos moradores que por aqui chegassem. (CHAMMA, 1988, p. 45).

A imagem associada à figura do imigrante como arredio e desconfiado, apresentada por Chamma (1988), é instigante e por si só representa um objeto de estudo a ser pesquisado. Na tentativa de compreender alguns aspectos relacionados à figura do imigrante e de sua influência na formação da identidade ponta-grossense, entre o final século XIX e o início do século XX, recorre-se a Zulian (1998), para quem o entendimento dessas questões relacionadas à imigração e à inserção do imigrante no contexto ponta-grossense está estritamente relacionada à atuação de algumas congregações religiosas de origem européia que passaram a atuar na catequese e educação institucional da sociedade ponta-grossense, nas décadas iniciais do século XX.

Segundo Zulian (1998), a atuação dessas instituições religiosas na cidade está, de fato, vinculada à propagação de uma ideologia conservadora que tinha por base o Movimento Ultramontano⁴¹. A propagação desse movimento no Brasil (nos séculos XVIII e XIX) ocorrera entre outras ações através da designação de bispos enquadrados nas tendências ultramontanas para importantes dioceses do Brasil, o que aconteceu com Ponta Grossa. Esses bispos, chamados “reformadores”, promoveram a instalação de novas ordens e congregações religiosas que dessem suporte à reforma ultramontana da Igreja.

Na esfera educacional ponta-grossense, essas congregações religiosas atuavam na educação das elites e dos imigrantes e na educação das camadas menos privilegiadas, disseminando os valores ultramontanos de base conservadora – caráter sagrado das instituições, providência divina e resignação social, preservação de tradições e costumes –, os quais certamente influenciaram na formação da cultura ponta-grossense. A presença dessas congregações na sociedade, vinculada à construção de

⁴¹ O Movimento Ultramontano surgiu na Europa, no século XVI, como uma resposta da Igreja Católica ao mundo moderno e suas contradições. A Igreja, entendendo “ser a modernidade o ápice da perdição do Gênero humano e se atribuindo a tarefa e o direito de resgatar a humanidade decaída, a alta hierarquia se propôs desmontar o mundo moderno” (ZULIAN, 1998, p. 71) através da retomada de valores e tradições que vinham sendo postos em xeque pelo Iluminismo.

uma mentalidade conservadora, pode, em parte, explicar a associação entre imigração e conservadorismo apregoada à cidade.

Paralelamente, Andreazza (1999)⁴² coloca que os povos europeus que imigraram para o Brasil, na década de 1890, “trouxeram uma visão de mundo essencialmente camponesa e tradicional” (ANDREAZZA, 1999, p. 33). Esse tradicionalismo dava-se principalmente no que se refere à religiosidade, à preservação dos costumes e das tradições, à organização da estrutura familiar e, principalmente, na relação com a terra (propriedade) fundamentada na agricultura familiar⁴³. Ao se estabelecerem nas colônias ou nos centros urbanos, esses imigrantes transplantaram o sistema cultural para a “nova terra” e estruturaram sua vida cotidiana a partir dos elementos oriundos de sua cultura de origem, os quais, combinados com elementos da nova realidade, foram re-significados e passaram a dirigir o comportamento desses grupos imigrantes. Assim, os valores ligados à família, à religião e à propriedade estiveram presentes na formação da mentalidade desses povos mesmo fora de seus países de origem, o que, talvez, explique em parte a visão construída sobre esses grupos, representando-os como conservadores e tradicionalistas.

Com relação aos imigrantes alemães⁴⁴, Lavallo (1996, p. 33) diz que, inicialmente, esses grupos sofreram uma certa rejeição por parte da sociedade local. A inserção dos elementos germânicos no contexto local só ocorreu na medida em que alguns desses grupos familiares passaram a projetar-se nas atividades econômicas e culturais da

⁴² Os estudos de Andreazza (1999) concentram-se nos povos oriundos do leste europeu, mais especificamente nos imigrantes de origem ucraniana.

⁴³ A mentalidade do campesinato europeu, enraizada em formas tradicionais de exploração da terra, baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar, dificultou seu ingresso nos movimentos socialistas ocorridos no leste europeu no século XIX. Sobre isso, ver: HALAMSKA, Maria. **A exploração familiar na Polônia**. In: LAMARCH, Hugues (Org.) **A agricultura familiar**. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

⁴⁴ Lavallo (1996, p. 33) utiliza a expressão “elementos germânicos” para definir os grupos de imigrantes oriundos da própria Alemanha ou de outros países por onde já se haviam dispersado em ocasiões anteriores, como, por exemplo, a Áustria, a Rússia e a Polônia.

cidade. Dessa maneira, a autora concorda com as idéias de Chaves (1998) e Salles (2004) sobre as diferenças sócio-econômicas entre os grupos imigrantes, onde, entre eles, apresentavam-se “desde burgueses instruídos, com capital próprio e experiência empresarial, até camponeses que conheciam os métodos mais simples de lavrar a terra”. Sobre a integração das famílias imigrantes no cenário local, a autora escreve:

Conforme cita o Dr. Lauro Justus: “Para se avaliar quanto sangue desses russos-alemães corre nas veias dos habitantes de nossa cidade, basta lembrar os nomes de diversas famílias daqueles denodados colonizadores: Schamber, Schwab, Schemberg, Justus, Hilgemberg, Henneberg, Stremel, Hartmann, Margraf, Stadler, Horst, Bach, Hoffmann, Ditzel, Becher, Scheidt, Albach, Degraf, Burgarth, Ott, Sauer, Wichert, Mildenberg, Schneider, Iurck, Roth, Berger, Niesing, Dechant, Buss, Gort, Horn e dezenas de outros mais.” (LAVALLE, 1996, p. 54).

Assim, os imigrantes alemães financeiramente privilegiados acabam por destacar-se no comércio e na indústria local, partilhando o controle econômico e político com a aristocracia da cidade. Lavalle (1996, p.34) destaca que, além da ascensão econômica dos elementos germânicos no cenário ponta-grossense, a participação desses grupos em atividades culturais, através da formação de clubes associativos, foi um fator positivo aos imigrantes alemães, que, ao “se unirem em grupos de canto, de ginástica ou clubes sociais, solidificaram sua posição na sociedade”. A criação de espaços culturais que congregavam as famílias germânicas permitiu a preservação de sua cultura, de seus costumes e da sua língua. Nesses espaços, os imigrantes atraíram “para sua convivência muitos elementos das famílias luso-portuguesas já consolidadas na região, abrindo caminho para sua participação local no setor econômico ou em atividades políticas”.

A discussão realizada até o momento ocorreu com o intuito de compreender alguns aspectos históricos da formação da sociedade ponta-grossense. A seleção de alguns aspectos dessa trajetória histórica em detrimento de outros realizou-se por se acreditar que os elementos trabalhados contribuiriam na compreensão e elucidação do problema de pesquisa.

A discussão a seguir busca compreender de que forma os elementos trabalhados anteriormente – elite e controle político em Ponta Grossa, modernização conservadora e manutenção das estruturas de poder, definição de papéis sociais e marginalização das camadas pobres da sociedade – têm influenciado nas práticas políticas locais na atualidade. Para tanto, apontaram-se alguns aspectos da realidade ponta-grossense a partir da década de 1970, no que tange ao desenvolvimento sócio-político e econômico da cidade.

3.1.5 Perfil populacional ponta-grossense na década de 1970: a migração como fator de reestruturação social

Na década de 1970, mudanças no quadro sócio-econômico da cidade podem ser observadas. O processo de industrialização, o êxodo rural e o crescimento populacional urbano são algumas das transformações evidenciadas no período. Essas mudanças estão relacionadas à crescente industrialização do Brasil e, conseqüentemente, do Estado do Paraná e da cidade de Ponta Grossa verificada na época. Segundo Paula (1990, p. 53), Ponta Grossa, por ter se constituído no maior entroncamento rodoferroviário do Sul do país, por estar localizada estrategicamente entre importantes zonas de produção do Estado e por oferecer grandes incentivos fiscais e financeiros, atrai um grande número de empresas de capital nacional e estrangeiro.

Chamma (1988, p. 118) refere-se a esse acontecimento como o nascimento da “cidade industrial de Ponta Grossa”, enumerando uma série de empresas nacionais e estrangeiras que passam a compor o quadro industrial da cidade. A autora retrata esse momento como um período de grande progresso da cidade, associando desenvolvimento industrial a desenvolvimento social. “Todos os anos de atraso em relação a outras cidades muito mais novas ia terminar. [...] saímos de um túnel escuro, e que não parecia

ter saída.” (CHAMMA, 1988, p. 119). Nessa época, retoma-se o processo de modernização conservadora da cidade, pois, mesmo diante do acelerado desenvolvimento industrial, não ocorreram grandes progressos no que se refere à melhoria das condições de vida da população em geral.

Nesse sentido, segundo Barros (2003), atrelado ao desenvolvimento industrial ocorrido nas principais cidades paranaenses, na década de 1970, surgem os problemas sociais causados pelo desenvolvimento econômico acelerado e pelas modificações nas relações capital/trabalho, “levando o Estado a uma crise social sem precedentes, devido às determinações da estrutura econômica e suas conseqüências sobre a vida da população.” (BARROS, 2003, p. 134-135).

Nesse período, paralelamente ao processo de industrialização, ocorreu o incentivo, por parte do governo brasileiro, à modernização tecnológica da agricultura. As medidas governamentais proporcionaram o crescimento, mas, “ao mesmo tempo, geraram uma “extrema concentração de renda no meio rural e da propriedade da terra.” (BARROS, 2003, p. 148). Ato contínuo, irá se verificar um rápido processo migratório da população rural para os centros urbanos.

Da mesma forma, Paula (1990, p. 51) atribui a aceleração do processo de urbanização, não só em Ponta Grossa, mas em todo o Paraná, à rápida mecanização da agricultura. Nesse contexto, pessoas ligadas às atividades agrícolas de base familiar, as quais, por falta de condições econômicas, não conseguem acompanhar a evolução tecnológica, descapitalizam-se e perdem suas terras, deixam o campo e passam a procurar na indústria e nos serviços “a sua sobrevivência, deslocando-se para os centros urbanos”; Dessa maneira, um novo contingente populacional vindo de outras localidades acaba por se instalar em Ponta Grossa, criando uma nova configuração urbanística.

O censo demográfico (1980), do IBGE, demonstra que dos 186.656 habitantes do município, 47% não são naturais de Ponta Grossa, ou seja, 87.627 habitantes; e destes, 52% chegaram a menos de 10 anos em Ponta Grossa. Grande parte, ou melhor, 88% dos habitantes não naturais do município tiveram como lugar de domicílio anterior outras localidades do próprio estado do Paraná, sendo 49% provenientes da zona rural, no entanto, 95% deles moram atualmente na zona urbana. (PAULA, 1990, p. 47-48).

Segundo Löwen (1990, p. 41), o modelo de desenvolvimento econômico adotado ocasionou grande êxodo rural, pois, “de 1940 a 1970, a população rural cresce 374%, e a população urbana cresce 729%”. Entre os anos de 1970 a 1980, ocorre uma reversão nesse quadro, e, em relação à população rural, ocorre um decréscimo “de mais de um quarto de seu contingente enquanto a população urbana apresenta um crescimento de 78,6%”.

Nesse período (década de 1970), além do deslocamento da população proveniente do próprio Estado do Paraná, as cidades começam a “inchar” com a presença de migrantes vindos de outros Estados nos quais a agricultura tradicional familiar também passava por dificuldades. “Assim como os paranaenses, saem de suas terras, migram para nosso Estado, também paulistas, catarinenses e gaúchos; totalizando, conforme dados do IBGE, 401.000 pessoas provenientes de outras localidades.” (BARROS, 2003, p. 150).

Esse fato fez com que problemas sociais se agravassem, pois a urbanização acelerada não permitiu que os setores secundário e terciário crescessem suficientemente para atender à demanda por emprego. Segundo Paula (1990, p. 51), foi a partir de 1970 que ocorreu a instalação de barracos na cidade, impulsionado o fenômeno da favelização. “Um dos principais problemas resgatados no processo de urbanização de Ponta Grossa é a falta de infra-estrutura capaz de absorver, em escala compatível, a mão-de-obra rural”.

Caberia, então, perguntar: em quais aspectos a vinda desse contingente populacional irá modificar a estrutura de organização da cidade? Como essas pessoas

encararam a força política advinda dos setores políticos poderosos já estabelecidos na cidade? De que forma a dominação “lentamente vem sendo questionada pelos habitantes da periferia urbana?” (JACOBI, 1993, p. XV).

Nesse contexto, é importante compreender de que maneira os setores populares, nas últimas décadas do século XX, foram elementos importantes no processo de contestação do poder dito conservador em Ponta Grossa. Tendo em vista que a “cooperação e a comunicação nas esferas de produção biopolítica definiram uma nova singularidade produtiva”, onde a multidão “não é formada simplesmente pelo ato de juntar ou mesclar nações e povos indiferentemente; é o poder singular de uma **nova cidade**.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 419, grifo do autor).

Siqueira (2006) demonstra que, nesse período (década de 1970), não ocorreram ações governamentais que possibilitassem a organização de canais de incentivo às relações sociais comunitárias e a organização de movimentos sociais que atendessem às reivindicações dos setores populares em Ponta Grossa. Segundo a autora, não havia interesse por parte dos grupos detentores do monopólio econômico e político, ligados às famílias tradicionais da cidade, em promover a emancipação desses setores, tendo em vista a manutenção e a conservação dos privilégios de classe.

Conclui-se, então, que as ações governamentais das elites conservadoras têm como principal objetivo desenvolver programas de governo que, a expensas da população em geral, propiciem o fortalecimento das estruturas de poder e o enriquecimento dos grupos econômicos e políticos ligados a essa elite. Em relação aos problemas sociais, não se investe na capacitação dos segmentos populares como forma de criar estratégias de superação desses problemas. As soluções “vêm de cima” e, assim, não encontram condições reais de concretizar-se.

Segundo Siqueira (2006), a partir da década de 1980, devido a um movimento nacional de incentivo à organização de espaços de participação popular, realizaram-se,

por parte da administração pública da cidade⁴⁵, algumas ações que viabilizaram a participação da sociedade civil nas questões públicas, sendo que as associações de moradores tornaram-se, para a autora, os principais espaços criados e fomentados pela gestão municipal. No entanto, a autora ressalta que, mesmo com a criação desse canal de participação, os setores populares obtiveram pouca representatividade e expressão frente ao poder municipal, na medida em que as reivindicações desses setores ainda eram pouco visionadas na elaboração das leis e projetos criados no período.

Mesmo diante da dificuldade de afirmação e representatividade dos movimentos sociais em Ponta Grossa no período, Siqueira (2006) enumera a emergência de uma série de organizações civis na cidade, entre elas o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Grupo Ecológico dos Campos Gerais, Movimento Municipal de Meninos e Meninas de Rua, Movimento Estudantil Secundarista, Central de Movimentos Populares, representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Associação Geral dos Moradores em Terrenos Irregulares, entre outros. A criação desses movimentos, em Ponta Grossa, expressa o desejo das camadas populares em ver suas reivindicações serem atendidas pela administração municipal, tendo em vista que o poder público, muitas vezes, tenha atendido exclusivamente aos interesses econômicos e políticos da elite local.

3.2 CONSERVADORISMO EM PONTA GROSSA – MITO OU REALIDADE?

3.2.1 Poder e controle político-econômico como fatores determinantes de uma sociedade conservadora

⁴⁵ Nesse período Ponta Grossa era governada por Otto Santos Cunha (1983/1987).

Retomando a célebre frase de Marx (1990), de que “a história da sociedade é a história da luta de classes”, e partindo da reflexão a que ela remete, fica claro que, independentemente do tempo histórico e da espacialidade geográfica, a dinâmica social entre os diferentes grupos que compõem uma dada sociedade é marcada por relações de poder. Tais relações manifestam-se à medida que, estando organizados em torno de interesses sócio-políticos e econômicos comuns, os grupos atuam para preservar tais interesses, frente aos demais grupos, a fim de conservá-los.

Essa busca pela manutenção dos privilégios de classe e das estruturas sociais vigentes define a prática conservadora. Muito mais do que simplesmente defender tradições e costumes, de valor social questionável, o conservadorismo tende a manter presentes nas sociedades históricas os mecanismos de controle social, simbólicos ou não, que possibilitam a permanência de determinados grupos no poder e a constante desinstrumentalização política dos grupos dominados.

Sobre o uso da tradição, expressa na forma de usos e costumes, como forma de controle e domínio social, retomam-se, aqui, as idéias de Mayol (1996), Guiddens (1996), Franco (1997) e Carvalho (2005) apontadas inicialmente nas discussões. Para esses autores, o conhecimento tradicional na forma de costumes e valores acaba, muitas vezes, sendo imposto aos indivíduos como verdade, levando-os a agir dessa ou daquela maneira sem refletir sobre suas ações, com base nas tradições. A percepção da realidade enquanto produto da ação humana é, nesse caso, substituída por uma visão anti-histórica⁴⁶, ou seja, as “coisas do mundo” já estão postas e dadas, e cabe aos indivíduos a ela se adaptarem.

Nesse sentido, fica claro que a prática conservadora não está especificamente vinculada a esse ou àquele grupo social, mas se expressa à medida que determinados

⁴⁶ O termo “anti-histórica”, ou “a-histórica”, é proposto por Löwy (2003, p. 68) quando analisa o papel das instituições, dentro do pensamento conservador, enquanto detentoras do conhecimento tradicional.

segmentos da sociedade passam a controlar a esfera pública sócio-política e econômica a partir de seus interesses pessoais. A idéia de coletividade, na perspectiva conservadora, resume-se ao grupo dos interessados que compartilham as mesmas expectativas e interesses. Constrói-se, nessa lógica “coletivista”, a figura do “outro”, ou seja, aquele que não pertence à coletividade construída a partir de expectativas e interesses comuns. O “outro”, nessa perspectiva, não precisa necessariamente pertencer a outra localidade, “vir de fora”, mas pode, sim, ser fruto da lógica “coletivista” presente naquela sociedade.

À luz dessas reflexões, e analisando especificamente a realidade ponta-grossense, ao perguntar aos segmentos entrevistados sobre o conservadorismo da cidade de Ponta Grossa, é interessante notar que o controle do poder político e econômico por parte de determinados grupos é enfatizado por cinco dos sete entrevistados. Ou seja, a compreensão em relação ao conservadorismo da cidade de Ponta Grossa, para a maioria dos entrevistados, perpassa a idéia do controle econômico e político, evidenciado historicamente na cidade por parte de alguns grupos locais.

Relacionando-se o quadro local com o cenário nacional trabalhado no capítulo 2, a construção do ideário conservador no Brasil esteve irremediavelmente ligado a uma série de questões de ordem sócio-política e econômica que, dialeticamente, influenciaram e foram influenciadas pelo conservadorismo. Ao tentar compreender a questão do conservadorismo da cidade de Ponta Grossa, o elemento “controle econômico e político” surge na fala dos entrevistados como fator determinante do fenômeno, como se pode perceber a seguir:

A elite conservadora é aquela que a qualquer custo quer dominar, quer ter poder, quer dizer que manda, tem grupos econômicos por trás, tem interesses financeiros por trás. Essa é a elite de Ponta Grossa. (Entrevista 3 do segmento “liderança-político partidária local”).

A associação que o entrevistado faz entre elite, conservadorismo e interesses econômicos é reveladora, pois demonstra que a percepção construída em relação ao conservadorismo em Ponta Grossa está de fato relacionada à postura de grupos locais que atuam com o controle político e econômico da cidade nas mãos. O entrevistado não caracteriza a sociedade ponta-grossense como um todo como sendo conservadora, mas atribui esse comportamento à elite na medida em que esta procura defender e conservar seus interesses financeiros.

A partir das análises de Holanda (1963), Mercadante (1965) e Fernandes (1987), pode-se verificar que, historicamente, tanto no contexto nacional como no local, as relações pessoais de mando e de poder garantiram às classes dominantes brasileiras a defesa de seus interesses econômicos. À medida que surge a necessidade de criação do Estado nacional brasileiro, essas relações de poder são burocratizadas, ou seja, elas continuam a existir, mas são mascaradas pela defesa de “leis impessoais” e de um discurso a favor de uma pretensa democracia. Nesse cenário, o campo da política torna-se expressão dos “desejos coletivistas” da classe dominante.

Historiadores locais, em seus estudos sobre a formação da sociedade ponta-grossense, já apontavam o surgimento dessa elite conservadora na cidade, cujo poder político assentava-se no poder econômico. Em Chamma (1988), esse poder evidencia-se de forma bastante expressiva já no processo de emancipação de Ponta Grossa frente a Castro, onde a participação da oligarquia local, desejosa em concretizar seus interesses econômicos, é decisiva.

Com a elevação da 5ª Comarca de São Paulo, à categoria de Província do Paraná, em 19 de dezembro de 1853, esta gente com disposição renovada em seus propósitos de independência, resolveu insistir com o governo. A petição foi levada por emissários, que contavam também com a colaboração do Deputado José Gonçalves Guimarães, parente da família Guimarães, proprietários de terra em Ponta Grossa. (CHAMMA, 1988, p. 25).

Da mesma forma, o entrevistado 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” evidencia o poder econômico da elite local como fator determinante na condução e organização da política local a partir de uma lógica conservadora. Lógica essa que irá permear as práticas políticas locais em diferentes contextos históricos da cidade:

Se você pegar até a chegada das ferrovias, final do século XIX, a cidade só existe em função das fazendas. [...] ⁴⁷ o núcleo urbano de Ponta Grossa era uma mera extensão das necessidades das fazendas. Só existe cidade porque as fazendas estão ao redor. Quem mora na cidade sobrevive de prestar serviços para as fazendas. O poder vem das fazendas para cidade e não o inverso. Então, você vai criando uma relação de obediência, de atendência (sic), subserviência, submissão de quem está na cidade para com os fazendeiros. Quem são os fazendeiros? Almeida, Taques, Ribas, Guimarães, Fonseca, Vilela. Forjou-se um modelo social. Segunda fase: ferrovia, anúncio do progresso [...] cidade que respira o ar da modernidade. Quem continua sendo prefeito em Ponta Grossa? Bonifácio Vilela. Os mesmos representantes destes segmentos, as estruturas continuam assentadas na mesma lógica. Não há essa ruptura. (Entrevista 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”).

Segundo o entrevistado, o modelo social “dominantes *versus* dominados”, forjado no processo de formação da cidade, manteve-se presente nas décadas iniciais do século XX mesmo quando a dinâmica social da cidade, que caminhava para o progresso e para a modernidade, parecia superar-lhe. A fala do entrevistado também sugere elementos que permitem entender como, no processo de urbanização da cidade de Ponta Grossa, o poder do fazendeiro (*dominus*) deslocou-se para os centros urbanos e encontrou na política um meio de expressão dos seus interesses.

À medida que se acelerou o processo de urbanização de Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX, o poder político e econômico, inicialmente restrito ao círculo rural, às fazendas – ao que Fernandes (1987) chama de *dominus* –, começa a ser

⁴⁷ O sinal [...] foi utilizado como forma de expressar a ausência de comentários que quebram a sequência temática da falas. Esses comentários não modificam nem interferem na compreensão da fala geral do entrevistado.

prolongado para o meio urbano. A política da cidade, como mostram os autores locais, ficará centrada nas mãos dessa elite, que a conduzirá segundo seus interesses.

Ao se recorrer a Zulian (1998, p. 102), pode-se constatar que esse controle econômico e político por parte de alguns setores locais tem raízes históricas. A autora define o quadro político de Ponta Grossa, no início do século XX, como um “jogo político”, onde disputavam o poder local proprietários de terra, industriais e comerciantes. O surgimento desses setores, que também verão na política um meio de assegurar seus interesses econômicos, é decorrente do crescimento da indústria e do comércio locais na época.

Guimarães (2002) e Oliveira (2004) atentam para o fato de que a organização das estruturas de poder, vinculadas aos interesses das famílias históricas, dava-se em termos estaduais, uma vez que, até a década de 1980, os grupos vinculados às oligarquias do Paraná tradicional estarão à frente do governo estadual.

Paralelamente, o entrevistado 2 do segmento “liderança político-partidária local” destaca que o poder político em Ponta Grossa esteve, ao longo da história, centrado nas mãos de setores industriais e comerciais da cidade, tornando-se, muitas vezes, expressão dos interesses desses setores. Observa-se, assim, a existência de uma proximidade entre administração pública e atividade privada:

Num retrospecto dos prefeitos da cidade, então, o prefeito com uma visão mais conservadora, mais de direita, geralmente são pessoas que não são políticos, com exceções é claro. São empresários que assumem a gestão municipal [...]. Ao passo que os setores mais populares [...], mais de esquerda, a afirmação destes setores passa por uma ação política, para poder chegar ao município [...]. A maior parte do tempo, quem governa a cidade são setores empresariais, de uma ideologia mais de direita, no aspecto político. (Entrevista 1 do segmento “liderança-político partidária local”).

Nesse sentido, pode-se retomar a fala de Siqueira (2006), para quem a política local esteve, entre os anos de 1983 a 1996, nas mãos de grupos pertencentes a uma

mesma tradição familiar e a um mesmo segmento político composto por empresários e agropecuaristas. Assim, a questão da política vinculada a interesses econômicos de grupos locais e a postura conservadora desses grupos, quando da dificuldade de aceitação da inserção de novos grupos no contexto econômico atual da cidade como forma de preservar seus interesses, é ressaltada também pelo entrevistado do segmento “liderança comunitária local”, que questiona:

Por que que grandes nomes não conseguem dar certo em Ponta Grossa? Existe um poder muito grande de algumas pessoas que conservam aquilo e não deixam /
⁴⁸. Acredito, até, que atrapalhe o crescimento da cidade este conservadorismo. (Entrevista do segmento “liderança comunitária local”).

A presença de grupos que controlam a economia local fica evidente na fala do entrevistado. O conservadorismo da cidade é expressado, justamente, na postura fechada desses grupos quando da defesa de seus interesses particulares, mesmo que isso interfira negativamente no desenvolvimento e no crescimento sócio-político e econômico da cidade, como ressalta o entrevistado.

O entrevistado do segmento “jornalista político local” percebe as relações de poder, econômico e político, em Ponta Grossa, como que projetadas na configuração sócio-urbanística da cidade.

Só pela topografia da cidade, quando você vai numa cidade plana, você tem uma outra noção de divisão espacial. Quando você vai numa cidade com a topografia tão acentuada como Ponta Grossa, você tem essa noção destas diferenças de quem está em cima e quem está embaixo. (Entrevista do segmento “jornalista político-local”).

Chaves (1998) relaciona delimitação do espaço urbano e consolidação das estruturas de poder em Ponta Grossa no início do século XX. Segundo o autor, o processo de urbanização da cidade ocorrido nessa época revela como as relações de

⁴⁸ O sinal / foi utilizado para expressar corte imediato na fala do entrevistado.

poder podem ser evidenciadas concretamente na organização do espaço geográfico, à medida que determinados grupos se apropriam desse espaço, delimitando-o segundo seus interesses.

Para Chaves (1998), a forma como os grupos sociais “distribuíram-se” no meio geográfico traz inerente as disputas de poder travadas dentro na sociedade local. A elite concentrou-se na região central da cidade e, através das imponentes fachadas das casas e prédios públicos, consolidou simbolicamente seu poder econômico e político. Em contrapartida, a população pobre instalou-se na periferia da cidade, pois a concentração do poder econômico nas mãos de determinados setores trouxe como consequência a crescente pobreza e a marginalização da população⁴⁹.

Paralelamente, os estudos de Löwen (1990) e Paula (1990), sobre a ocupação do espaço urbano em Ponta Grossa e o crescente fenômeno da favelização da população, ocorrido a partir da década de 1970, demonstram que esse modelo de organização do espaço urbano evidenciado nas primeiras décadas do século XX perdura atualmente. A população pobre continua concentrada na periferia da cidade, próxima aos arroios, em terrenos acidentados e de risco, sem condições mínimas de sobrevivência. As “favelas não são um fenômeno recente, as primeiras surgiram em Ponta Grossa já na década de 50 e o aumento do número de favelas foi constante, uma média de 11 favelas surgiram a cada 5 anos.” (PAULA, 1990, p. 76).

Segundo Paula (1990), esse quadro torna-se ainda mais grave na década de 1970, quando, devido ao êxodo rural provocado pelo processo de mecanização da agricultura, um grande número de famílias vindas de outras localidades do Estado passam a residir em Ponta Grossa em busca de trabalho, instalando-se na periferia da cidade. O crescimento da indústria e do comércio local não foi suficientemente próspero para

⁴⁹ LÖWEN (1998 apud CHAVES, 1998, p. 32), sobre o processo de ocupação urbana de Ponta Grossa, ressalta que “[...] a forma hipsométrica da área urbana é de certa forma a base do desenvolvimento urbano, sobre este fundamento ocorre a disputa entre o espaço natural e o espaço social”.

proporcionar trabalho a esse contingente populacional, agravando os problemas sociais da cidade, como desemprego, favelização etc.

A partir das idéias expressas nos depoimentos e das interpretações que os historiadores locais fazem da realidade ponta-grossense, é evidente a relação entre conservadorismo e poder econômico e político em Ponta Grossa. O conservadorismo da cidade é expresso na forma como se tem feito política vinculada aos interesses de grupos locais.

Nessa perspectiva, diante das informações obtidas nas leituras que tratam especificamente da realidade ponta-grossense e dos dados colhidos nas entrevistas, constata-se que, historicamente, o “coletivismo” tem marcado a fisionomia política da cidade, fato que tem agravado o crescimento de uma população de excluídos sociais, os “outros”.

Nesse sentido, pode-se pensar: até que ponto a construção de uma imagem de Ponta Grossa como cidade conservadora e tradicionalista, de isolamento e recusa do elemento de fora, não foi estereotipada justamente para esconder os antagonismos, o poder e a dominação intrínsecos à sociedade ponta-grossense? De que forma a dificuldade em relação à aceitação do novo, do “outro”, do diferente, não está diretamente relacionada à criação do mito de uma população homogênea, conservadora, tradicional? Pois um “[...] povo é definido não apenas em termos de passado comum e de desejos comuns ou potenciais, mas principalmente em relação dialética com o seu Outro, seu exterior.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 214).

A seguir, buscou-se compreender a contradição “Ponta Grossa: conservadora ou cosmopolita?”, apresentada nos depoimentos coletados. Para tanto, o foco de discussão parte das seguintes questões: Ponta Grossa, cidade cosmopolita; negação e superação do conservadorismo local; inserção/ajustamento social em Ponta Grossa.

3.2.2 Caráter cosmopolita *versus* conveniência social – controle do espaço público e ajustamento social

Ao se perguntar sobre o conservadorismo de Ponta Grossa, dois dos entrevistados negam a sua existência. Para eles, o conservadorismo da cidade é um “mito”⁵⁰, ou seja, uma imagem que foi historicamente construída. Essa opinião surgiu entre os entrevistados dos segmentos “liderança-política local” e “estudiosos da realidade pontagrossense”.

Para os dois entrevistados, o conservadorismo local é visto como uma questão superada, presente apenas no início da formação da cidade, época em que as famílias tradicionais controlavam o poder econômico e político. É interessante notar que ambos articulam as idéias de conservadorismo e presença das famílias tradicionais no cenário econômico e político local. Essa articulação remete à discussão anteriormente realizada, quando se tratou do “poder e controle político-econômico como fatores determinantes de uma sociedade conservadora”, como se verá a seguir.

Ela tem esta pecha de conservadorismo e isto foi uma coisa que pegou, que propuseram e que a cidade se acha. [...] Também tem uma questão, e cabe também uma certa parcela na construção deste mito dentro da própria esquerda, porque a esquerda, ela sempre se colocou como uma contestadora, ela sempre busca colocar e isto ela coloca não só em nível de Ponta Grossa, ela coloca em nível de Brasil.

Ponta Grossa é um desmembramento do município de Castro. Castro continuou com o conservadorismo deles, as famílias tradicionais, e aqui não, aqui nós tivemos a lufada, e eu vou colocar assim, do não-contentamento, do novo conhecimento que era trazido pelos europeus, pelos imigrantes que chegaram aqui. (Entrevista 1 do segmento “estudiosos da realidade pontagrossense”).

Talvez ela tivesse alguns resquícios de conservadorismo em épocas passadas, não acredito nisso hoje. Talvez ...⁵¹ nós temos famílias tradicionais, famílias que fizeram parte da fundação da cidade, participaram do crescimento, mas eu não vejo isto como fator negativo, eu acho que até um pouco de conservadorismo é sempre bom, mas eu não vejo a cidade assim hoje não. Talvez fosse, mas deixou de ser. [...] Criou-se esta imagem, imagino que tenha sido esta imagem que tenha sido

⁵⁰ Segundo Novaski (1988, p. 25), o mito “não é ficção, engano, falsidade; é isto sim, um modo de falar, ver e sentir dimensões da realidade inatingíveis racionalmente, dando-lhes significado e consistência”.

⁵¹ O sinal ... foi utilizado para expressar pausa, com palavra e/ou expressão não-concluída, em suspensão.

difundida na cidade, criou-se este conceito mas, como eu disse, talvez fosse uma realidade em épocas passadas, mas hoje não. Tanto é que quantas famílias, quantas pessoas que vieram de fora estão integradas na sociedade sem qualquer segregação.

Hoje não [...], em épocas passadas sim quando era uma cidade menor, quando tinha menos pessoas, mas hoje não, eu não acredito, especialmente depois dos anos 70, quando nós tivemos um desenvolvimento industrial na cidade bastante acentuado, retomado também recentemente, [...] isto trouxe muitas pessoas de fora para a cidade que foram se integrando, **se fundindo** com a nossa sociedade. Então, sabe, é coisa do passado isto. (Entrevista 2 do segmento “liderança político-partidária local”, grifo nosso).

O que chama mais a atenção nos dois depoimentos é que, na concepção dos entrevistados, a superação do conservadorismo da cidade deu-se à medida que novos “atores” surgiram no cenário local. O entrevistado 1 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” remete, em sua fala, às décadas iniciais do século XX, época em que Ponta Grossa recebe um fluxo grande de imigrantes de origem européia. Por sua vez, o entrevistado 2 do segmento “liderança político-partidária local” refere-se à década de 1970 quando, devido ao acelerado desenvolvimento industrial, a cidade recebeu um grande contingente populacional vindo de outras localidades do Estado.

Esses dois movimentos populacionais ocorridos em momentos diferentes da história local, e que são apresentados pelos entrevistados como fatores de uma abertura da cidade para o “novo”, podem ser interpretados de forma diferente. Em relação à população imigrante vinda para Ponta Grossa, entre o final do século XIX e o início do século XX, historiadores locais, entre eles Gonçalves e Pinto (1983) e Chamma (1988), demonstram que, independentemente da etnia a que pertenciam, algumas famílias de origem imigrante acabaram por inserir-se econômica e politicamente na sociedade ponta-grossense. Tal inserção ocorreu à medida que esses imigrantes acabaram por dedicar-se a atividades ligadas à indústria e ao comércio local, como mostra Gonçalves e Pinto, para as quais a expansão industrial e comercial da cidade

esteve também vinculada aos imigrantes. Estes, após experiências vivenciadas em outros locais que lhes favoreceram ultrapassar a fase de ajustamento própria do processo, alcançaram pouco a pouco **posição considerável na estrutura sócio-econômica da região**. (1983, p. 58, grifo nosso).

No entanto, esses mesmos historiadores relatam a existência de um grande número de famílias imigrantes que, por apresentarem uma situação econômica menos privilegiada, acabaram por assumir um papel secundário no que se refere à participação econômica e política, estabelecendo-se na periferia da cidade. O depoimento do entrevistado 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” é bastante revelador nesse sentido, contrapondo os fatos:

Muitos desses imigrantes enveredam para o lado político, têm uma inserção sócio econômica e, a partir dessa inserção sócio-econômica, eles também atuam como agentes políticos. Só que eu não vejo neles representantes de um processo de ruptura [...]. Se você pegar os parceiros políticos do Holzmänn e do Thielen, são os Guimarães, os Vilela, os Almeida, os Ribas, os Taques, os Fonseca. Eles não vão formar um grupo à parte, do ponto de vista político, que vão confrontar com estes grupos que já estavam no poder. [...] **existem os colonos e existem aqueles que ocupam uma função “mais produtiva”**, no sentido assim, é o industrial o capitalista como era chamado no momento [...]. Este imigrante que se insere neste grupo chamado capitalista, eu não vejo neles uma força política de contrariedade aos grupos que já estavam aqui. (Entrevista 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”, grifo nosso).

Diante das questões colocadas acima, percebe-se que a inserção do imigrante na sociedade ponta-grossense, nas décadas iniciais do século XX, constitui-se num tema complexo. No entanto, arrisca-se a dizer que a inserção dessas populações imigrantes no cenário local caracteriza-se muito mais por uma acomodação às estruturas sociais vigentes do que um movimento de renovação ou mudança nas práticas sociais já estabelecidas na cidade.

O entrevistado 1 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” utiliza a expressão “lufada, do não-contentamento, do novo conhecimento trazido pelos imigrantes” para expressar o desejo, dos grupos imigrantes, de romper com as estruturas de poder organizadas pela oligarquia local. Em contraposição, os estudos de Oliveira

(2004) e Salles (2004) revelam que as alianças políticas e econômicas entre famílias históricas e famílias de imigrantes capitalizados eram freqüentes. Assim, para Salles (2004),

o casamento de imigrantes empreendedores (ou descendentes de primeira e segunda geração) com famílias tradicionais não era um novidade paranaense, a exemplo de São Paulo, onde o casamento de imigrantes bem-sucedidos com membros de famílias tradicionais da elite terratenente não foi um acontecimento estranho. (SALLES, 2004, p. 56).

Outro elemento importante identificado na fala do entrevistado 1 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” é a questão do conhecimento novo, perpassando a idéia de cultura crítica, trazida pelo imigrante e que, de certa forma, colocaria “em cheque” a estrutura social vinculada ao patronato tradicional. Essa fala leva à seguinte indagação: até que ponto o conhecimento e os valores trazidos pelos imigrantes, re-significados mediante a realidade concreta experimentada por esses grupos durante sua inserção na sociedade local, propiciaram a formação de uma cultura de questionamento e não-aceitação da ordem social estabelecida, tendo em vista que os estudos de Halamska (1993), Zulian (1998) e Andreazza(1999) concernem no que diz respeito às práticas conservadoras e tradicionalistas dos grupos imigrantes oriundos do leste europeu em relação à família, ao regime de propriedade e de produção, aos costumes, às tradições e à religiosidade?

Da mesma forma, o movimento populacional ocorrido na década de 1970, e que é apontado pelo entrevistado 2 do segmento “liderança política local” como um momento onde a sociedade ponta-grossense passa a receber novos grupos sociais e a integrá-los à estrutura social sem nenhuma forma de segregação, também pode ser visto de forma diferente. O entrevistado diz: “[...] depois dos anos 70, quando nós tivemos um desenvolvimento industrial na cidade bastante acentuado, retomado também

recentemente, [...] isto trouxe muitas pessoas de fora para a cidade que foram se integrando, **se fundindo** com a nossa sociedade”.

Contrariando a fala do entrevistado 2 do segmento “liderança política local”, os estudos de Paula (1990) e Löwen (1990) demonstram que a pobreza e a favelização em Ponta Grossa aumentaram nesse período. “Enquanto em 1960 a população favelada representa 0,8% da população urbana, em 1970 representa 1,9%, em 1980 representa 5,3% e em 1988 representa 10%.” (PAULA, 1990, p. 77). É de se perguntar: de que forma ocorreu tal inserção apregoada pelo entrevistado 2 do “segmento liderança política local”? Essa inserção é bastante questionável, pois pressupõe que a participação dos grupos sociais não se resume a eventos esporádicos, como, por exemplo, períodos eleitorais, ou por uma atuação governamental direcionada a uma prática assistencialista⁵², de distribuição de cestas básicas.

A inserção social de grupos marginalizados deve ocorrer na medida em que são visionadas políticas públicas⁵³ que atendam às reivindicações dos setores populares e proporcionem sua emancipação social. Nesse sentido, acredita-se que a realidade local ainda tenha muito a caminhar no que se refere à superação de práticas ligadas ao clientelismo social⁵⁴. Siqueira (2006) demonstra que, nas décadas de 1970 e 1980, não ocorreram grandes avanços no que se refere à participação popular em Ponta Grossa,

⁵² Para Alayón (1992, p. 48), o assistencialismo “é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração”. Segundo o autor, a essência do assistencialismo é sempre a mesma, embora essa atividade foi e é realizada com matizes e particularidades em consonância com os respectivos períodos históricos. O assistencialismo tem por objetivo “[...] (à margem da vontade dos ‘agentes’ intervenientes): oferecer algum alívio para relativizar e travar o conflito, para garantir a preservação de privilégios em mãos de uns poucos”.

⁵³ A expressão “políticas públicas” refere-se ao conjunto de ações e/ou diretrizes governamentais direcionadas ao atendimento de uma demanda social. Segundo Costa (2001, p. 57), o surgimento de políticas públicas, seja de intervenção no desenvolvimento econômico, seja de políticas sociais, “significou a ampliação do Estado via criação de instrumentos de regulação e conseqüente alargamento do seu campo de intervenção”.

⁵⁴ A expressão “clientelismo social” está relacionada ao conceito de assistencialismo, esboçado anteriormente, pois, na medida em que as classes dominantes utilizam-se de práticas assistencialistas que visam contornar os conflitos sociais, acabam por insuflar nas camadas dominadas o comportamento voltado ao clientelismo, minando as possibilidades de emancipação social.

pois, mesmo tendo em vista o surgimento de espaços de participação popular nesse período, questiona-se o real poder de decisão e representatividade desses segmentos frente ao poder municipal.

Assim, embora ocorra a negação do fenômeno do conservadorismo, surgem, nos depoimentos do entrevistado 1 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” e do entrevistado 2 do segmento “liderança político-partidária local”, elementos divergentes que apontam para a existência de uma prática conservadora na cidade. A inserção do “outro” dentro da sociedade ponta-grossense está, para o entrevistado 2 do segmento “liderança política local”, vinculada à idéia de “fusão”, de homogeneidade, de negação das diferenças sociais. Ao ser perguntado sobre o conservadorismo local, o entrevistado responde:

Hoje não [...], em épocas passadas sim, quando era uma cidade menor, quando tinha menos pessoas. Mas hoje não, eu não acredito, especialmente depois dos anos 70, quando nós tivemos um desenvolvimento industrial na cidade bastante acentuado, retomado também recentemente, [...] isto trouxe muitas pessoas de fora para a cidade que foram se integrando, **se fundindo** com a nossa sociedade. Então, sabe, é coisa do passado isto. (Entrevista 2 do segmento “liderança política local”, grifo nosso).

Ao utilizar a expressão “se fundindo”, referindo-se à inserção dos grupos sociais que começam a fazer parte da sociedade ponta-grossense na década de 1970, o discurso do entrevistado denota a idéia de ajustamento social, o que contraria a idéia de cosmopolitismo.

O caráter cosmopolita da cidade é apresentado também pelo entrevistado 3 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”, como forma de questionar e negar o conservadorismo local:

A cidade de Ponta Grossa, ela sempre teve esta característica de renovar, de receber bem, é uma cidade extremamente cosmopolita. Ela recebe as pessoas, agora ela tem uma característica, e isso quem trouxe foi os europeus, ela é séria e exigente, é uma cidade séria e exigente, ela não gosta de parafernália política. Se bem que de vez em quando nós elegemos prefeitos populistas, como foi o caso do Jocelito Canto, como foi o próprio caso do próprio Zuk. Mas são momentos,

assim, críticos de que o povo tenta mudar, ou está revoltado por alguma questão e acaba elegendo, buscando um salvador da pátria, entre aspas. E isto eu vejo, vi, dentro do desenvolvimento da cidade. mas ela sempre foi cosmopolita, ela sempre recebeu as pessoas, ela é séria, ela não ri fácil, você está entendendo? **Se ela percebe que você tem competência**, ela te recebe e te abre um espaço. Agora é difícil, abrir este espaço dentro da cidade, é difícil. (Entrevista 1 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”, grifo nosso).

O discurso de que “a cidade é seria e exigente”, de que “é difícil abrir espaço”, de que “é preciso ter competência”, apresenta elementos divergentes, visto que se desarticula do caráter cosmopolita da cidade, evidenciado inicialmente pelo entrevistado. Nesse sentido, retoma-se a idéia de Mayol (1996) sobre o comportamento conveniente e o uso de “máscaras sociais”. Para o autor, os indivíduos inseridos em determinados grupos acabam por representar papéis sociais que lhes permitam garantir o sentimento de pertencimento àquela comunidade, pois os papéis sociais do grupo são definidos pelas relações de poder existentes entre seus membros e pelo controle do espaço social e geográfico que ocupam. A fala do entrevistado 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” demonstra com clareza como se expressam essas questões no cenário local:

Uma [...] frase que para mim é clássica de Ponta Grossa e que delimita bem esse conservadorismo é: “a que família você pertence?” Para mim, essa pergunta é típica de Ponta Grossa, porque, ao dizer a que família você pertence, você delimita quem é você no jogo social. (Entrevista 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”).

A dificuldade em “se abrir espaço”, de inserir-se na sociedade ponta-grossense, é evidenciada na fala do entrevistado do segmento-“liderança comunitária local”. Enquanto líder comunitário, em contato direto com diferentes segmentos da sociedade, o entrevistado percebe que essa dificuldade de integração vem limitando e cerceando o crescimento das capacidades organizativas da população ponta-grossense na atualidade:

Cada um que chega, cada um que eu vou atender, eu tenho que me moldar, eu tenho que me adaptar, entendeu? Você começa a conversar, você vai percebendo as tendências e tal, você não pode de repente entrar em determinados assuntos, você tem que ir preparando, para não ofender, para não afastar a pessoa. (Entrevista do segmento “liderança comunitária local”).

Fica clara, no depoimento do entrevistado, a existência de um sistema de valores, de condutas que permeiam as relações entre os grupos sociais no cenário ponta-grossense. Como líder comunitário, esse agente precisa estar atento ao sistema de valores e condutas, sob o risco de não conseguir realizar seu trabalho junto às comunidades. Sendo assim, mesmo diante da pluralidade da sociedade ponta-grossense, tendo em vista os diferentes segmentos sociais que historicamente a compõem, fica evidente a existência de um projeto ideológico, ligado aos interesses da elite dominante, que se impõe.

A articulação e rearticulação dos grupos políticos frente à realidade sócio-política e econômica local, na atualidade, e o papel dos segmentos populares na condução dos processos políticos serão alguns pontos trabalhados a seguir.

3.2.3 Complexidade da dinâmica social em Ponta Grossa: possibilidades de ruptura e continuidade no cenário político local

A complexidade em analisar o conservadorismo em Ponta Grossa é apontada pelo entrevistado 1 do segmento “liderança político-partidária local”. O entrevistado, em suas observações, evidencia a necessidade de se compreender a sociedade ponta-grossense de forma dinâmica e plural. Essa pluralidade encontra-se no fato de que diferentes grupos sociais compõem o cenário local, nele interagindo:

[...] eu dizia que tinha três Ponta Grossa, na verdade. Ponta Grossa da elite, elite conservadora devido à sua formação histórica, com algumas particularidades locais. Uma cidade de população muito pobre abandonada na periferia e uma cidade diferente [...] setores mais progressistas, classe média, intelectuais, professores do Estado, professores municipais, lideranças sindicais, comunitárias, alguns setores de empresários mais progressistas. Então, caracterizar a cidade como um todo é uma coisa muito difícil. (Entrevista 1 do segmento “liderança político-partidária local”).

A complexidade em se compreender a realidade local, apresentada pelo entrevistado, bem como a existência desses diferentes segmentos na sociedade pontagrossense, permite compreender, em parte, a dinâmica dos processos políticos vivenciados pela cidade na última década. Nessa perspectiva, Ponta Grossa tem, nos últimos anos, experimentado situações controversas no que diz respeito ao direcionamento das práticas políticas locais. As três últimas gestões municipais são caracterizadas como sendo de linhas opostas, não só em termos de siglas partidárias, mas em relação à postura desses governos nas questões públicas de forma geral. Nesse sentido, Siqueira (2006) evidencia que as três últimas gestões municipais⁵⁵ apresentaram, no que se refere à participação popular na gestão das políticas em âmbito municipal, diferentes posturas que vão desde uma preocupação em criar espaços de participação popular e exercício da cidadania, até o completo descaso em relação à importância da participação crítica e ativa dos segmentos populares na administração pública municipal, assunto que será tratado posteriormente.

Em 1996, contrariando o conservadorismo local, elege-se para prefeito um candidato vindo de outra localidade, sem tradição política na cidade. Nos discursos de campanha política desse período, o candidato da situação, pertencente a uma das famílias tidas como tradicionais da cidade, vale-se dessa condição e, visando garantir a vitória nas urnas, pronuncia-se em um de seus discursos dizendo “esta terra tem dono!”⁵⁶. Ao utilizar tal expressão, o candidato buscava consolidar sua figura política perante a população da cidade evocando o prestígio político e econômico de algumas famílias dentro no cenário da política local.

⁵⁵ Incluindo a atual gestão (2005-2008).

⁵⁶ Programa de campanha eleitoral, exibido em cadeia de rádio e televisão, durante as eleições municipais de 1996.

Ao referir-se ao seu adversário, o candidato da situação usa o termo “forasteiro” para designá-lo e demonstrar que ele não era “nascido aqui” e, logo, não pertencia à cidade. No entanto, esse candidato perde as eleições municipais justamente para o candidato a quem direcionou tais críticas, por uma margem bastante expressiva de votos. O quadro abaixo apresenta o resultado final das eleições municipais em Ponta Grossa, em 1996:

CANDIDATO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Jocelito Canto	PSDB	54.363
Péricles de Holleben Mello	PT	41.311
Plauto Miró Guimarães Filho	PFL	31.088

QUADRO 1 – Resultado final das eleições municipais de 1996, em Ponta Grossa

Fonte: Departamento de Imprensa da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – 4 mai. 2007

A vitória do candidato Jocelito Canto é vista, por diferentes segmentos da sociedade ponta-grossense, como uma ruptura no quadro político local, pois os três governos que o antecederam pertenciam a uma mesma linha política. Os dados apresentados acima demonstram que uma grande parcela da população preferiu votar no candidato sem tradição política na cidade, em detrimento aos demais candidatos. O fato é instigante quando se reporta ao chamado conservadorismo da cidade.

Ao se retomar os números do quadro 1, pode-se perceber que o candidato representante do governo de situação vem em terceiro lugar; o primeiro e o segundo lugares são ocupados por grupos políticos que faziam oposição ao governo e que, de certa forma, rompiam com a linha política traçada pelas gestões anteriores. Em relação

aos esquemas políticos ligados à manutenção das estruturas de poder em Ponta Grossa, Siqueira (2006, p. 71)⁵⁷ comenta que, de

1983 a 1996 os representantes do executivo municipal pertenciam a uma mesma tradição familiar e a um mesmo segmento político (empresários e agropecuaristas), preservando a elite na condução do poder local. Otto Santos Cunha (1983/1987), prefeito pelo PMDB; Pedro Wosgrau Filho (1988/1992), eleito pela coligação partidária PDC, PFL e PI; e Paulo Cunha Nascimento (1993/1996), representado pela coligação PFL, PL, PSDB, PDS e PRN, compuseram o perfil dos prefeitos do período.

Siqueira (2006, p. 73) caracteriza o governo de Jocelito Canto (representante da coligação PSDB/PMDB/PMN) como uma administração de cunho populista e clientelista que, de certa forma, representou uma ruptura com os antigos e persistentes esquemas políticos vinculados ao patronato tradicional local. No entanto, segundo a autora, pode-se observar, no que se refere às coligações partidárias, “que os partidos políticos que se alternaram no poder são os mesmos, o que evidencia a fragilidade do sistema partidário como proposta de organização política e de um projeto de sociedade”.

Ao comentar as eleições municipais de 1996, o entrevistado 3 do segmento “liderança político-partidária local” relata:

O povo estava muito carente, o povo não agüentava mais as elites, vinha de três mandatos da elite. Então, naturalmente eu apareci na hora certa e no lugar certo, um bom programa de rádio que estava no auge, brinquei que ia ser deputado e acabei sendo deputado, fiz um bom trabalho em dois anos [...] sempre trabalhando com as pessoas, mostrando que eu era uma pessoa do povo [...] Aí, apareceu a oportunidade de eu ser prefeito. [...] Eu ganhei as eleições pela força do povo, as pessoas queriam alguém do povo. Foi o grande momento da virada de Ponta Grossa, foi quando as pessoas mais humildes mostraram que têm mais condições. **Ganhei porque o povo se uniu.** (Entrevista 3 do segmento “liderança político-partidária local”, grifo nosso).

⁵⁷ Siqueira (2006) constrói o perfil sócio-político do município baseado nos estudos de: LUIZ, Danuta Estrufica Cantoia. **A organicidade da sociedade civil pontagrossense através das ONG's**. 1997, 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997; e BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **O processo de configuração da assistência social no município de Ponta Grossa – PR**. 1997, 209 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

Um elemento importante a se considerar nesse processo, apontado pelo entrevistado acima como uma das causas principais desta ruptura política, é a existência de uma grande massa de excluídos sociais na cidade, que viu na eleição de 1996 a possibilidade de mudança das suas condições de vida.

O processo de industrialização e mecanização da agricultura no Estado do Paraná levou muitas pessoas a procurarem os grandes centros, como no caso de Ponta Grossa, para buscar empregos e residir. De acordo com Paula (1990) e Löwen (1990), esse fato, somado aos problemas sociais já existentes na cidade, levou a um processo de urbanização desordenado e ao crescimento do fenômeno da favelização. Nesse sentido, o entrevistado do segmento “jornalista político local” ressalta que o resultado das eleições municipais de 1996, em Ponta Grossa, reflete as contradições sociais da época.

A gente tinha uma situação em Ponta Grossa, a gente ainda tem, um nível de favelização muito grande, de uma renda per capita muito baixa, de oportunidades de emprego muito baixa [...]. Naquele cenário específico [...] ocorreram revoltas individuais, do tipo “o Jocelito pensa em mim”, “o Jocelito pensa nos pobres, então eu vou votar nele”. (Entrevista do segmento “jornalista político local”).

O entrevistado ressalta a presença de uma massa de excluídos sociais que vislumbra na eleição de Jocelito Canto um projeto de mudança. No entanto, diferentemente do entrevistado 3 do segmento “liderança político-partidária local”, o entrevistado do segmento “jornalista político local” não percebe uma “união”, ou seja, uma mobilização desses setores populares. O entrevistado fala em “revoltas individuais”, o que sugere um questionamento em relação à mobilização (união) popular proposta pelo entrevistado 3 do segmento “liderança político-partidária local”.

Um fator, que para o entrevistado do segmento “jornalista político local” aparece como decisivo nas eleições de 1996, é o desgaste e a desarticulação política dos grupos conservadores locais.

Eu acho que você pode tentar manter as pessoas, tentar conduzir o rebanho para onde você quer que ele vá. Mas existem algumas situações em que todo esforço de marketing, até a destinação de muito dinheiro, não é suficiente para você fazer a maré voltar, você conseguir conduzir as pessoas. As pessoas são manipuladas até um certo ponto, quando falam em meios de comunicação de massa, em formação de opinião pública [...]. Então, eu acho que a eleição do Jocelito tem vários fatores. Vinha-se de uma sensação de desgosto, de uma sensação assim: de que o prefeito não está fazendo o que devia, que vinha do Paulo Cunha Nascimento [...]. Ele herdou um cargo político por conta de organizações aristocráticas, e de certa forma não deu conta de manter aquela imagem aristocrática de elite de “nós sabemos, nós temos acesso a todas as informações, nós somos privilegiados então nós sabemos o que é melhor para vocês”. O Paulo Cunha não deu conta disto, então ele não tinha uma imagem forte que pudesse ser associada a um sucessor. (Entrevista do segmento “jornalista político local”)

O depoimento acima é revelador no que se refere ao desgaste político da elite conservadora ponta-grossense nas eleições municipais de 1996, fato que repercutiu no resultado final, onde os dois candidatos de oposição aparecem como primeiros colocados. “A dinastia Cunha não conseguiu eleger seu sucessor, sendo derrotada por Jocelito Canto.” (BOURGUIGNON, 1997, p. 104 apud SIQUEIRA, 2006, p. 72). Desse modo, os grupos de oposição alcançaram uma votação expressiva nas eleições de 1996. Esse fato suscita a indagação: o desgaste político da elite conservadora teria ocorrido apenas em relação às camadas populares ou teria atingido outras esferas da sociedade local? E, mais, em que medida o desgaste político estaria relacionado a uma postura de distanciamento do poder público municipal em relação à população em geral? Sobre isso, Cervi (2004, p. 92) coloca que a “postura de afastamento das bases sociais gerou distorções na implementação de políticas públicas, o que propicia campo fértil para a crise no discurso dominante”. Dessa maneira, a “elite tradicional deixa de ser considerada como melhor opção política, gerando o vazio político ideal para o crescimento do populismo eleitoral”. Dados da disputa eleitoral para o cargo de prefeito em Ponta Grossa, em 1996, compilados por Cervi (2004, p. 113), demonstram que o candidato Jocelito Canto obteve maioria de votos em todas as zonas eleitorais da cidade, e não apenas na periferia da cidade, como se poderia supor.

O entrevistado 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” ressalta que a adesão de diferentes setores da sociedade ao discurso político do então candidato Jocelito Canto, fato que possibilitou sua vitória, ocorreu justamente devido à sua postura “popular” de aproximação com a população local, que se concretizou de forma intensa através do rádio. O programa “Tribuna do Povo”, conforme Siqueira (2006, p. 72), se tornou “bastante popular por realizar doações ao público (medicamentos, material de construção, passagens, alimentos etc.)”.

O Jocelito, ele é um representante de um fenômeno que é cada vez mais popular no Brasil que é o político que se projeta a partir do uso da mídia. [...], uma postura de diálogo com o povo, falando na linguagem que o povo entende.

Essa é uma forma popular, populista, é uma forma de aproximar o Estado, o governo, do povo, e de fazer com que o povo perceba que ele tem direito a ter acesso ao prefeito, e eu não vejo que o Jocelito [...] tenha investido no processo de amadurecimento político das camadas populares. (Entrevista 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”).

O entrevistado 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” constata, ainda, que a desarticulação política dos grupos conservadores locais surge como fator a se considerar no contexto das eleições municipais no ano de 2000. Como demonstra o quadro abaixo, com o resultado final das eleições municipais no ano de 2000, os candidatos Péricles de Holleben Mello e Jocelito Canto permanecem nas primeiras posições. Não havia surgido, ainda, um terceiro nome (ligado à elite conservadora da cidade) suficientemente forte na disputa política local.

CANDIDATO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Péricles de Holleben Mello	PT	72.583
Jocelito Canto	PSDB	60.459
Carlos Roberto Tavarnaro	PTB	6.764

QUADRO 2 – Resultado final das eleições municipais de 2000, em Ponta Grossa Fonte:

Departamento de Imprensa da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – 4 mai. 2007

O entrevistado 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense” analisa a eleição de 2000 da seguinte maneira:

Vem a candidatura em 2000, os grupos conservadores perceberam o quê? Que seria muito difícil ganhar a eleição do Jocelito, porque ele estabeleceu uma coisa nova que é o diálogo com o povo. O que que eles fazem? Carregam o Péricles. [...] entre o Péricles e o Jocelito, qual era o mais viável? Péricles. E o Péricles faz os quatro anos, tenta um governo de coalizão, se aproxima um pouco destes setores mais conservadores, e investe sobretudo na formação, na organização dos movimentos populares. (Entrevista 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”).

A elite conservadora local, desarticulada politicamente, se vê pressionada a apoiar o candidato de “esquerda”, na tentativa de impedir que o candidato Jocelito Canto ganhasse as eleições. Almeida (1997, p. 51), analisando a conjuntura política do Brasil no período da Nova República⁵⁸, constata que, em determinados contextos históricos, as elites dominantes “entram em pânico”. Isso ocorre quando os esquemas políticos organizados por essa elite são ameaçados pelo surgimento de novas forças políticas, contrárias a esses esquemas. Nesses momentos históricos de “‘orfandade’ político-eleitoral da grande burguesia brasileira” (ALMEIDA, 1997, p. 53), os grupos políticos vinculados a essas elites acabam por aliar-se a outros segmentos políticos que representem uma força política naquele contexto e com perspectivas de vitória no processo eleitoral. Esse fato, em termos locais, é evidenciado na entrevista 1 do segmento “liderança política local”:

O fato da direita, digamos, não ter superado a sua crise, não ter condições de vitória, [...] uma parte da elite ponta-grossense preferiu a mim do que ao Jocelito. [...] setores empresariais que não apoiaram na primeira eleição, me apoiaram. (Entrevista 1 do segmento “liderança política local”).

⁵⁸ Almeida (1997) analisa o processo de transição política dos governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Assim, a capacidade de articulação e adaptação política das elites locais enquanto estratégia de permanência no poder é evidenciada pelos dois entrevistados. Se se retomar as discussões realizadas nos capítulos 1 e 2, percebe-se que essa característica “adaptativa” é freqüente em grupos conservadores quando se tem em vista a manutenção dos privilégios de classe e dos interesses “coletivistas”.

A conjuntura política nacional também deve ser levada em consideração ao se analisar os resultados da eleição em Ponta Grossa, em 2000. O Partido dos Trabalhadores (PT) vivenciava um momento político favorável. A afirmação do partido frente à população brasileira ocorrera na medida em que os partidos políticos que até então estavam no poder passavam por uma crise, na qual escândalos, fraudes e corrupções marcavam a cena política do momento. Crescia, então, o sentimento de descrença e insatisfação da população frente aos esquemas políticos que vigoravam historicamente no Brasil. Apostando no discurso de ética na política, de quebra dos esquemas de corrupção, de construção da democracia, de criação de políticas públicas para a diminuição da pobreza e da desigualdade social, o PT conquistava governos municipais, estaduais e, posteriormente, a Presidência da República.

Nesse sentido, Trevas (1999, p. 52) coloca que as experiências de governos petistas apresentaram-se como alternativa ao sistema político brasileiro, e a “renovação de sucessivos mandatos em algumas cidades, como é o caso de Porto Alegre, indicam o vigor dessa experiência”. Sendo assim, a conjuntura política nacional, favorável ao Partido dos Trabalhadores, acabou por interferir no pleito eleitoral de 2000, em Ponta Grossa, onde, pela primeira na história política da cidade, um partido de oposição chegou ao poder.

Sobre o crescimento do eleitorado petista em Ponta Grossa, Gadini; Perrinchelli e Rocher (2004, p. 57) colocam que, na primeira eleição disputada pelo PT, em 1982, o

partido alcançou um resultado pouco expressivo, com o candidato a prefeito Péricles de Holleben Mello obtendo pouco mais de 800 votos. Nas eleições de 1988, com o candidato Silvio Silva, o PT obteve um número bem mais expressivo de votos, cerca de 8 mil. No pleito eleitoral de 1992, com o candidato a prefeito Padre Roque Zimmermann, o PT obteve mais de 20 mil votos. Esses dados constataam a crescente afirmação política do PT frente à população ponta-grossense, fato que, nas eleições seguintes, se tornará mais evidente. Em 1996, o candidato Péricles de Holleben Mello fica em segundo lugar, com 41.311 votos, e, nas eleições de 2000, chega à vitória, com 72.583 votos.

Outro fator que influenciou no resultado das eleições de 2000 foi o surgimento do Movimento Ética e Cidadania. A formação desse movimento, segundo Andrade (2005), ocorreu durante a administração de Jocelito Canto a partir da mobilização de alguns setores da sociedade ponta-grossense em favor da moralização da política local. Uma crise de valores éticos, provocados por uma série de escândalos envolvendo a administração do então prefeito, foi o motivo para a organização do grupo. Nesse período, Ponta Grossa ficou conhecida como a “capital brasileira da corrupção”. A principal finalidade do Movimento Ética e Cidadania era, segundo Andrade (2005), convocar a sociedade ponta-grossense para participar do processo de resgate da ética e da moral na política local. O movimento abrangia diferentes setores da sociedade local, como, por exemplo, partido de esquerda, Movimento de Mulheres na Política (Movimentação), Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa (ACIPG) e segmentos religiosos, como a Igreja Católica, representada pela pessoa do bispo D. João Braz de Aviz. Sobre isso, o autor escreve:

Várias entidades e segmentos da sociedade ponta-grossense reuniram-se para dar início aos trabalhos do movimento Ética e Cidadania. [...] Na ocasião D. João explicou que um grupo suprapartidário estava organizando o movimento e que a coordenação geral seria escolhida na própria reunião. Entre as metas do movimento estava o combate à impunidade e à corrupção e o resgate de uma visão

ética na política, com a intenção de que fosse criado um fórum permanente de discussão. (ANDRADE, 2005, p. 205).

Segundo Andrade (2005, p. 214), o movimento utilizou-se de diferentes estratégias para chegar até a população ponta-grossense e realizar a divulgação do trabalho. Durante as reuniões, foi sugerida "a utilização de rádios, internet e, de forma geral, de toda imprensa. Material publicitário como adesivos e cartazes deveriam ser confeccionados para dar apoio à campanha. Entre as sugestões de atos públicos de protesto foi citada a lavagem do calçadão da Rua XV". A partir das colocações do autor, fica evidente a influência que o movimento exerceu dentro do cenário político local na época, principalmente por ser um movimento que envolvia diferentes setores da sociedade ponta-grossense, o que denota o amplo alcance de suas proposições, possibilitando sua real interferência nos resultados das eleições municipais de 2000. O entrevistado 1 do segmento "estudiosos da realidade ponta-grossense" evidencia a influência do Movimento Ética e Cidadania na conjuntura política local do período:

Os então mentores do movimento Ética e Cidadania, quando convocaram as pessoas para uma reunião, eles convocaram as pessoas para uma reunião de vinte, trinta pessoas. Sabe quantas foram? Foram trezentas e oitenta pessoas de entidades representativas da sociedade civil organizada. Aquilo mostrava um momento de indignação do povo, e ele se mobilizou e realmente mudou a história da cidade, e teve uma interferência política muito grande naquele momento da história, e praticamente alavancou o Péricles para a condição de prefeito. Não que o movimento tivesse sido criado para esta intenção, mas, movido pela indignação, realmente fez com que o prefeito da época perdesse a eleição, porque a indignação era contra ele. (Entrevista 1 do segmento "estudiosos da realidade ponta-grossense").

Com relação ao governo de Péricles de Holleben Mello (representante da coligação PT/PMDB), Siqueira (2006) coloca que, apesar da dificuldade em consolidar um governo de base democrática, a administração foi marcada pela preocupação de criar canais de participação popular. A autora enumera uma série de projetos realizados pelo

governo municipal com o intuito de fomentar a participação e mobilização popular, o que, na sua opinião, favoreceu o processo de construção da cidadania.

O governo de 2001-2004 expressou a primeira tentativa sistemática de fomentar espaços de participação popular na gestão pública. Ainda assim, embora se considere o êxito da gestão petista no que se refere a um projeto de governo que estimulou a participação da sociedade civil em âmbito local, é necessário destacar que não se logrou uma transformação na cultura política do município, que ainda revela o conservadorismo local. (SIQUEIRA, 2005, p. 74).

A fala de Siqueira (2006), ao comentar sobre a importância da participação popular no desencadeamento do processo de construção da consciência crítica, sugere uma aproximação com o conceito de emancipação dos segmentos dominados, trabalhado por Luís (2005, p. 37), para quem a “liberdade não se efetiva por si só, mas através da construção de um mundo positivo, de instituições geradoras de espaços de liberdade”. Organizados em associações e movimentos, os indivíduos encontram condições de exercitar sua cidadania, lutar pela melhoria das suas condições de vida e, principalmente, passam a questionar as estruturas de poder vigentes.

As observações de Siqueira (2006), na citação acima, sobre a permanência das estruturas conservadoras locais, demonstram a dificuldade de se romper com a tradição política baseada no mandonismo e nas relações clientelistas que, historicamente, tem marcado a fisionomia política brasileira. A mesma dificuldade em se desenvolver o senso crítico e a iniciativa de participação é constatado nas falas dos entrevistados dos segmentos “liderança política local” e “liderança comunitária local”, que ressaltam:

É muito difícil para o brasileiro, povo pobre, sem instrumentos de ação política, se tiver o mínimo de mediação do Estado, ele se fortaleça. [...] O conservadorismo, na maior parte da história da cidade, como um todo, há uma forma literal de desagregação do movimento comunitário. O atual governo não repassa os passes (vales transportes) para as associações de moradores, trabalha muito pouco com as associações, não recebe as associações, não prestigia as associações comunitárias [...] esses canais foram fechados sempre. (Entrevista 1 do segmento “liderança política partidária local”)

É difícil mudar uma coisa que você nasceu, cresceu vendo e tendo convivido neste caminho. Então, não é de um dia para o outro que se muda estas coisas. (Entrevista do segmento “liderança comunitária local”).

Assim, a partir desses depoimentos, percebe-se que a mudança de mentalidade, de conservadora para emancipada, e de aquisição da consciência de “que se pode fazer a diferença”, é um processo demorado, é um trabalho de abertura que se constrói lentamente. A idéia de que “política é para político, eu não sou político, eu não dependo da política” ainda é muito marcante dentro do cenário nacional e local. Chauí (1990) e Jacobi (1993) ressaltam a importância da criação de espaços que possibilitem a formação de uma consciência crítica e a contestação do discurso competente que favorece a dominação de classe e a conservação do poder econômico e político nas mãos de poucos.

A importância da mediação do Estado para o fortalecimento dos movimentos sociais, apontada pelo entrevistado 1 do segmento “liderança político-partidária local”, remete à fala de Putnam (1996), para quem é dever do Estado promover a formação de capital social e de redes de solidariedade que possibilitem a superação dos problemas sociais. No entanto, o autor alerta para o perigo de o Estado, estando a serviço da classe dominante, assumir uma posição desfavorável ou até indiferente no que se refere à participação e mobilização popular. Assim, a criação de espaços de participação deve vir acompanhada de uma real possibilidade de atuação e poder de decisão desses segmentos organizados na elaboração de projetos, leis e ações governamentais.

Com relação às eleições municipais de 2004, observa-se que o quadro político da cidade se reverte, a elite se rearticula econômica e politicamente e lança como candidato um ex-prefeito da cidade, passando a assumir uma posição ofensiva em relação ao candidato de “esquerda” e ao PT. Os depoimentos que se seguem apresentam dados

importantes no que se refere à conjuntura política de Ponta Grossa durante as eleições municipais em 2004.

Esse grupo que ficou fora esses oito anos, nesses oito anos esse grupo se rearticulou política e financeiramente. [...] Chamou como candidato uma pessoa que tinha sido prefeito durante os anos 80, que era uma outra realidade do país, econômica, social, política, que é o mito do empresário, que é uma coisa cultural. Quem é o empresário? É aquele que sabe administrar. (Entrevista 2 do segmento “estudiosos da realidade ponta-grossense”).

Eles criam a idéia de que o PT foi horrível, fizeram o discurso anti-PT nesta eleição do Péricles, inclusive ganharam por aí. [...] Fizeram uma campanha de muito dinheiro, então em cima disto eles conseguem convencer. [...] Eles são profissionais. (Entrevista 3 do segmento “liderança política local”).

O quadro abaixo apresenta o resultado final das eleições municipais em Ponta Grossa, em 2004:

CANDIDATO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Pedro Wosgrau Filho	PSDB	74.483
Péricles de Holleben Mello	PT	68.117
João Barbiero	PL	10.949

QUADRO 3 – Resultado final das eleições municipais de 2004, em Ponta Grossa Fonte:

Departamento de Imprensa da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – 4 mai. 2007

Em relação à atual gestão, de Pedro Wosgrau Filho (PSDB/PFL), Siqueira (2006, p. 74) registra que houve a desmobilização de espaços como o Orçamento Participativo e os Conselhos Locais de Saúde. Segundo a autora, a análise das “experiências conselhistas dos setores da saúde e assistência social, traz indicativos de um perfil de gestão resistente em dialogar com a sociedade civil”. O depoimento do entrevistado do segmento “liderança comunitária local” é revelador nesse sentido:

[...] durante estes dois anos anteriores, 2005 e 2006, que é a gestão desse prefeito, eu não era presidente, eu era vice-presidente. Quem estava à frente era o [...]. A gente sofreu esses dois anos sem nenhum recurso, sem nenhum apoio, de nenhuma espécie, e eu associo isto, eles sempre rotularam a UAMPG neste período, como uma entidade política, porque todos eles sabiam que o presidente era filiado ao partido (PT) e que nos períodos eleitorais eles se expuseram. O presidente da UAMPG se expôs como partidário e apoiando um lado, então nós sofremos a consequência disto. Quando eu assumi, eu disse que não iria me expor politicamente. Eu tenho meu partido, mas a entidade que eu represento não tem partido. Então, todas às vezes que me perguntam alguma coisa de partido, candidato e tal, eu sempre falo, falando por mim, é assim, falando pela entidade, é de outra maneira. E eu percebi que isto deu certo.

[...] o Wosgrau tem um comportamento totalmente impopular, eu diria, impopular. Ele não sabe conversar com uma pessoa comum, colocar o nosso pessoal conversando com ele, meu Deus do céu. E já o Péricles tem uma postura diferente, o Péricles vem dos movimentos comunitários, dos movimentos populares. E o Jocelito, embora eu não conheça a caminhada dele, mas eu já tive oportunidade de ver, ele se comporta, ele está junto com o povo, ele vai junto, ele conversa, ele conversa a mesma língua. Eu acho ele muito esperto, nesta questão, sabe, o termo é esperteza, porque ele consegue se colocar no lugar da pessoa, sabe, e se ele tiver que falar, de repente, ele está lá conversando, e ele percebe que falar “bicicreta” para ele seja interessante, ele fala “bicicreta”. (Entrevista do segmento “liderança comunitária local”).

O depoimento do segmento “liderança comunitária local” possibilita algumas reflexões e questionamentos com relação às práticas políticas vivenciadas no cenário local nos últimos anos. De que forma os interesses coletivistas têm limitado e cerceado o desenvolvimento de práticas ligadas à mobilização e participação dos setores populares? De que forma os movimentos sociais têm direcionado suas práticas para a superação da “asfixia da consciência política” (Franco, 1997, p. 89) presente nos segmentos marginalizados? Que estratégias políticas os movimentos sociais têm criado para alcançar o mínimo de representatividade frente ao poder governamental?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a produção do conhecimento científico ocorre de forma dinâmica e processual, é importante mencionar que o presente trabalho de pesquisa pode ser considerado como resultado de uma primeira aproximação do seu objeto de investigação, que é o conservadorismo em Ponta Grossa. Dessa forma, vale ressaltar que as informações, dados e opiniões apresentadas durante a formulação da pesquisa não devem ser encaradas como verdades absolutas e inquestionáveis, mas sim como visões/interpretações sobre o real.

Nesse sentido, Queiroz (1992, p. 13) afirma que o modo como o/a pesquisador(a) organiza seu trabalho é particular, construído na subjetividade, e expressa a singularidade do processo. No entanto, o/a pesquisador(a) pertence a uma coletividade e, embora sua prática seja definida por questões subjetivas, ela está condicionada também aos paradigmas científicos evidenciados no contexto histórico-social ao qual pertence o/a pesquisador(a). Pois, o “indivíduo encerra uma parte que é particularmente sua e uma parte que lhe foi insuflada pelo meio”. Nessa perspectiva, a objetividade e a subjetividade devem ser encaradas como elementos que se integram e se complementam na realização do trabalho de pesquisa.

Isso posto, ressalte-se, também, que, além dos objetivos apresentados inicialmente, a pesquisa teve o intuito de contribuir com o processo de compreensão da realidade sócio-política local e de fomentar novas discussões e trabalhos de pesquisa sobre o tema. Sobre os avanços na compreensão e entendimento do fenômeno estudado, é importante ressaltar que, a partir da revisão de literatura realizada e das informações coletadas através das entrevistas e posterior análise dos dados, se contatou

que o conservadorismo tem influenciado a dinâmica política pontagrossense historicamente. Observa-se que o campo dessa política tem sido marcado por um jogo de interesses envolvendo os grupos detentores do poder econômico, os quais fazem das “ações políticas” uma expressão de seus interesses pessoais. É interessante notar que, mesmo diante da dinâmica social – que, muitas vezes, suscita o rompimento das estruturas de poder –, os grupos ligados às oligarquias locais têm se perpetuado no poder, e os cargos políticos foram, em geral, ocupados por representantes de grupos industriais, agropecuaristas e financeiros.

O conservadorismo de Ponta Grossa tem se evidenciado no que se refere à manutenção dos privilégios por parte da elite dominante que “conduz” o destino da cidade, tendo em vista seus interesses coletivistas. O fato de Ponta Grossa ser considerada uma cidade conservadora está, sem dúvida, atrelada à concepção de política enquanto extensão de interesses particulares, o que, infelizmente, tem direcionado as práticas políticas locais. Dessa forma, a abordagem centrada no conservadorismo político local constitui-se a tônica das discussões levantadas ao longo do trabalho. No entanto, o direcionamento das práticas políticas locais, vinculadas a interesses particulares, em Ponta Grossa, não deve ser interpretado como um fenômeno particular e isolado do contexto nacional, tendo em vista que, no Brasil, historicamente, as elites dominantes têm encontrado estratégias para se conservar no poder.

Nessa perspectiva, o Estado brasileiro tem, ao longo da história, respondido muito mais aos interesses particulares do que às necessidades da população em geral, onde a criação de políticas públicas que possibilitem reverter, ao menos em parte, o quadro de extrema desigualdade social existente no país tem assumido uma importância secundária em governos comprometidos com os interesses da elite dominante. O Estado passa a atuar como instância reguladora dos conflitos sociais e na defesa dos interesses financeiros privados. No caso específico de Ponta Grossa, se verificou que o

distanciamento entre governo e população tem sido freqüente na história política da cidade. No entanto, mesmo assumindo uma posição de distanciamento em relação à população, os grupos dominantes têm encontrado estratégias de permanecer no poder.

A carência de uma ação governamental de um Estado atuante na criação de políticas públicas que atendam aos segmentos marginalizados faz com que as práticas de cunho clientelista proliferem enquanto estratégia de dominação social. Tais práticas acabam por reforçar o “comportamento cordial” (Holanda, 1963) dos indivíduos que, desinstrumentalizados politicamente, não encontram meios de alcançar sua emancipação social, vendo no Estado uma instância de representação, e não de participação.

Como observado no capítulo 1, a crítica dos setores neoliberais em relação ao papel do Estado e à criação de políticas públicas tem sido negativa. Para esses setores, a atuação do Estado deve-se restringir à proteção do mercado financeiro e da livre concorrência. Ressalte-se, então, que as questões sócio-políticas e econômicas locais devem ser interpretadas como parte de uma conjuntura nacional e mundial de expansão das relações capitalistas de produção, que também interferem e condicionam a dinâmica local.

Com relação ao papel dos segmentos populares na política local e sua participação no processo de ruptura com o poder conservador na atualidade, saliente-se que somente a partir da criação de espaços de participação popular e de ações governamentais que incentivem a organização da sociedade civil pode-se avançar no processo de “ascensão tranqüila de um pensamento social crítico” (LUIS, 1997, p. 85 apud SIQUEIRA, 2006, p. 71) e de emancipação dos segmentos marginalizados. Como propõe Chauí (1990), é na contestação do discurso competente, que massifica e desmobiliza, que surge o antidiscurso e, com ele, a possibilidade de rompimento com as práticas conservadoras “coletivistas”, caminhando na direção da democracia e da emancipação social. Nesse sentido, Almeida (1997, p. 50) instiga a refletir sobre o que o

termo “democracia” tem representado nas sociedade liberais burguesas atuais. Segundo o autor, a “noção de democracia [...] sofreu um forte esvaziamento de seu conteúdo de participação popular e, por isso mesmo, pôde ser assumida positivamente por uma série de forças políticas que antes eram antidemocráticas”.

REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? São Paulo: Cortez, 1992.

ALMEIDA, Lucio F. R. de. De JK a FHC: apontamentos para a análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo. In: RAMPINELLI, Waldir J. e OURIQUES, Nildo D. (Orgs.). **No fio da navalha**: críticas das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

ANDRADE, Claudio César de. **Estratégias políticas de instâncias locais**: emergência, estruturação e ações efetivas do movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa – PR. 2005. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unesp.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2007.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso da delícias**: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BARROS, Solange Aparecida Barbosa de Moraes. **Inserção do Programa Saúde da Família no Estado do Paraná, como estratégia de implementação da atenção básica à saúde**. 2003, 184 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

BOBBIO, Norberto. Teoria das elites. In: CESAR, Tarcísio M. (Coord.). **Curso de introdução à ciência política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **O processo de configuração da assistência social no município de Ponta Grossa – PR**. 1997, 209 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

CARVALHO, Maria Bernadete Oliveira de. Ser conservador. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 50, jul. 2005.

CERVI, Emerson U. Ondas radiofônicas na disputa política ponta-grossense em 1996: estratégias de adesão populista. In: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Eleições midiáticas: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHAUÍ, Marilena de S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

CHAMMA, Guisela V. F. **Ponta Grossa, o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa, 1988.

CHAVES, Niltonci B. **O Diário dos Campos: discursos e representações sociais – Ponta Grossa – PR década de 1930**. 1998, 203 f. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Carlos, São Carlos, 1998.

COSTA, João B. A. da. As políticas públicas no contexto da reforma do Estado Brasileiro: contração do campo da política e crise dos atores sociais. In: **Revista Desafios Sociais**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Natal, RN.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

DITZEL, Carmencita de H. M. **O arraial e o fogo da cultura: os euclidianos pontagrossenses**. 1997, 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1997.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (orgs.). **Espaço e cultura: Ponta grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo Martin Claret, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 1975.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido Comunista**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRANCO, Maria Silvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GADINI, S. L.; PERINCHELLI, A.; ROCHER, J. M. Ação da mídia nos rumos da eleição municipal de 1996 em Ponta Grossa. In: GADINI, Sérgio Luiz. (Org.). **Eleições midiáticas**: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GONÇALVES, Maria A. C.; PINTO, Elisabete A. **Ponta Grossa um século de vida – 1823-1923**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas, 1983.

GUIMARÃES, Cláudio Jorge. **Ruptura política e aprendizado da democracia participativa no Paraná**: o governo Richa (1983-1986). 2002, 297 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2002.

HALAMSKA, Maria. A exploração familiar na Polônia. In: LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Tradução Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HELLER, Agnes; FÉHER, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Tradução Savannah Hartmann. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Editora Universidade de Brasília, 1963.

IANNI, Octavio. **A utopia camponesa**. In: IX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT ESTADO E AGRICULTURA. Águas de São Pedro, SP, 22 a 25 out. 1985. (texto mimeo).

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1993.

LAVALLE, Aída M. **Germânia – Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

LOWËN, Cicilian Luiza. **Favelas: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR**. 1990, 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Organização do Espaço) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 1990.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

LUIS, Danuta E. C. **A organicidade da sociedade civil pontagrossense através das ONG's**. 1997, 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

LUIS, Danuta E. C. **Rupturas moleculares emancipatórias: a potencialidade da prática do serviço social**. 2005, 281 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LUNA, Sérgio V. de. **Planejamento de pesquisa – uma introdução: elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: EDUC, 2002.

MAYOL, Pierre. **O bairro**. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano – 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução Raul Fiker. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987-1988. Marxists Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/babeuf/index.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

MATTA, Roberto Da. **Para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MONASTIRSKY, Leonel B. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa. 1997, 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1997.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica H. T. A. **O processo de pesquisa**. Brasília: Plano, 2002.

NOVASKI, Augusto. Mito e racionalidade filosófica. In: MORAIS, Regis de (Org.). **As razões do mito**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

NOVELLO, Ana C. W.; SCHIMANSKI, Elizabete F. **Conservadorismo em Ponta Grossa**. 1999. Trabalho realizado como requisito parcial para aprovação na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II. Faculdade de Licenciatura em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1999.

OLIVEIRA, Ricardo C (Org). Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: **A construção do Paraná moderno**: políticos e políticas no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

OSTERMANN, Nilse Wink; Kunze, Iole Carretta. **Às armas, cidadãos!**: a França revolucionária: 1789 – 1799. São Paulo: Atual, 1995.

PAULA, José Carlos Milléo de. **Favelas**: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR. 1990, 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 1990.

PEREIRA, Magnus R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso:** (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889). Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUEIROZ, Maria I. P. de. O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. **Caderno CERU**, São Paulo, textos 3, 2. série, 1992.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** Tradução Almiro Pisetta e Lenita Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos como o Brasil deu no que deu.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SALLES, Jéfferson de O. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo C. (Org.). **A construção do Paraná moderno:** políticos e políticas no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHIMANSKI, Édina. **Formatos organizacionais dos assentamentos do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra:** as Cooperativas de Produção Agrícola – CPA's – estudo de caso: COPAVI – Paracity – Paraná. 1998, 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1998.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SILVA, Edson A. **Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa – 1904-1973**. 1993, 196 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1993.

SILVA, Edson A. **Identidades franciscanas no Brasil: a província da Imaculada Conceição – entre a restauração e o Vaticano II**. 2000, 2 v. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2000.

SIQUEIRA, Rosângela B. **Conselhos de política e participação democrática: análise dos setores saúde e assistência social em Ponta Grossa – PR**. 2006, 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2006.

TREVAS, Vicente. O Partido dos Trabalhadores e suas experiências de governo. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; e TREVAS, Vicente. (Orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa RITTER dos Reis**. v. 32, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – BIBLIOTECA CENTRAL PROF. FARIS MICHAELE. **Manual de normatização bibliográfica para trabalhos científicos**. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.

WANKE, Eno T. **O vôo da pombinha**. In: PALESTRA – CASA DE CULTURA DE PONTA GROSSA. Ponta Grossa, PR, set. 1993. (texto mimeo).

WATIKINS, Frederick M. **A idade da ideologia: o pensamento político de 1750 até o presente**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

ZULIAN, Rosângela W. **Catolicismo e educação em Ponta Grossa (1889-1930)**. 1998, 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 1998.

APÊNDICE – Termos de autorização das entrevistas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E
ECOMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE**

Pelo presente documento, **eu**

Entrevistado(a):.....,

RG:..... emitido pelo (a).....

Domiciliado/residente em (Av./Rua/no./complemento/Cidade/Estado/CEP):

.....cede

r ao(à)

Pesquisador(a):.....,

CPF:..... RG:, emitido pelo(a):,

Domiciliado/residente em (Av./Rua/no. / complemento/Cidade/Estado/CEP):

.....

.....

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de....., Estado, em/...../....., como subsídio à construção de sua dissertação de Conclusão do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica consequentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. O(a) pesquisador(a) se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade.....

Local e Data:....., de de

.....

(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, **eu**

Entrevistado(a):.....,

RG:.....emitido pelo(a):.....;

Domiciliado/residente em (Av./Rua/no./complemento/Cidade/Estado/CEP):

.....

declaro ceder ao(à) Pesquisador(a):

.....;

CPF: RG:, emitido pelo(a):,

Domiciliado/residente em)Av./Rua/no. / complemento/Cidade/Estado/CEP):

.....

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de....., Estado, em/...../....., como subsídio à construção de sua dissertação de Conclusão do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica consequentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.....

Local e Data:

..... de de

(assinatura do entrevistado/depoente)

